

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – CAMPOS  
MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES

Crisolicia Regina Pizani Boldes

CAMPOS DOS GOYTACAZES: *Eixo de Referência do Ensino Superior*

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

2005

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – CAMPOS  
MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES

Crisolicia Regina Pizani Boldes

CAMPOS DOS GOYTACAZES: *Eixo de Referência do Ensino Superior*

Dissertação apresentada à Universidade  
Candido Mendes, como requisito parcial para  
obtenção do Grau de Mestre em Planejamento  
Regional e Gestão de Cidades.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Patrícia Silveira de Farias

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

2005

CRISOLICIA REGINA PIZANI BOLDES

CAMPOS DOS GOYTACAZES: *Eixo de Referência do Ensino Superior.*

Dissertação apresentada à Universidade  
Candido Mendes, como requisito parcial para  
obtenção do Grau de Mestre em Planejamento  
Regional e Gestão de Cidades.

Aprovada em .....de ..... 2006.

BANCA EXAMINADORA

---

Profª Drª Patrícia Silveira de Farias – Orientadora  
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

---

Prof. Dr. Rodrigo Valente Serra  
Instituto de Economia da UNICAMP

---

Profª Drª Elielma Ayres Machado  
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - UFRJ

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

2005

Aos obstáculos do caminho: a perseverança.  
Aos amigos e parentes, pelo estímulo na trajetória: a gratidão.  
Aos que contribuíram para a construção deste saber: a solidariedade.  
Aos que ainda estão à margem da sociedade do conhecimento: a persistência.  
À utopia da democracia do conhecimento: a dúvida, como estímulo para a caminhada.  
Aos educadores: a certeza da conquista gradativa do conhecimento, pelo qual lutamos toda a vida.

## AGRADECIMENTO

A todos que me impulsionaram nesta trajetória.

“Se queres ser universal, escreve sobre tua aldeia”.

*Tolstoi*

## RESUMO

O presente trabalho busca analisar sob a ótica política-jurídica e organizacional a reconfiguração da Educação Superior no Brasil, no âmbito público e privado, em diferentes tempos e caminhos percorridos em decorrência das políticas públicas nacionais. Para tanto estabelece a análise comparativa desse nível de ensino, entre o setor público e privado a nível nacional e municipal, considerando prioritariamente a conexão existente entre a macropolítica econômica-educacional e a política expansionista e de interiorização do Ensino Superior. Identifica os subsídios públicos municipais da cidade de Campos dos Goytacazes / RJ, considerada nos dias de hoje, eixo de referência do Ensino Superior, destinados ao financiamento de estudos em graduação superior, viabilizado pela instância municipal. Acrescenta a análise de alguns municípios fluminenses selecionados, que direcionam subsídios diretos e indiretos ao fluxo migratório pendular de estudantes destinados às IES do setor privado. O estudo conta ainda com pesquisa de campo exploratória, realizada à partir da aplicação de questionário aos estudantes oriundos de outros municípios. O objetivo final do trabalho é possibilitar o melhor entendimento da reconfiguração do papel do poder público municipal em relação ao Ensino Superior privado.

Palavras-chave: Ensino superior. Políticas públicas. Subsídios municipais. Ensino privado

## **ABSTRACT**

This dissertation analyses, under the political-legal and organizational point of view, the re-organization of Higher Education in Brazil, both in the public and private sector, in different periods and ways as a result of national public policies. Therefore, this study makes a comparative analyses of this educational level between the public and private sector nationwide and locally, considering, mostly, the relation between the economic-educational macropolitics and the policy that stimulates the expansion and the increasing number of schools outside the state capital. It also identifies public subsidies granted by the government of Campos dos Goytacazes / RJ, - presently regarded as a reference center in College Education – for financing college scholarships. It presents the analyses of some municipalities in the State of Rio de Janeiro, which provide direct and indirect subsidies to the migrating flow of students attending private colleges. The study also relies on an explanatory field research starting with a questionnaire for students from other municipalities. The final objective of this work is to provide a better understanding of the role of city governments in relation to private College Education.

**Key words:** Higher education. Public policies. Local government subsidies. Private education.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Número de escolas superiores de 1900 a 1956.....	24
TABELA 2: Evolução da matrícula do sistema de educação superior por setor .....	34
TABELA 3: Número de IES: Brasil/Região/Localização segundo a categoria.....	35
TABELA 4: Número de IES por organização acadêmica e administrativa 1980/1998 .....	40
TABELA 5: IES do setor privado por organização acadêmica/2001 .....	29
TABELA 6: Número de IES do Setor Privado por região geográfica/2001 .....	49
TABELA 7: Matrícula do Ensino Superior por abrangência geográfica.....	51
TABELA 8: Número de alunos, no Setor Público e Privado/Campos dos Goytacazes/RJ...	68
TABELA 9: Número de alunos por IES do Setor Público e Privado/Cidade de Campos dos Goytacazes/RJ .....	68
TABELA 10: Programa de bolsas de graduação PMCG/ beneficiados por IES .....	79
TABELA 11: Fluxo migratório pendular por origem / Setor de destino.....	84
TABELA 12: Quantitativo dos alunos respondentes/ fluxo migratório pendular/ IES / Campos dos Goytacazes .....	85
TABELA 13: Distribuição do Universo dos Estudantes da Amostra Exploratória, por curso .....	86
TABELA 14: Distribuição do Número de Estudantes Pesquisados Segundo a Forma de Subsídios na Mensalidade .....	87
TABELA 15: Distribuição do Número de Estudantes Pesquisados Segundo Subsídios Indiretos/Forma de Locomoção.....	88

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

GRÁFICO 1: Faturamento do setor privado no Ensino Superior Brasileiro em bilhões .....	30
GRÁFICO 2: Comparativo do Número de Instituições do Setor Público e Privado .....	36
GRÁFICO 3: Número de Docentes Qualificados do Setor Privado 1999/2001 .....	36
GRÁFICO 4: Cursos Oferecidos/ IES do Setor Privado.....	37

## LISTA DE ABREVIATURAS

ACIC	Associação Comercial e Industrial de Campos
ASSESMAC	Associação de Estudantes Macaenses
BIRD	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEPAL	Conselho de Estados para a América Latina
CIDE	Centro de Informação e Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro
CNE	Conselho Nacional de Educação
FAFIC	Faculdade de Filosofia de Campos
FDC	Faculdade de Direito de Campos
FEC	Federação dos Estudantes de Campos
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior
FIRJAN	Federação de Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FMC	Faculdade de Medicina de Campos
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOC	Faculdade de Odontologia de Campos
FPM	Fundo de Proteção aos Municípios
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
GERES	Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior
IAA	Instituto de Açúcar e do Alcool
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto de Circulação Sobre Mercadorias
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
ISECENSA	Institutos Superiores de Ensino do Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MARE	Ministério da Reforma do Estado
MEC	Ministério de Educação e Cultura
OEA	Organização dos Estados Americanos
PEA	População Economicamente Ativa

PIB	Produto Interno Bruto
PMCG	Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes Universitário/PMCG
PPP	Parceria Público Privado
PROBO	Programa Municipal de Bolsa de Estudo do Ensino
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SEMESP	Sindicato das Entidades Mantenedoras dos Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo
SMA	Secretaria Municipal de Administração
SME	Secretaria Municipal de Educação
UCAM	Universidade Candido Mendes
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense
UFE	União da Federação dos Estudantes
UFETEC	Universidade Federal de Ensino Tecnológico
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNESA	Universidade Estácio de Sá
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNIFLU	Centro Universitário Fluminense
UNIVERSO	Universidade Salgado de Oliveira

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL .....</b>	<b>18</b>
2.1 EDUCAÇÃO: Nova Ordem Mundial e Nacional.....	18
2.2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: a questão político-social, modelos estruturais, aspectos legais e expansão.....	22
<b>2.2.1 A Trajetória, a Questão Político Social e Modelos Estruturais.....</b>	<b>22</b>
<b>2.2.2 Aspectos Legais e Expansão .....</b>	<b>30</b>
2.3 ORGANIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: caracterização acadêmica, monopólio público, mercado e escolha.....	38
2.4 CONEXÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: a reestruturação produtiva e a configuração urbano-regional.....	44
<b>3 ENSINO SUPERIOR EM CAMPOS DOS GOYTACAZES .....</b>	<b>53</b>
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO SÓCIO-POLÍTICO, ECONÔMICO E GEOGRÁFICO DA CIDADE.....	53
3.2 TRAJETÓRIA POLÍTICO-SOCIAL DO ENSINO SUPERIOR EM CAMPOS DOS GOYTACAZES.....	54
3.3 CARACTERIZAÇÃO E PERFIL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR LOCALIZADAS NA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES .....	66
<b>4 O ENSINO SUPERIOR PRIVADO E A QUESTÃO DOS SUBSÍDIOS MUNICIPAIS: algumas conexões possíveis a partir do caso de Campos dos Goytacazes.....</b>	<b>74</b>
4.1 RECONFIGURAÇÃO DO PAPEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL NO ENSINO SUPERIOR: competências e setores provedores de recursos.....	74

4.2 PESQUISA DE CAMPO: Análise do fluxo de estudantes originários de municípios pertencentes ao “movimento pendular”, para as IES/ Campos dos Goytacazes.....	81
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>89</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>95</b>
ANEXO 1 Roteiro do Questionário Aplicado .....	105
ANEXO 2 Fluxo Migratório de Estudantes por Estado/Municípios: relação sexo, idade e período.....	106
ANEXO 3 Fluxo Migratório de Estudantes por Estado/Municípios: relação município/IES.....	107
ANEXO 4 Fluxo Migratório Pendular Quantitativo por Município de Origem/ UF / Sexo / Cursos de Graduação .....	108
ANEXO 5 Fluxo Migratório de Estudantes por Estado/Municípios: forma de locomoção - custos operacionais/ fonte de subsídios.....	109

# 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva trazer para discussão reflexiva a Educação Superior no conjunto das políticas públicas, centrando o foco na cidade de Campos dos Goytacazes, situada no Estado do Rio de Janeiro e considerada neste enfoque como Eixo de Referência do Ensino Superior.

As situações evidenciadas trazem importantes reflexões que retratam as mudanças ocorridas na Educação Superior através de uma abordagem político-histórica, analisando o modo como traços da educação superior no Brasil decorreram da formação de políticas públicas, com significativo atrelamento destas ao contexto internacional.

Nessa perspectiva, busca-se estabelecer os nexos entre a trajetória e modelos utilizados pelas políticas públicas na história da educação brasileira, voltadas para o Ensino Superior, identificando a predominância do setor privado desse grau de ensino, como opção determinante do Estado e não como mero embate entre o público e o privado. Em particular, o ajustamento do projeto político nacional ao espaço social específico da Educação Superior teve no setor privado o eixo central desse processo.

O trabalho detecta a resignificação e presença das políticas de gestão local, de cada município, na oferta e suporte financeiro das demandas emergentes pela qualificação acadêmica em grau superior de ensino, na chamada sociedade do conhecimento. Evidencia o apoio e implemento da esfera pública municipal ao Ensino Superior privado e aponta indicadores de orçamentos municipais, como aportes às demandas que convergem e sustentam o fluxo migratório pendular destinados às IES privadas e públicas situadas na cidade de Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.

Neste sentido, a pesquisa coloca a investigação educacional no capítulo 1, na perspectiva mais ampla da análise do papel e concepção do Estado nas sociedades capitalistas modernas, nas quais evidencia a correlação de forças políticas entre o setor público e privado.

Detecta os agentes externos à Nação que definem e detêm o poder para influenciar as políticas educacionais do estado brasileiro, demonstrando ainda as opções por modelos internacionais, historicamente aplicados à realidade brasileira e suas concepções.

No capítulo 2, o estudo revela as conexões das políticas educacionais com a implantação e permanência do Ensino Superior Público e Privado, na cidade focada, durante o século XX até o ano de 2004. Traça o perfil das instituições públicas e privadas instaladas no espaço da cidade, demonstrando o caráter histórico-político da estruturação da cidade como eixo de referência do Ensino Superior.

No capítulo 3, realiza-se pesquisa de campo exploratória, onde são coletados dados de 1363 estudantes, do Ensino Superior, componentes do fluxo migratório pendular, que se locomovem para a cidade em ônibus fretados ou disponibilizados pelas prefeituras de origem. Escolhe-se para análise e conexões, o estudo de caso do Ensino Superior existente em Campos dos Goytacazes, a partir do qual identifica-se outros municípios dos quais origina-se a clientela do Ensino Superior, situado na cidade. A coleta dos dados foi feita em uma pré-testagem no ano de 2003, sendo a coleta definitiva, realizada no ano de 2004. Serviram como apoiadores, as próprias associações de estudantes, estudantes voluntários oriundos dos municípios selecionados, do Estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Dados referenciais quanto aos subsídios foram obtidos junto aos órgãos oficiais das municipalidades e das IES (Instituições de Ensino Superior).

Assim, este trabalho apoiou-se em pesquisas bibliográficas, documentais e de campo, bem como entrevistas com representantes das associações de estudantes, quando existente; com os representantes oficiais dos órgãos municipais (SME / SMA), no sentido de obter oficialmente dados referentes aos recursos orçamentários disponibilizados para os programas de bolsa de ensino e/ou para o transporte dos estudantes, componentes do fluxo migratório pendular.

As fontes da pesquisa documental foram diversificadas, entre dados do MEC / INEP, IBGE, CIDE, SEMESP; a Constituição Federal de 1988, a LDB/96 e a legislação complementar relacionada a educação superior, além de recorrer a significativos estudiosos do assunto.

O exame dos fatos anteriormente arrolados e dos conseqüentes desdobramentos demandou a identificação de múltiplas fontes de dados e exigiu um difícil trabalho de coleta, sistematização de categorias e análise. A maior dificuldade na fase da coleta de dados verificou-se na obtenção de autorização para disponibilização e identificação dos mesmos nas

IES. Pode-se atribuir o fato ao receio da publicização, devido à grande competitividade na cidade em questão.

Optou-se em reconstruir o foco da pesquisa, alternando os dados disponibilizados pelas IES públicas e privadas, com os dos organismos públicos oficiais (INEP) e com os obtidos na coleta direta realizada nos ônibus, transportadores dos estudantes. Vale acrescentar que na fase de pré-testagem do instrumento de coleta (questionário) este foi aplicado em vans e ônibus. Constatou-se a excessiva abrangência da amostra, a falta de recursos financeiros de suporte, optando-se, apenas pelos ônibus oriundos de alguns municípios recebedores dos *royalties* e que disponibilizaram o acesso aos estudantes migrantes, onde havia como confrontar os dados obtidos com dados oficiais.

A cidade focada e tomada como referência para estudo de caso, nessa pesquisa, constitui-se ponto de partida para coleta de dados que pudessem evidenciar os repasses de recursos diretamente as IES privadas, através de programas de bolsas de estudos / convênios ou de outras formas de apoio que, indiretamente, possibilitam o fluxo migratório pendular dos estudantes de suas cidades de origem para Campos dos Goytacazes, que se torna Eixo de Referência desse ensino. As ações de suporte e programas propiciados pelas municipalidades trazem visibilidade imediata da gestão pública local, elegendo novas prioridades, que não são suas, independentemente de existirem ou não estudos indicativos da eficácia desses mecanismos pragmáticos.

A descentralização e conseqüente interiorização do Ensino Superior conduz a uma intensiva migração do setor privado, dos grandes centros urbanos, para as cidades de porte médio. Este fato revela o domínio do setor privado em nível nacional e na cidade focada na análise, além de demonstrar a fragilidade das políticas públicas do Estado, garantidora da universalidade do acesso, porém com debilitadas políticas de permanência da nova demanda, originária das categorias sociais com menor poder aquisitivo.

As carências históricas da educação nacional aliadas, às novas tendências internacionais e à nova inserção das políticas locais nas soluções, provocadas pela vacância do Estado no sentido do afastamento de sua competência quanto à concretização das políticas educacionais, possibilitam a constatação do retrato invertido das funções das instâncias do poder local em relação a esse nível de ensino. Nesse estudo, evidencia-se a importância do setor privado no Ensino Superior e a significativa participação do orçamento público municipal como forma de sustentabilidade na busca pelo conhecimento, em face da retração do sistema público na instância estadual e principalmente, a federal do Ensino Superior, no

cumprimento das atribuições básicas legais quanto à criação e implementação de IES, e quanto ao atendimento da demanda, por este nível de ensino.

Discute-se a atual ampliação do espaço privado na cidade de Campos dos Goytacazes, questionando a restrição do espaço público, em face do afastamento dos atores e interlocutores do Estado. Não se trata de privatizar a coisa pública, grande receio dos conservadores do domínio público. Mas de construir metas equilibradas quanto à redefinição da esfera pública e conseqüentemente, ter no centro a racionalidade da produção capitalista e a capacidade de acesso à grande massa excluída do Ensino Superior.

A escolha do tema justifica-se pela própria história de vida acadêmica, neste nível de ensino, da autora, que durante vinte e três anos vivencia como docente os movimentos e reconfigurações sucessivas da educação superior brasileira e conseqüentemente, os reflexos no espaço institucional e no da cidade. Acresce ao fato a percepção das dificuldades enfrentadas pelas IES ditas tradicionais, principalmente quanto ao capital financeiro, além do aumento da competitividade com a vinda das novas IES privadas instaladas na cidade e do significativo crescimento da demanda trazida por elas, além da nítida competição pelos subsídios municipais.

## **2 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**

### **2.1 EDUCAÇÃO: Nova Ordem Mundial e Nacional**

Em uma conjuntura mundial marcada pela diminuição da presença do Estado na formação das políticas sociais, pelo avanço das forças de mercado, pela crescente exclusão de contingentes populacionais e pela relação de produção com a educação, pensar e refletir sobre a educação torna-se fator impositivo. Implica tomar ciência sobre as políticas públicas, as determinações legais, econômicas, políticas e sociais, os impasses, as perspectivas e os compromissos que se impõem aos educadores, atores da sociedade do conhecimento<sup>1</sup>.

O novo cenário é um mundo plural de ações, que procura retirar o conhecimento de seu isolamento, de sua forma cristalizada e linear, para colocá-lo no contexto complexo do mundo vivido, de movimentos, de grupos, de organizações profundamente preocupadas com a investida neoliberal sobre as bases constitutivas dos Estado-Nação. Nesse bojo, as reformas neoliberais redefinem a educação segundo a sua lógica e transfere-a da esfera do direito para a esfera privilegiada do mercado, transformando-a de um direito social, que o Estado-Nação deve garantir, para um serviço, que deve ser adquirido no livre mercado. Ditando essa nova reorganização das políticas neoliberais e da nova sociedade do conhecimento, responsável pela formação do capital humano<sup>2</sup>, encontra-se o Banco Mundial e o Fundo Monetário

---

<sup>1</sup> Trata-se de uma Era em que os ativos físicos, como instalações e máquinas, perdem importância para o ativo intelectual. Nela, o conhecimento se modifica de modo ainda mais fluido do que o dinheiro, sendo um bem tão indispensável quanto vendável. (DRUCKER, 1998, p54). Significa que o conhecimento é resultado de uma construção social, historicamente determinada a que pode-se ter acesso utilizando-se uma pluralidade de métodos (FERNADES, 2000, p28)

<sup>2</sup> Capital humano, aqui considerado ativo intelectual, ou seja, o conhecimento como o principal recurso econômico e o único marcado pela escassez. E, como se torna rapidamente obsoleto, os trabalhadores que o utilizam precisam retornar regularmente à escola. (DRUCKER, 1998, p84)

Internacional (FMI), direcionando volume de recursos financeiros e embebendo o campo educativo da lógica do campo econômico. Afirma Sguissardi que:

As soluções e diretrizes que os detentores do poder econômico-político, nas esferas global e nacional, têm arquitetado para superar as crises do Estado de bem-estar social e do Estado desenvolvimentista comprometeram a educação superior com a nova hegemonia do mercado e com as reformas minimalistas do aparelho do Estado tanto nos países do centro como nos da periferia. (SGUISSARDI, 2000, p. 7)

Nesse contexto, a sociedade brasileira assiste a inúmeros fenômenos sociais diferenciados, como o surgimento de novos postos de trabalho, perda de outros; novos grupos organizados e arrefecimento de outros; novas tendências políticas e grande diversificação institucional. Tais fatos influenciaram as instituições de ensino, que, diante das exigências do mundo do trabalho, da vida social, política e cultural, tornaram-se cada vez mais articuladas com o conhecimento, habilidades e competências formatadas pela educação. Inseridas na sociedade global, as instituições de ensino devem dar respostas imediatas aos impactos econômicos, políticos e sociais, que exigem delas novos conteúdos de formação, novas formas de organização da educação, ressignificação do espaço escolar, a fim de garantir o “passaporte” para a cidadania e o mundo do trabalho. Assim, na transição das políticas sociais, homogeneizadoras e antidiferencialistas, para o presente momento histórico do capitalismo mundial, o Estado não assume mais o papel de responsabilidade integral na formatação dos sujeitos sociais.

A inserção do Brasil nesse processo, onde a União, Estados e Municípios têm responsabilidades solidárias, no cumprimento do dever constitucional, de oferecerem educação pública de qualidade para todos, conduz a dilemas decorrentes de um modelo educacional que está longe de ser eficiente e que permanece sob a lógica dos discursos das instituições econômicas mundiais. Desta forma, orçamentos votados não são cumpridos integralmente, programas são abandonados ao sabor dos interesses imediatos e a entrada, cada vez mais intensa, de recursos externos causa a impressão de que esses são tomados dos organismos internacionais mais para suprir omissões internas do que para ampliar as possibilidades de expansão da qualidade da oferta educativa.

Os dados relativos à busca de financiamentos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) para a educação no Brasil revelam que, no período de 1963 a 1969, cerca de 44% dos créditos concedidos ao setor concentravam-se no Ensino Técnico. Até a metade dos anos 60, o financiamento do Banco Mundial privilegiou os projetos de estrutura física, tais como comunicação, transporte, energia, com a finalidade de construir medidas de

base para o crescimento econômico. As diretrizes para a década de 70 determinavam no sentido de imprimir novos padrões de eficiência ao desenvolvimento dos programas educacionais, acrescidos da importância da gestão e do planejamento educacional, como base para as reformas no sistema de ensino. Houve necessidade de aumentar o percentual de financiamento destinado ao Ensino Profissionalizante, base dessa reforma.

Nos anos 80, os princípios anteriores são reforçados, acrescentando-se que a eficácia educacional seria atingida por meio do desenvolvimento da gestão autônoma do setor. A Educação Geral passa a absorver mais de 60% dos créditos do Banco, enquanto o Ensino Profissional conta com 31%. Ao final da década de 80, crescem às metas puramente quantitativas, que caracterizavam os projetos econômicos anteriores, alguns objetivos voltados para a igualdade e o bem-estar social. O desenvolvimento por si só não garantia a participação das camadas mais pobres nos benefícios direcionados ao setor educacional. (BIRD, 1980)

Nessa ótica, o setor educacional, ao lado da saúde e do desenvolvimento agrícola, passa a ser considerado um dos mais importantes no quadro dos financiamentos do Banco, como forma de concretizar e reduzir a pobreza no Terceiro Mundo. Com esse objetivo, o Estado Brasileiro, aliado aos mecanismos internacionais, propunha a necessidade de criar padrões de eficiência nos sistemas de ensino e na gestão de recursos financeiros, com a utilização de métodos inovadores e pouco custosos, no sentido de atender maior escala da população à margem do sistema educacional.

As influências dos mecanismos internacionais de crédito tornam-se mais evidentes nas décadas de 80 e 90, na área do Ensino Superior, nos países em desenvolvimento, e condicionam o apoio econômico ao cumprimento de suas diretrizes exógenas, de suas linhas homogêneas de desenvolvimento e transformação, sem guardar relação com as realidades histórico-econômicas particulares das nações dependentes do crédito externo. As pressões exógenas exigem e dão início aos processos de reformas do Ensino Superior. No ano de 1990, o BIRD reforça o objetivo da UNESCO de eliminar o analfabetismo até o final do século, além de enfatizar o desenvolvimento da educação de base e a preocupação com certas questões universais, como a proteção do meio ambiente e o controle do crescimento demográfico. Apresenta preocupação em estreitar os vínculos do ensino profissional com as atividades econômicas, especialmente em relação às pequenas empresas do setor informal. O objetivo do desenvolvimento institucional ainda permanece como preocupação central, acrescido da colaboração entre o setor público e privado, como estratégia de base à meta de desenvolvimento de padrões de qualidade e de eficiência no treinamento profissional. A

ênfase desloca-se do Ensino Técnico de nível secundário para a Alfabetização e Educação Geral.

A lógica assumida pelas reformas estruturais, que a educação pública no Brasil vivenciou na década de 90, trazia, em seu bojo, uma orientação mais ou menos convergente com o modelo britânico de reforma, implantado no período thatcheriano. Neste modelo, evidenciava-se a preocupação em reduzir gastos públicos destinados à prestação social, empregando a estratégia da escolha, com uma visão neoliberal, baseada na lógica do mercado.

Nesta direção, existia significativa concordância entre a política do MEC e as orientações do Banco Mundial para a reforma da educação superior. O Banco Mundial sugere:

Fomentar a maior diferenciação das instituições, incluindo o desenvolvimento de instituições privadas; proporcionar incentivos para que as instituições públicas diversifiquem as fontes de financiamento, por exemplo, a participação dos estudantes nos gastos e a estreita vinculação entre o financiamento fiscal e os resultados; redefinir a função do governo no Ensino Superior; adotar políticas destinadas a dar prioridade aos objetivos de qualidade e equidade (BANCO MUNDIAL, 1995)

A política de financiamento da educação superior face à escassez de recursos e ao custo elevado dos sistemas, onde o Estado Neoliberal amplia seu papel de regulador e controlador, propõe busca de fontes alternativas de captação de recursos financeiros. As políticas de modernização associam a autonomia de execução à ampla diversificação e diferenciação de instituições. Além disso, amplia-se o processo de mercantilização da educação superior, que inclui o fomento à expansão do setor privado e a privatização das instituições ditas estatais.

As reformas com suporte no mercado perfeito, aplicadas ao sistema educacional, instituem a democracia do consumo no lugar da democracia da cidadania. O mercado educacional instala toda sua ênfase sobre o lado da demanda, sobre a escolha – são os mecanismos de sobrevivência institucional do mercado, onde a competição passa a ser considerada forma salutar para a sobrevivência do sistema educacional e econômico.

Em última análise, estas são algumas das conseqüências da reestruturação e globalização na fase neoliberal do capitalismo, sendo essa entendida como um estágio avançado do processo histórico de internacionalização do próprio capitalismo. Segundo Chesnais:

A globalização traz características que se difundem para o mundo: forte aceleração da mudança tecnológica, rápida difusão do novo padrão de organização da produção e gestão; emergência de um número significativo de setores oligopolizados à escala mundial e notável intensificação dos investimentos diretos, no exterior, pelas empresas e bancos transnacionais dos países desenvolvidos. (1996, p28)

A nova lógica das cadeias produtivas globais, aliada à radical automação e a intensa pressão para a flexibilização das normas do trabalho, acrescida do crescente desemprego mundial, geram dilemas que exigem da política e do modelo educacional maior flexibilidade e agilidade ante as necessidades de respostas rápidas ao mercado, para o qual qualifica e prepara.

Os novos cenários apontam para uma educação voltada não apenas para uma profissão, buscam pessoas polivalentes, sujeitos capazes de lidar com o novo e com as incertezas da realidade atual e do mundo do trabalho. A multifuncionalidade passa a ser a exigência do momento. A globalização da economia, aliada aos desafios trazidos à transnacionalização das estruturas de poder e às reestruturações produtivas, aponta para uma sociedade que se fragmenta, que tem que criar novas formas de sociabilidade que enfatiza e valoriza as diferenças. Esse é o caldo em que também as organizações de ensino estão imersas, sendo forçadas a dar um novo rumo à prestação de serviços educacionais.

## 2.2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: a questão político-social, modelos estruturais, aspectos legais e expansão

### 2.2.1 A Trajetória, a Questão Político Social e Modelos Estruturais

Buscar na história uma lógica para os eventos contemporâneos torna-se fundamental para entender as mudanças, exigindo da administração da educação e dos educadores a tarefa de traduzir as determinações profundas que se refletem no mundo atual.

O processo histórico do sistema de Ensino Superior brasileiro revela que as primeiras escolas de Ensino Superior surgiram com a chegada da família real ao Brasil, percorrendo lento caminho até a proclamação da república, seguindo o modelo de formação dos profissionais liberais em faculdades isoladas, visando assegurar um diploma profissional com acesso garantido a um mercado de trabalho restrito e ao prestígio social. Os cursos tinham

caráter de longa duração e não universitário, equiparando-se a formação superior à da Universidade de Coimbra.

A elite detentora do poder não objetivava mudanças no formato do sistema de ensino, rejeitando todos os projetos apresentados para criação de universidades até 1882. Com a Constituição da República de 1891, surge a legitimação da iniciativa privada nesse nível de ensino, através da força política e organizacional das elites locais e confessionais católicas. As instituições privadas da época representam a primeira ruptura com o modelo no qual as instituições estavam submetidas ao controle central, tendo o sistema educacional paulista significativa presença nessa ruptura, através da atual Universidade Mackenzie – confessional e presbiteriana.

Assim, a trajetória do Ensino Superior, em sua fase moderna, tem início junto com o próprio Estado nacional no século XIX, onde todo o Ensino Superior era estatal. O regime republicano instituído por liberais positivistas dá início ao crescimento do setor privado. Chega-se ao final do século XIX (1900) de forma geral alcançando o patamar de 10 mil estudantes, em 24 estabelecimentos de Ensino Superior, segundo Teixeira (1969, p.77).

As iniciativas concretas relacionadas ao Ensino Superior ocorrem no início do século XX, com um perfil ideológico que aponta, ainda, para metas de protecionismo da educação pública<sup>3</sup> e do próprio *status* das instituições de ensino estatais. O caráter elitista e seletivo da educação, sobretudo no Ensino Superior, entretanto permaneceu. Podemos observar esse fato no artigo 206, da Reforma João Luiz Alves/Rocha<sup>4</sup>, que estabelecia critérios para a entrada nesse nível de ensino, de forma seletiva, na década de 20, devido ao aumento de demanda.

A partir de 1910, e nas duas décadas subseqüentes, o sistema de Ensino Superior apresenta uma significativa expansão, chegando a alcançar um total de 173 instituições isoladas, sendo 86 destas criadas na década de 20, quando a discussão sobre a abertura de universidades não ficava restrita às questões políticas, mas caminhava no sentido de estabelecer suas funções sociais como centro de saber, abrigo da ciência e promotora de pesquisa. O ideário da década de 20 prioriza a exclusividade pública no Ensino Superior e o país alcança cerca de 50 escolas isoladas e duas universidades públicas, a do Paraná e a do Rio de Janeiro – primeira do Brasil, ambas constituídas por aglomerações de escolas isoladas.

---

<sup>3</sup> A implantação da Reforma Carlos Maximiliano em 1915 causa grande impacto na educação: concede personalidade jurídica aos Institutos de Ensino Superior, cria engrenagens oficiais que resguardam a autonomia das instituições, sem que isso traduzisse uma ausência de responsabilidade do Poder Executivo no campo educacional.

<sup>4</sup> Janeiro de 1925/Decreto nº 16.782 A – Cria o Departamento Nacional do Ensino, subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, tendo caráter centralizador.

Diferenciando-se de outros países latinos, de colonização espanhola, que tiveram a presença de instituições universitárias no século XVI, o Brasil tem desenvolvimento tardio no Ensino Superior<sup>5</sup>. Somente na década de 30, no governo provisório de Getúlio Vargas, com a Reforma Francisco Campos (1931), promove-se a autorização e regulamentação do funcionamento das universidades, que deveriam ser organizadas em torno de um núcleo formado por uma Escola de Filosofia, Ciências e Letras. Intensa disputa ocorreu entre lideranças laicas e católicas, objetivando obter o controle das decisões sobre o Ensino Superior, no período de 1931 a 1945. Precisamente em 1936 a Nação alcança o patamar de 173 Instituições de Ensino Superior, sendo 160, desse total, voltadas para o Ensino Superior profissional.

**Tabela 1** - Número de Escolas Superiores 1900/1956

<b>Ano</b>	<b>1900</b>	<b>1910</b>	<b>1920</b>	<b>1936</b>	<b>1945</b>	<b>1956</b>
<b>Número de Escolas Superiores</b>	24	37	86	173	181	346

Fonte: Teixeira, 1969.

O Governo Federal, no período pós-segunda guerra, adota uma política educacional que conduz o Estado a ampliar as oportunidades de escolarização para as camadas médias e o proletariado, fato decorrente do pacto populista estabelecido. No período de 1945 a 1968, ressurgem com grande ênfase o ideário em defesa do ensino público, com a implantação do modelo de universidade em oposição às escolas isoladas, associada à reivindicação da eliminação do setor privado por absorção do público, fatos que norteiam as lutas nesse nível de ensino.

Em decorrência, na segunda metade da década de 40 e em toda década de 50, o governo federal vê-se pressionado e institui uma política de federalização, que procede à incorporação de estabelecimentos privados de Ensino Superior, resultando na criação das Universidades Federais hoje existentes embora isto não tenha cerceado o crescimento dos estabelecimentos isolados dessa época.

Referendando o fenômeno de expansão do Ensino Superior no Brasil, em ascensão gradativa, pode-se tomar como base a década de 50, onde a Igreja Católica obtém grande

<sup>5</sup> Entretanto, atualmente, o Ensino Superior no Brasil tem o maior percentual da América Latina, impulsionado pela expansão da rede privada que detém 75% das matrículas.

influência política, passando a criar as suas próprias universidades, e onde ocorre a intensificação dessa expansão e interiorização para os diferentes estados e regiões do país.

Ao final dessa década, o país apresenta 18 universidades e 598 escolas superiores independentes dos grupos de universidades. Grande parte das novas universidades estava sob orientação do clero, as chamadas Católicas, existindo no sistema educacional universidades oficiais, que aumentam significativamente devido à federalização<sup>6</sup> e as particulares. O Ensino Superior espalha-se rumo aos estados da Bahia, Minas Gerais e Ceará.

Das 18 Universidades então existentes no país, 15 delas situavam-se nas áreas urbanas, disponibilizando cursos tradicionais de Direito, Engenharia, Medicina, Farmácia e Odontologia. Localizadas nas áreas rurais, encontravam-se três com os cursos de Agronomia e Veterinária, sendo uma criada ao final do ano de 1954, no Ceará, oferecendo os cursos de Agronomia e Farmácia, Direito, Odontologia e Medicina. Das instaladas na área urbana e disseminadas por vários estados brasileiros, três estavam localizadas em São Paulo, cinco no Rio de Janeiro – na época Distrito Federal, duas em Minas Gerais, uma em Pernambuco, Rio Grande do Sul, Bahia, Paraná e Ceará. As ditas federais situavam-se então no Distrito Federal, em Minas Gerais e em Pernambuco. No universo fluminense, há a Universidade do Brasil, com 7500 alunos aproximadamente, a Universidade do Distrito Federal com 3700 alunos e a Universidade Católica da Capital da República com 1300 alunos.

No ano de 1954, a maior concentração de estudos superiores fora das universidades do país estava centralizada no estado de São Paulo, com cerca de 15.957 alunos, onde, na capital, a Escola de Sociologia e Política, sendo a única do seu gênero no país, responsabilizava-se por significativo nicho formador da elite pensante. Em São Paulo, ainda se destaca a Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da Igreja Católica, e a Universidade Mackenzie, do tradicional Colégio Mackenzie. A Universidade Católica de São Paulo destaca-se como a segunda do país, sendo representada por 6.806 alunos. No interior desse estado, o Ensino Superior apresentava 4.369 alunos nas Escolas Independentes. Em destaque, está o Rio de Janeiro, como o segundo Centro do Ensino Superior composto por cinco Universidades, acrescido de 2.900 estudantes matriculados em Escolas Independentes. Na escala hierárquica desse fluxo do Ensino Superior em expansão e interiorização no país, segue-se Minas Gerais (3º lugar), Rio Grande do Sul (4º lugar) e, subseqüentemente, os estados do Paraná, Pernambuco e Bahia.

---

<sup>6</sup> Nos anos 50, algumas dezenas de faculdades privadas são incorporadas às universidades públicas que se criavam.

Nesse sentido, podemos afirmar que as Escolas Superiores Independentes (598) constituíam um universo significativo, prestador de serviços educacionais a 64.655 estudantes. Grande relevância e demanda têm os cursos de Direito, com 17.124 alunos, sendo ofertados em todos os estados, com exceção do Rio Grande do Norte; de Medicina, com 9.764 alunos, e o de Engenharia, com 9.442 alunos. (INEP/MEC, 1955).

Como afirma Cunha:

Durante a segunda metade da década de 40 e toda a década de 50 o Governo Federal procedeu à incorporação de estabelecimentos privados de Ensino Superior, num processo de que resultou a criação da maior parte das Universidades Federais hoje existentes. Essa federalização de universidades interessava às camadas médias, às categorias de professores que se tornavam funcionários públicos e de estudantes que recebiam o ensino gratuito. (CUNHA, 1990, p.162)

Após ter federalizado, nos anos 50, algumas dezenas de faculdades privadas, absorvendo-as às universidades federais públicas, a política do Estado direcionada para o Ensino Superior passa a apresentar, a partir de 1961, com referendo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação aprovada pelo Congresso, nesse mesmo ano, maior espaço para a iniciativa privada. Na primeira metade dos anos 60, ainda ocorreram greves de estudantes de universidades e escolas isoladas privadas no sentido de pressionaram o Governo a federalizá-las.

A década de 60, um momento de grave crise político militar, traz uma legislação educacional de acentuada tendência privatista, garantindo subsídios públicos para os estabelecimentos privados de ensino, numa tendência de desobrigar o Estado a manter as Universidades Federais.

O regime militar de 1964 implementa uma política de Ensino Superior direcionada pelas demandas políticas e ideológicas das classes dominantes e pelas instituições religiosas que o apoiaram, e que desde a década de 40 demonstravam o interesse de impedir o aumento do controle do Estado sobre o ensino. A Igreja Católica não se distinguia dos demais agentes privados na busca de subsídios dos agentes estatais.

Subsídios públicos para os estabelecimentos privados de Ensino Superior encontravam respaldo na Lei de Diretrizes e Bases - LDB/61, garantindo reserva de mercado para o capital privado, fato que possibilitou condições propícias para a rápida expansão. A ideologia do desenvolvimento auto-sustentado junta-se à doutrina de segurança nacional. Os grupos privatistas voltam-se para os subsídios públicos, canalizados sobre as mais diferentes formas, tendo em vista o fato de que a política do Estado, adotada para o Ensino Superior, apresentava

um caráter marcadamente privatizante. Estes grupos conseguiram pressionar as esferas públicas do governo federal no sentido de obter subsídios diretos e indiretos, via programa de crédito educativo/ bolsa de estudos, para as instituições privadas de ensino de todos os graus, que em troca obtiveram isenção fiscal<sup>7</sup>.

A política reformadora dos anos 1966/68, com base em uma orientação marcadamente taylorista, estabeleceu a reestruturação das universidades públicas com base em um discurso articulado por categorias próprias da lógica empresarial, como eficiência, eficácia, racionalidade, rendimento, produtividade. Reforça-se a privatização da própria universidade pública pela Lei da Reforma Universitária de 68, que possibilitava a vinda de representantes das classes produtoras, para os órgãos de decisão do ensino, fato que garantiria a interiorização nas instituições públicas da lógica empresarial. Esperavam os privatistas aumentar o volume dos subsídios públicos disponíveis para os seus empreendimentos.

Outro fato relevante, relacionado à atuação do público dando prioridades ao privado, ocorre no período de crise do chamado milagre econômico brasileiro em 1973/74, onde o Governo Federal criou programa através do qual autorizava as organizações bancárias, a destinar parte dos seus recursos, compulsoriamente, a serem depositados no Banco Central, para financiar o pagamento das taxas cobradas aos estudantes das classes trabalhadoras e médias, prejudicadas com o recrudescimento da inflação, de modo a se manter um fundo rotativo. Faculdades condenadas à falência conseguem uma sobrevida lucrativa.

A crise do Estado Brasileiro torna-se evidente na segunda metade dos anos 80, embora presente desde os anos 70, em decorrência do modelo de desenvolvimento adotado, onde o Estado se desvia de suas funções básicas, ampliando sua presença no setor produtivo, fato que acarretou a deteriorização dos serviços públicos e agravamento do setor fiscal. No entender de Pereira (in. SOUZA, 2000) a crise se define como de natureza fiscal, caracterizada pela perda do crédito público e por uma poupança pública negativa, além de ocorrer o esgotamento do modelo protecionista de intervenção do Estado. Em decorrência, a redefinição do papel do Estado e sua modernização trazem novo perfil para ele, deixando de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social, passando a assumir teoricamente a função de promotor e regulador desse desenvolvimento.

Segundo Carneiro (2002, p.10) “a crise que se instaura no capitalismo – cujos contornos começam a se delinear nos anos 60 – vai ser percebida como a crise do Estado e do

---

<sup>7</sup> Emenda Constitucional de 1965 reformula o Sistema Tributário Nacional e veda à União, aos Estados e aos municípios de cobrarem impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços de Instituições Educacionais.

padrão de intervenção na economia”, sendo reduzido o papel e as funções do Estado visando o resgate e valorização deste na formulação e na condução das políticas públicas.

A modernização do Estado, a flexibilização e a descentralização só se tornaram um tema central no Brasil em 1995, quando ficou nítido para a sociedade brasileira o fato de que a crise do Estado (crise fiscal, crise do modo de intervenção na economia e no social e crise do aparelho do Estado) constituía-se causa central da crise econômica pela qual o país vinha passando desde os anos anteriores. A diversificação e a flexibilização apresentam-se como pré-condições para maior eficácia, dinamismo, maleabilidade e adaptabilidade da educação superior com o contexto de desenvolvimento local e regional, em que cada instituição se insere.

Neste contexto, as IES afastam-se do ideal humboldtiano<sup>8</sup>, adotado desde a Reforma Universitária de 1968, no qual prevalece um modelo universitário com base na associação ensino-pesquisa, por ser este um modelo excessivamente uniforme, caro e insustentável a médio prazo, pelas verbas públicas. Este fato conduz a universidade, como instituição acadêmica, para um perfil de relevância social e de interação com as propostas e reivindicações do mercado, transformando a matriz herdada de modelos medievais para o entendimento de universidade como instituição à qual é atribuída a tarefa de produzir, exercer um indispensável papel crítico e colocar em circulação, no mercado, o saber nas diferentes áreas da ciência, das artes, da tecnologia e das humanidades.

O Ensino Superior brasileiro vê sua configuração passar da incorporação de elementos do projeto Cordobês de Reforma Universitária, facilmente absorvido pelos modelos tecnocráticos de modernização da década de 60<sup>9</sup>, onde a educação, especialmente a superior, era entendida como forma estratégica para o desenvolvimento industrial brasileiro, para uma submissão da estrutura interna das instituições universitárias ao modelo norte-americano, generalizado no país, não faltando a fragmentação do ano letivo; o regime de crédito; a divisão do currículo em uma parte geral e outra profissional; o regime departamental; o taylorismo como regra de organização do trabalho, dentre outras características.

---

<sup>8</sup> Refere-se, sobretudo, aos princípios fundamentais para organização da universidade idealizados por Wilhelm von Humboldt (1767-1835) e que influenciaram a estruturação da Universidade de Berlim, na Alemanha. Dentre esses princípios, estava a unidade entre pesquisa e ensino; a busca científica como infinita; a autonomia da Ciência; a relação autônoma, porém integrada entre Estado e universidade; a interdisciplinaridade; a cooperação entre professores e alunos.

<sup>9</sup> No período de 1962 a 1973, o Ensino Superior privado tornou-se hegemônico inclusive em termos de clientela, passando de 25 a 30%, nos anos 60 para, aproximadamente, 70% dos efetivos discentes nesse nível nos anos 90. No período de 1962 a 1973, o Ensino Superior brasileiro passa de 100 mil a 800 mil estudantes universitários e o Ensino Superior privado passa de 40 mil a 500 mil..

O Ensino Superior constituiu-se em relevante estratégia de reprodução e ascensão da classe média, que amplia o mercado consumidor e oferece suporte ao modelo de desenvolvimento econômico – concentrador e centralizador de capital – que fazia do consumo individual de bens duráveis, uma de suas estratégias associadas ao capital internacional. Fonte de legitimidade do Regime Militar autoritário que se aproveitava disso para valorizar o setor privado da educação e transformá-lo em fator de hegemonia e de consenso.

No caso brasileiro, a flexibilização ou adaptação a partir da eliminação e desmonte do modelo único,<sup>10</sup> de um sistema Nacional não compatível com o atendimento das necessidades locais ou regionais, conduz a Universidade e o Ensino Superior ao jogo social e à integração no processo produtivo. As mudanças definem o grau do redesenho capitalista das universidades e de produção de novas subjetividades.

Para Catani:

A Universidade ampliou seu relacionamento com a sociedade, com o Estado, e com o mercado, ora acentuando a reprodução no campo social, ora formulando ou vinculando-se a projetos de transformação social... especialmente com o contexto de desenvolvimento local e regional, em que cada instituição se insere, ...mediante ao fato de que a Universidade já não representa a única fonte do saber científico e, também, único locus da formação profissional pelo menos nos moldes requeridos nos dias atuais. (CATANI, 2002. p. 32)

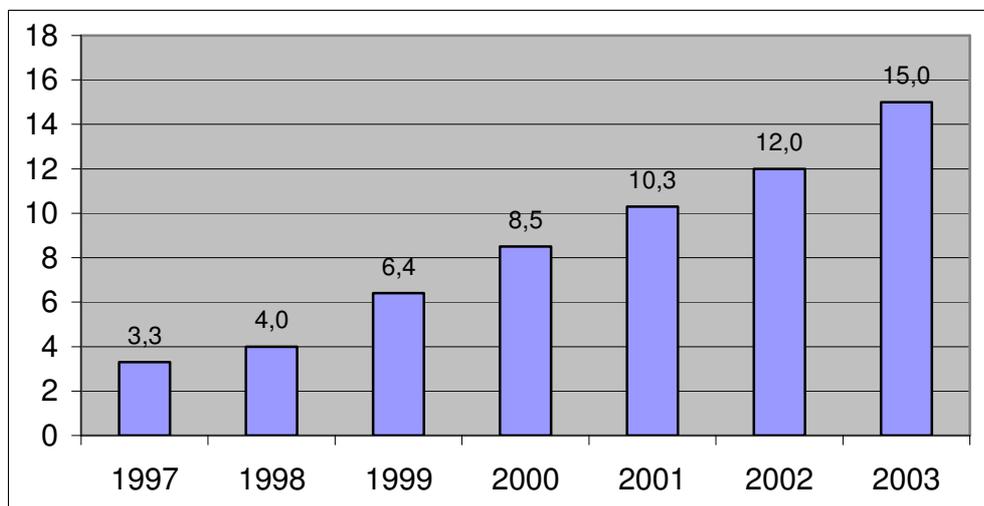
Faz-se necessário flexibilizar e diversificar a oferta de educação superior, possibilitando o surgimento de outros formatos institucionais e organizacionais, exigindo o novo modelo que as instituições existentes redefinam sua identidade e competências mediante o estabelecimento de vínculos com as demandas e exigências do regional, do local, do setor produtivo e do mercado de trabalho.

O crescimento do Ensino Superior privado foi intenso de 1994 a 2000<sup>11</sup>, tornando-se um importante setor econômico, e com significativo poder de intervenção nas políticas públicas. Estima-se que o setor movimenta por ano 10 bilhões de reais, empregando 115 mil professores e 85 mil funcionários. Considerando-se que os gastos públicos federais com a educação representam cerca de 9% do PIB ou 90 bilhões de reais, os negócios do setor privado educacional, em 2002, foram responsáveis por 44 bilhões desse total. O faturamento

<sup>10</sup> De matriz humboldtiana, como já foi dito, o chamado modelo único tem como princípio norteador a indissociabilidade ensino-pesquisa extensão, significando a institucionalização da pesquisa articulada com o ensino e com os serviços de extensão. Também recebe o nome de Universidade de pesquisa (Durham, 1998a) ou Universidade de campo (Cunha, 1997). A primeira referência surge na década de 80, em contraposição à Universidade de ensino; a segunda aparece em contraposição à Universidade especializada por área de saber, que começa a surgir no país na década de 90.

<sup>11</sup> O país ocupa, em 2000, o 8º lugar no mundo em número de matrículas na rede privada.

das instituições privadas de Ensino Superior aumentou de cerca de 3 bilhões de reais em 1997 para 10 bilhões de reais em 2001, alcançando o patamar de cerca de 12 bilhões de reais no ano de 2002<sup>12</sup> e movimentando 15 bilhões de reais no ano de 2003.



**Gráfico 1** – Faturamento do Setor Privado no Ensino Superior Brasileiro em bilhões  
Fonte: Ideal Invest / Revista Exame 2002

Nessa perspectiva, o Estado diminui a sua função de mantenedor das instituições de Ensino Superior públicas e gratuitas e aumenta gradativamente a sua função avaliadora e de gestor do sistema educacional. Observa-se uma nova responsabilidade das administrações centrais ou seja, a busca de fontes de recursos alternativos para subsidiar o Ensino Superior oferecido à sociedade.

### **2.2.2 Aspectos Legais e Expansão**

Entre os anos 30 e a promulgação da LDB / 61 pode-se afirmar a existência de dispositivos e normas legais que permitiram a regulação do Estado, em nível federal, sobre o setor educacional, em perfeita harmonia com os processos de centralização vigentes e a complexidade do aparelho estatal.

A história da educação superior revela-se na própria LDB (Lei 4024/61), que já condicionava, nessa fase, a tríplice função do Ensino Superior e, particularmente, as universidades, com relação à pesquisa, ensino e serviço de extensão. Privilegia o modelo

<sup>12</sup> Ideal Invest consultoria paulista especializada em negócios do ensino.

organizacional de universidade quando, a partir do artigo 79, estabelece as condições gerais de funcionamento das universidades, onde previa, implicitamente, que seriam instituições de pesquisa, ensino e extensão. Traz, em seu bojo, mecanismos de apoio estatal as instituições privadas com a concessão de bolsas de estudo, salário educação e financiamento público a construção e reforma de prédios escolares. Mas, com a Reforma Universitária de 1968 (Lei 5540/68) configura-se, em seu artigo 1º, o reforço claro dessa tríplice função, exaltando, em primeiro lugar, a pesquisa. No artigo 2º, faz referência ao Ensino Superior, indissociável da pesquisa, ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados organizados como instituições de direito público ou privado, de tal forma que pelo menos as orientações básicas de pesquisa e de extensão fossem ministradas.

Apesar da exigência legal da Reforma Universitária de 1968 quanto ao modelo único de Ensino Superior, com a indissociabilidade do ensino e da pesquisa, na prática, ocorreu a expansão do sistema mediante à proliferação de estabelecimentos isolados, com base, exclusivamente, no ensino. Enfatizava-se o princípio da expansão com contenção de investimentos pelo poder público.

Se nos anos 50 e 60 a demanda pelo Ensino Superior expressa-se nas grandes cidades, fato que impulsiona a criação de estabelecimentos novos e a diversificação de cursos, a explosão dos investimentos privados e de seus projetos educacionais, a partir das décadas de 60 e 70, esteve subordinada ao Poder público federal. Em 1960, a população escolar em cursos superiores alcança cerca de 95.700 estudantes, dos quais 45.95% em instituições privadas. Esse efetivo eleva-se para 425.478 em 1970, dos quais 50.58% cursando em instituições privadas.

O Estado Militar produziu um discurso de valorização da educação, no qual a política de educação constitui vetor de hegemonia, apesar de empregar os recursos em setores vinculados diretamente ao acúmulo de capital resultando o caráter privatista assumido pelo Estado na privatização do ensino. Nessa fase, a educação orientada segundo a teoria do capital humano – estabelece uma relação direta e indireta, entre educação e produção capitalista, através da pretensa profissionalização.

Há um descompromisso com o financiamento da educação pública e gratuita o que favorece a privatização do ensino, transformando-a em negócio rendoso e subsidiado pelo Estado. O Regime Militar delega e incentiva a participação do setor privado na expansão do sistema educacional e desqualifica a escola pública de 1º e 2º graus.

Nas décadas de 70 e 80 os estabelecimentos particulares de ensino superior se espalham pelas cidades médias e pequenas, embora de forma insuficiente, dando suporte ao

contingente significativo do proletariado em busca da diplomação em grau superior, requisito cada vez mais necessário.

Esta expansão ocorre basicamente através de instituições isoladas que ocupam o espaço deixado pelo ensino superior público. As Faculdades Isoladas, em sua maioria de natureza privada, proliferam e possibilitam à classe média uma via de ascensão social.

Enfatiza-se a interiorização do Ensino Superior, iniciada na década de 50, tendo como um dos principais motivos a criação de facilidades ou a busca de clientela pelas IES. Entre 1985 e 1994, ocorre relativa estabilidade da demanda, com declínio da participação do setor privado, propiciando a fragmentação de carreiras e ampliação acentuada do número de cursos, no sentido de colocar novas ofertas e atrair clientela.

Dentro dessa percepção, a tese da descentralização reflete-se de forma efetiva na educação, no artigo 211, da Constituição Federal de 1988, onde se propunha a colaboração na organização dos sistemas de ensino entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios pela via do Regime de Colaboração, reformulado posteriormente pela Emenda Constitucional, nº14, de 1996, que tornou viável, no ano seguinte, a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), com o objetivo de assegurar a universalização de seu atendimento e a remuneração condigna do magistério garantindo a qualidade de ensino, definido nacionalmente. Neste sentido, a autonomia, descentralização e flexibilização das reformas que se intensificam nos anos 90, expressam-se no bojo da modernização do Estado e no redesenho do Ensino Superior.

As diretrizes que o Estado imprimiu às políticas educacionais, a partir dos anos 90, acompanham a lógica assumida pelas reformas estruturais nos âmbitos administrativo e financeiro, dentro de um raciocínio efficientista<sup>13</sup> que se incorpora às reformas educacionais. Nessa lógica, faz-se opção em introduzir na educação superior, a racionalidade gerencial capitalista e privada, que se traduz na redução da esfera pública ou na expansão do capital, com sua racionalidade organizativa, para setores outrora organizados segundo interesse público.

A reforma do Estado tem por base novos processos de regulação e gestão centrados na defesa da minimização do papel do Estado, no tocante às políticas públicas. Ratifica as novas

---

<sup>13</sup> Os conceitos de produtividade, eficácia, excelência e eficiência são importados das teorias administrativas para as teorias pedagógicas. Tal tendência não é nova, visto que a reforma universitária de 1968 (Lei nº 5.540 / 68), já traz para a organização universitária a racionalidade taylorista. Cunha (1999, p.68).

tipologias de privatização do público, em relação à gestão e administração dos recursos, articulados a novos processos de transferência para o setor privado. Como afirma Sguissardi:

A reforma do Estado era imprescindível em pelo menos dois sentidos: a restrição e desregulamentação do público e o aumento da esfera privada para a mundialização do capital produtivo com segurança, de um lado, e, de outro, para transformar setores públicos, organizados segundo a racionalidade pública, em espaços para a obtenção da mais-valia necessária para a diminuição da diferença entre o capital produtivo e financeiro... (SGUISSARDI 2000, p.243)

O sistema educacional brasileiro, em 1994, oferece mais de cinco mil cursos superiores de graduação e mais de 500 mil vagas, com o número de discentes equivalente a 1,6 milhão, graduando, anualmente, mais de 240 mil novos profissionais. Chega-se a 1995 com forte expansão, aumentando consideravelmente o número de estudantes cursando o Ensino Superior. Época marcada por fortes reações ao centralismo do Regime Autoritário e por uma grande revalorização do espaço local, a década de 90 se caracteriza pela conquista de uma maior autonomia por parte dos municípios, confirmada no campo educacional, posteriormente, pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), - Lei nº 9.394/96.

A matriz político-teórico-ideológica da reforma do Estado orienta as reformas educacionais e em particular, as do Ensino Superior. O próprio Estado reconhece a importância estratégica da expansão do Ensino Superior privado para o desenvolvimento e busca formular políticas de fomento a esse nível de escolarização, no âmbito das instituições públicas e privadas.

Neste sentido, a antinomia da esfera pública e privada não pode ser considerada apenas fator negativo, devido à constatação da redução do potencial de empreendimento do Estado, associada à desestruturação do mundo do trabalho e ao crescimento considerável dos que vêm bloqueado seu acesso à produção e ao consumo, inclusive à aquisição do conhecimento. Assim, o Estado deixa de ser o único provedor das demandas sociais e condutor único da implementação da ação social, fazendo a opção do Sistema de Ensino Superior pela via do ensino privado, sendo patente o interesse das mantenedoras desse setor na abertura de novas instituições e cursos nas regiões de maior desenvolvimento<sup>14</sup> do país.

A nova orientação política consolida o modelo da diversificação e flexibilização que conduz as instituições de Ensino Superior às regras do mercado, adquirindo a feição de uma

---

<sup>14</sup> Enquanto em São Paulo o Ensino Superior privado responde por 82% das matrículas, na Região Norte há mais oferta do ensino público do que privado. No Nordeste, a relação é de 55% privado e 45% público e, no Sul, 56% privado e 35% público. ( MEC, 2000:15)

organização social<sup>15</sup> orientada pela lógica da operacionalidade, produtividade e flexibilidade, diferindo radicalmente da Universidade como instituição social, como defende Chauí (1998: 27-31). As instituições de Ensino Superior, com o esgotamento do modelo único e diante da ineficiência no uso dos recursos públicos por parte federal do sistema, passam a buscar articulação e parcerias com o setor produtivo, para obterem adequação às exigências do mercado e do processo de desenvolvimento econômico.

Ao final, em 1998, ocorre um crescimento de 9% do número de matrículas no Ensino Superior brasileiro, sendo os principais centros urbanos responsáveis por receberem 1.022.150 alunos matriculados, enquanto as instituições localizadas no interior do país respondem por um universo de 1.103.808 alunos matriculados.

A partir desse mesmo ano, as instituições públicas crescem quanto ao número de alunos apenas em 31%, enquanto as instituições privadas chegam a um patamar de 84%. Desta forma, os anos 90 revelam significativo processo de crescimento e também de interiorização da matrícula no Ensino Superior de graduação, invertendo a direção que prevalecia anteriormente. (TABELA 2)

**Tabela 2** - Evolução da Matrícula do Sistema de Educação Superior por Setor.

Anos	Total	Setor Público		Setor Privado	
		Alunos	%	Alunos	%
<b>1980</b>	1.377.286	492.222	37.5	885.064	64.3
<b>1984</b>	1.399.539	571.879	40.9	827.660	59.1
<b>1985</b>	1.368.165	556.680	40,8	810.929	59,2
<b>1988</b>	1.518.904	600.700	39.5	918.204	60.5
<b>1990</b>	1.565.056	617.010	39.4	948.046	60.6
<b>1994</b>	1.661.034	690.390	41.6	970.644	58.4
<b>1995</b>	1.946.189	887.026	45,6	1.059.163	54,4
<b>1996</b>	1.868.529	735.427	39.3	1.133.102	60.7
<b>1998</b>	2.125.000	683.000	32.2	1.442.000	67.8

Fonte: Ministério da Educação e Cultura – 1998

A proliferação de novas Instituições de Ensino Superior aparece como consequência de uma conjunção de fatores, dentre os quais as pressões das políticas internacionais que condicionam as políticas públicas nacionais. Além disto, as formas estruturais de organização do ensino médio público, que teve significativa expansão de matrículas, passa de 4,5 milhões em 1994 para 10,2 milhões em 2002, fato decorrente de políticas públicas sociais que

<sup>15</sup> Organização social entendida como organizações públicas não-estatais, mais especificamente fundações de direito privado, com autorização legislativa para celebrar contrato de gestão com poder executivo, e, assim, poder, através do órgão do executivo correspondente fazer parte do orçamento público federal, estadual ou municipal. (Bresser Pereira, 1995; p. 13)

incentivaram e ampliaram o acesso universal à rede pública de ensino e habilitaram significativo número a ter acesso ao Ensino Superior.

Dessa forma, as Instituições de Ensino Superior brasileiro, vinculadas ao setor privado, continuam expandindo-se para o interior das regiões brasileiras, não só de forma quantitativa como percentualmente. Em 1999, das 1.097 instituições, 905 (82,50%) eram privadas; em 2001, das 1.391 instituições apenas 183, (13,16%) eram públicas (Gráfico 2).

Em 2003, ao lado do significativo processo de privatização, registra-se o de interiorização, onde se identifica, que, das IES públicas (81), localizadas na Região Sudeste, 20 situam-se nas capitais e 61 no interior dos estados, conforme (TABELA 3). Acresce que na abrangência desta região, especificamente no território do Estado do Rio de Janeiro, encontramos 119 IES, das quais 65 localizam-se na capital e 54 no interior do Estado. Dessas Instituições, 13 são públicas e 106 privadas.

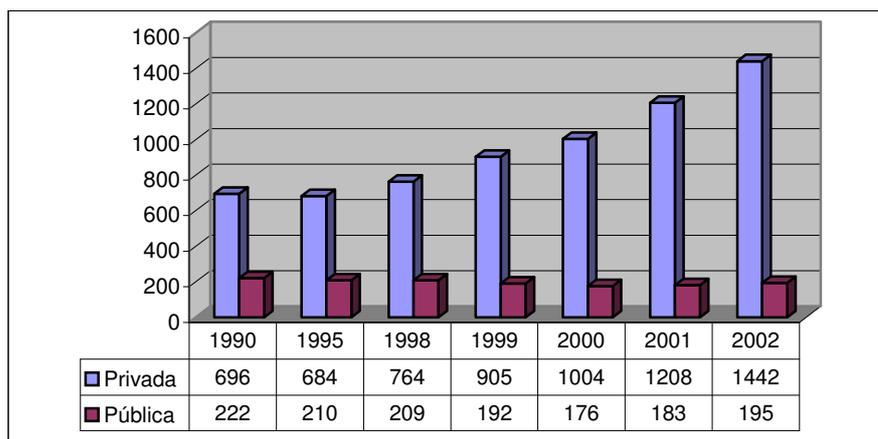
**Tabela 3** - Número de IES: Brasil/Região/localização segundo a Categoria Administrativa /2003.

<b>Região</b>	<b>Total</b>	<b>Capital</b>	<b>Interior</b>	<b>Pública</b>	<b>Privada</b>
<b>Brasil*</b>	1859	665	1194	207	1652
<b>Norte</b>	101	68	33	15	86
<b>Sudeste</b>	938	260	678	81	857
<b>Nordeste</b>	304	166	138	52	252
<b>Sul</b>	306	73	233	36	270
<b>Centro-Oeste</b>	210	98	112	23	187
<b>Distrito Federal</b>	65	65	-	2	63

\* Não inclui o DF.

Fonte: MEC/INEP/Deaes/2003

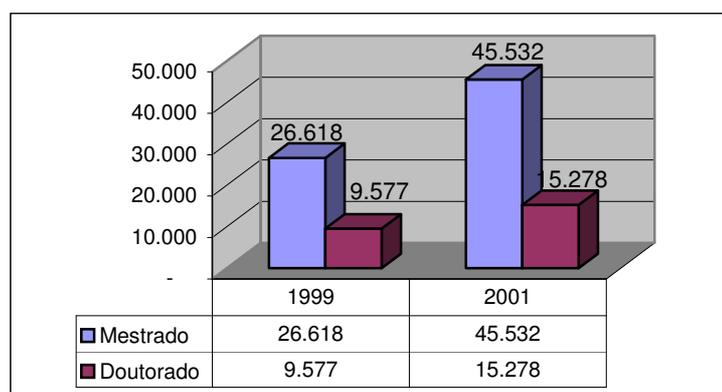
Novos estabelecimentos de Ensino Superior privado foram autorizados pelo Ministério da Educação a funcionar no período de 2001 a 2003, surgindo novas instituições privadas, num total de 544, no país. Aliada a essa frenética expansão, desde 1995, o número de estudantes cursando o Ensino Superior dobrou. Os dados revelam que as instituições particulares avançam, justamente, onde a educação pública não está, devido ao fato de que o ente público, que manteve domínio por longos anos sobre as ações educacionais, concede a liberdade de iniciativa e legitimidade do empreendimento privado nesse setor. Segundo Schwartzman (2001, p. 11) “[...] A educação superior continua sendo considerada uma função pública mas não como monopólio e o setor privado não é mais percebido como mal necessário, e sim como participante legítimo e importante para o cumprimento dessa missão.”



**Gráfico 2** – Comparativo do Número de Instituições do Setor Público e Privado.  
Fonte: INEP/MEC – 1990/2002

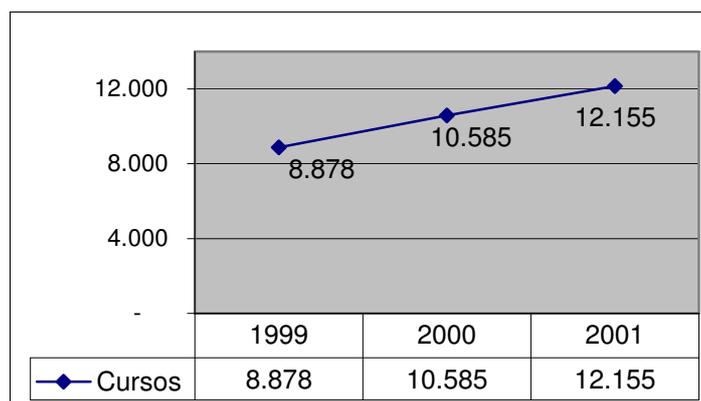
Ao lado do crescimento do número de IES privadas, no gráfico acima, evidencia-se não só um aumento no número de cursos, como também do corpo docente, embora em proporção bem menor (Gráfico 3). Em 1999, 53,41% dos docentes do País lecionavam em instituições privadas, alcançando 58,65% em 2001, assim, embora tenha havido aumento significativo do número de cursos e de IES, o número de professores subiu de forma bem mais modesta. Este fato pode demonstrar o problema do super aproveitamento dos professores, com intensiva carga horária docente.

Outros dados revelam também, a concentração prioritária dos docentes qualificados nas IES do Setor Privado. Por exemplo, em 1999, a realidade educacional brasileira apresentava um quadro onde: dos 145.950 docentes com pós-graduação, 77.763 (53,28%) lecionavam em instituições privadas, sendo que 26.618 (34,23%) com mestrado e 9.577 (12,32%) com doutorado. Em 2001, dos 187.266 com pós-graduação, 109.412 (58,43%) lecionavam em instituições privadas, sendo 45.532 (41,62%) com mestrado e 15.278 (13,96%) com doutorado.



**Gráfico 3** – Número de Docentes Qualificados do Setor Privado 1999/2001.  
Fonte: INEP/MEC – 2001

A partir da ampliação quantitativa das IES privadas constata-se que no período de 1999 a 2001, o número de cursos cresceu a cada ano, porém a proporção de crescimento diminuiu a partir deste período. Em 1999, eram oferecidos 8.878 cursos; em 2000, 10.585 cursos, com um crescimento de 19,23%. Em 2001, eram oferecidos 12.155 cursos e o crescimento de 2000 para 2001 foi de 14,83%.



**Gráfico 4** – Cursos Oferecidos/ IES do Setor Privado  
Fonte: INEP/MEC – 2001

Os dados do Censo/2002 da educação superior revelam que 88% das escolas de Ensino Superior, no país, são particulares e concentram 70% das matrículas. Segundo o MEC/INEP, o número de alunos que iniciou curso superior aumentou em 16,46% entre 2000 e 2001, sendo as instituições privadas responsáveis por 69,9% da demanda dos alunos universitários.

A prática demonstra que a expansão do setor privado educacional evidencia um setor econômico dotado de grande dinamismo, que busca adaptar-se as realidades atuais, tendo por base três estratégias gerais: quantidade, redução de custos e qualidade. Submetidas aos instrumentos legais, as IES privadas enfrentam normas administrativas que reservam ao poder do Estado a legitimidade de interferir e regular a atividade do setor privado.

Diante da prevalência da finalidade pública da educação sobre o interesse privado, alcança-se um alto nível de controvérsia e questionamento quanto à participação do setor público, subvencionando, com recursos públicos, o setor privado, no sentido de garantir a qualidade e regular a provisão de serviços do setor, que assume a finalidade de desempenhar e compor parte de um sistema de educação superior de massas propiciada pelo modelo flexível do Estado brasileiro.

A política educacional expansionista, adotada no meado da década de 90, possibilita que o Ensino Superior caminhe para o interior do país. Segundo dados do INEP/MEC

disponibilizados nesta década, existia nas capitais brasileiras, um contingente de 763.935 alunos matriculados, ultrapassados pelo interior do país que absorveu 766.145 alunos matriculados, fato que demonstra o caminho da educação superior para o interior do País.

A ampliação das vagas em educação superior e a interiorização constituem metas para a área, a partir de 1995, com o objetivo de elevar a taxa bruta de escolarização superior que deverá alcançar até 2010 cerca de 20% da população respectiva. Fato que só poderá fazer sentido com a intervenção direta da iniciativa privada e com suporte das políticas governamentais que atendam à crescente demanda por Ensino Superior.

### 2.3 ORGANIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: caracterização acadêmica, monopólio público, mercado e escolha

As normas gerais que regem o Ensino Superior brasileiro, tanto público como privado estão sob a égide de dois instrumentos legais principais: a Constituição Federal de 1988 (Art. 207, 208, 213 e 218) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96). Desde os anos 80, vem se gestando o despertar do processo de Reforma da Educação Superior (Projeto GERES – Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior, de 1986).

A Constituição Federal de 1988, ao definir a gratuidade do ensino público em todos os níveis, como dever do Estado, reafirma o caráter público da educação. As lutas pela democratização das políticas educacionais, nesse contexto, são rearticuladas em defesa da instituição de ensino público - gratuito e de qualidade. Entretanto, a Constituição em seu artigo 206, incisos III e VII garante que:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: . . .  
 III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; . . .  
 VII – garantia de padrão de qualidade.

Já o seu artigo 209 afirma que o ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I – cumprimento das normas gerais da educação nacional; II – autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

O caráter privatista assumido pelo Estado *stricto sensu* ao longo da trajetória da educação brasileira e da reconfiguração do Estado brasileiro, a partir dos anos 80, chega às reformas educacionais que indicam a transfiguração da atuação estatal no sentido de manutenção da égide privatista do Estado brasileiro, por meio de incremento de novas facetas

de intermediação entre as esferas pública e privada. Faz emergir organizações com natureza e caráter ambíguos, como as fundações e organizações sociais constitutivas das reformas do Ensino Superior, em curso, para a realidade brasileira, além de outras modalidades de interpenetração entre essas esferas, em sintonia com os organismos multilaterais.

Na atualidade, o estado neoliberal conduz a política pública educacional dentro da concepção da socialização do conhecimento, sem entretanto desvincular-se do processo de competitividade e seletividade existente no contexto social brasileiro. Este fato é identificado inclusive na versão preliminar do anteprojeto de Lei da Educação Superior (Reforma Universitária), apresentado pelo MEC em 6 de dezembro de 2004, estabelecendo nos seus cem artigos regras para o funcionamento das IES públicas e privadas. Muitos pontos polêmicos ainda estão sendo discutidos pelas mantenedoras e sindicatos das universidades privadas, o MEC e a sociedade civil. Pode-se citar como um dos pontos polêmicos a previsão de que as mantenedoras das instituições de ensino privado deverão ser credenciadas e reconhecidas periodicamente, mediante a avaliação da qualidade do ensino e da gestão, além de prestar contas ao MEC. Em 2005, a proposta da reforma, conduz ao aproveitamento das vagas ociosas existentes nas IES privadas, estimuladas anteriormente, pelas políticas públicas federais a ampliar e diversificar vagas e cursos, fato que demonstra o suporte financeiro do Estado de forma indireta, as IES do setor privado.

O Decreto 2306/97, complemento à Lei 9394/96, estabelece distintos tipos de instituições: públicas, privadas sem fins lucrativos e privadas com fins lucrativos, dando nova organização acadêmica às IES do sistema federal, que passam a classificar-se em Universidades e Centros Universitários, Faculdades Integradas, Faculdade e Institutos Superiores ou Escolas Superiores, com vocações acadêmicas diferenciadas.

Os Centros Universitários, definidos pelo Decreto nº 2306/97 como “Instituições de Ensino Superior Pluricurriculares, que abrangem uma ou mais áreas do conhecimento, caracterizam-se pela excelência do ensino oferecido, comprovada através da qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecido à comunidade escolar.” ( Art. 12). São dispensados da obrigação de realizar atividade de pesquisa, mas possuem autonomia semelhante às Universidades. (Decreto nº 3860/2001 - Art.11 § 1º). Ao lado das Universidades também estão dispensados, em virtude de prerrogativas da autonomia<sup>16</sup> de que

---

<sup>16</sup> O complexo tema da autonomia das Instituições de Ensino Superior, apesar de ter sido difundida nos projetos de Reforma Educacional da Primeira República – Reforma Carlos Maximiliano (1915), transforma-se em bandeira para a reestruturação das universidades do país em 1980. Em 1990, o projeto de autonomia ganha papel de destaque em defesa da universidade.

desfrutam (Lei 9394/96 Art. 53, Inciso I), de solicitar ao poder público autorização para abrir novos cursos, obedecendo às restrições quanto aos cursos de Medicina, Odontologia, Psicologia e Direito, nos quais as Corporações Profissionais têm que opinar. As demais categorias organizacionais – Faculdades Integradas, Faculdades Isoladas, Escolas Superiores e Institutos Superiores, não têm previsão legal de autonomia e devem ter seus cursos autorizados pelo Ministério de Educação e Cultura.

A Universidade caracteriza-se pela produção intelectual institucionalizada, ou seja, pela qualidade da pesquisa, enquanto os Centros Universitários devem ser identificados pela necessidade de manter o ensino de excelência. Os demais formatos institucionais dedicam-se ao ensino.

Quanto à organização acadêmica, de acordo com a legislação pertinente de classificação, os referenciais estatísticos demonstram que, das 918 instituições de Ensino Superior existente, no país, em 1990, somente 95 eram Universidades, 74 eram Federações de Escolas Integradas e 749 Instituições Isoladas. Quanto à organização administrativa podiam ser Federais, Estaduais, Municipais ou Privadas. O país alcança, em 1998, um total de 973 Instituições de Ensino Superior, onde o sistema federal possuía um universo de 408.640 matriculas e o sistema privado destacava-se com 1.321.229 alunos matriculados.

**Tabela 4** – Número de IES por organização acadêmica e administrativa 1980/1998.

Ano	Organização Acadêmica e Administrativa														Total
	Universidade					Federais e Integradas				Isoladas					
	Total	Fed.	Est.	Mun.	Part.	Total	Est.	Mun.	Part.	Total	Fed.	Est.	Mun.	Part.	
<b>1980</b>	65	34	9	2	20	20	1	-	19	797	22	43	89	643	<b>882</b>
<b>1986</b>	76	35	11	3	27	65	-	2	63	714	18	79	115	502	<b>855</b>
<b>1990</b>	95	36	16	3	40	74	-	-	74	749	19	67	81	582	<b>918</b>
<b>1994</b>	127	30	25	4	59	87	-	3	84	637	18	48	81	490	<b>851</b>
<b>1996</b>	136	39	27	6	64	143	4	7	132	643	18	43	67	515	<b>923</b>
<b>1998</b>	153	39	30	8	76	93	-	-	-	727	18	44	70	595	<b>973</b>

Fonte: Ministério de Educação e Cultura - 1998

A política de contenção do público e de expansão com autonomia do setor privado reforça os principais traços orientadores do processo de mudança da educação superior em geral, e da educação superior privada em particular, pondo em movimento a tradução brasileira da mundialização do capital, com significativas conseqüências, no que tange à legislação referente à educação superior.

A Lei Federal de Diretrizes e Bases de 1996 possibilitou significativa expansão do Ensino Superior alcançando, em 2001, um patamar de 1391 instituições privadas no país, com diferentes formas de estruturação acadêmica. (TABELA 5)

**Tabela 5** – IES do Setor Privado por Organização Acadêmica/2001

Instituição de Ensino Superior	Total	Privadas	
		Número	%
Universidades	156	85	54,49
Centros Universitários	66	64	96,97
Faculdades Integradas	99	97	97,98
Faculdades/Escolas/Institutos	1036	954	92,08
Centros de Educação Tecnológica	34	8	23,53
Total de Instituições	1391	1208	86,8

Fonte: Sinopse Estatística do Ensino Superior Graduação - INEP/MEC – 2001

Neste sentido, a ocorrência de estímulo à diversificação institucional e à expansão, com base no modelo diversificado e flexível, permitiu a absorção das demandas correlatas ao processo dinâmico das mudanças sociais e econômicas, fato que conduz o sistema educacional superior no Brasil a conviver, atualmente, com duas formas de configurações institucionais. Uma decorrente da legislação anterior à reforma de 96 e que divide as IES em três grupos: Universidades, Federações de Escolas e Faculdades Integradas e Estabelecimentos Isolados, com funções diferenciadas podendo ter caráter público ou privado. Quando públicas, dependem diretamente do financiamento e administração da União (IES Federal), dos estados federados (IES Estadual), ou dos municípios (IES Municipal). A outra configuração resulta da Lei nº 9394/96 e da legislação complementar, que torna o sistema mais heterogêneo e diversificado. Assumem as formas organizacionais de Universidades, Centros Universitários, Faculdades Integradas, Faculdades e Institutos ou Escolas Superiores.

No Brasil, o fundamento das políticas educacionais está sob a lógica capitalista da racionalidade financeira, que representa o capitalismo internacional e insere a educação no contexto do desenvolvimento econômico. Segundo Reis Velloso, as próximas duas décadas deverão ser norteadas por quatro pontos básicos em sua política educacional:

Elevação do nível de escolaridade geral, evoluindo do objetivo de universalizar o ensino fundamental (primeiros oito anos) para universalizar até o nível médio (primeiros onze anos); Elevação do nível da População Economicamente Ativa (PEA); Excelência da educação, em bases internacionais modernas que implica a reforma do modelo de educação no Brasil – desde o pré-primário até o nível superior e pós-graduação – disponibilizando uma educação que responda aos desafios do século XXI; e por último, a Eficiência da educação - que implica em mudanças no modelo de gestão do setor, flexibilização, controle de resultados e custos, inserindo valores. (VELLOSO 1999, p.7-18)

Permanece, assim, como meta, a avaliação da relação custo/benefício, qualidade/homogeneidade. Essa lógica traz, em seu bojo, preocupações essenciais com qualidade do ensino, universalização da educação básica, educação profissional e o emprego, expansão e diversificação do Ensino Superior, novas tecnologias, educação à distância e avaliação funcionando como alavanca da qualidade.

O atrelamento da educação ao desenvolvimento econômico reduz a instituição de ensino a um espaço de reprodução social, negando, dessa forma, que:

As escolas são formas sociais que ampliam as capacidades humanas, a fim de habilitar as pessoas a intervir na formação de suas próprias subjetividades e a serem capazes de exercer poder com vistas a transformar as condições ideológicas e materiais de dominação em práticas que promovam o fortalecimento do poder social e demonstrem as possibilidades da democracia. (GIROUX, 1995, p.95).

O mercado surge como uma alternativa de política pública, ao ideário da educação como monopólio público. Assim, ele é fortemente determinado e singularmente construído e legitimado pelo próprio poder estatal, que exerce controle dos indicadores de desempenho, fornece a base da escolha. Alguns teóricos argumentam que a intervenção do Estado significa que não há um mercado “real”, porque não se permite que as forças do mercado tenham seu pleno efeito. Outros apontam para a eficácia do papel regulador do Estado, em salvaguardar os interesses do consumidor. Em outras palavras, o funcionamento e os efeitos de um mercado da educação beneficiaria certas classes e frações de classe, em detrimento de outras.

O mercado da educação pressupõe a “posse do código cultural exigido para decodificar os objetos exibidos” (BOURDIEU & PASSERON, 1998, p.51,52), serve à cultura da escolha, que constitui um novo arbitrário cultural e estabelece um novo nexos entre o sistema educacional e as classes sociais – um novo modelo de articulação (Connell *et al*, 1982). A ideologia do mercado funciona como um mecanismo de reprodução de classe e pressupõe que as habilidades e predisposições para a escolha, bem como o capital cultural, que pode ser investido na escolha, sejam características que existam de forma generalizada na população.

Nesse cenário, os processos de privatização assumem tipologias distintas, sob premissas que advogam a redução da intervenção estatal por meio de repasses de atribuições e recursos ao setor privado ou ao setor público não estatal. Conforme afirma Gentili:

[...] a privatização envolve uma dinâmica onde se combinam três modalidades institucionais complementares: 1) fornecimento público com financiamento privado (privatização do financiamento); 2) fornecimento privado com financiamento

público (privatização do fornecimento); 3) fornecimento privado com financiamento privado (privatização total). (GENTILI, 2001, p.75):

No âmbito das políticas educacionais, a interpenetração entre as esferas pública e privada assume novos contornos, sobretudo no tocante às formas de regulação e gestão da educação superior, cujo processo de expansão das oportunidades, nesse nível, tem se intensificado, majoritariamente, sob a égide privada.

Oportuno situar que a ambigüidade entre a esfera pública e privada, indicando a complexidade do cenário educacional, ainda persiste em muitos casos onde o Poder Público tem sido acionado para subvencionar, direta ou indiretamente, o setor privado. Os casos de subvenções do Poder Público, sobretudo municipal, têm ocorrido com o aval do Poder Legislativo, em muitos casos. Corrobora para a implementação dessas subvenções a “mística” da implantação de Instituições de Ensino Superior, vista como prestígio e, fundamentalmente, como eficaz *marketing* promocional da cidade e/ou região. Variados são os artifícios do processo de progressiva privatização do público, sendo incluído nesse a terceirização de serviços, a implantação de fundações municipais, comodatos, bolsas, parcerias, doação de terrenos, isenção de impostos e outras modalidades que o favorecem.

As novas e atuais faces do Estado e dos sistemas de educação não são apenas explicadas por fatores gerais, mas também por fatores específicos de cada país, de cada Estado-membro, de cada município e de cada cidade. Nesse contexto, as novas configurações da Educação Superior devem ser compreendidas a partir dos rumos que vem tomando o espaço público e estatal que privilegia os referenciais das estruturas organizacionais e metodologias gerenciais das empresas e a lógica de produção das demandas do mercado. Sendo assim, como afirma Sobrinho:

[...] a ampliação das instituições privadas é estimulada por meio de várias ações e atitudes: do aperto orçamentário das instituições públicas; da ingerência sob sua gestão e escolha de seus administradores; da desvalorização do plano das idéias de tudo o que é público e o conseqüente enaltecimento do privado; do atrelamento da educação à saída laboral; da concorrência ou competitividade entre instituições, sejam educacionais ou não; da impregnação ideológica da eficiência como valor central...” (in. SILVA Jr., 2001, POSFÁCIO, VII)

O setor privado tem aproveitado melhor a faculdade da liberalização e exercido uma aguçada sensibilidade às novas possibilidades lucrativas, criando cursos rápidos, flexíveis e menos dispendiosos, conseguindo atrair uma clientela nova e de rápida rotatividade. Quanto às universidades públicas, em face do estrangulamento orçamentário a que estão submetidas,

tendem a abdicar de sua função pública de formação de cidadãos e profissionais, que ajudem a consolidar, crítica e criativamente, a identidade nacional e partem para a lógica do mercado.

O Ensino Superior privado deve ser considerado como importante agregador econômico e social com grande investimento no setor, sendo o maior responsável pela formação de novos profissionais. O setor do Ensino Superior Privado, nas últimas décadas, democratiza o acesso de milhões de jovens das categorias sociais excluídas da universidade, abrindo-lhes melhores oportunidades de trabalho. As universidades públicas, devido à falta de previsão e de investimentos públicos, tornaram-se incapazes de responder às pressões sociais, dos estudantes oriundos das classes de renda mais baixas, para o acesso ao Ensino Superior. Os dados referenciais demonstram a existência de um investimento de 7 milhões de reais até 2004, no setor do ensino privado, com a finalidade de melhorar a qualidade e absorver essa demanda social, que, pressionada pelo mercado, procura melhor qualificação.

Desta forma, as instituições privadas, apesar de aspectos negativos, têm respondido com maior agilidade à demanda, sendo responsável nesse início de milênio por cerca de 70 % da oferta de vagas. Não se pode negar o dinamismo e potencial do setor privado, fato evidenciado pelos dados de seu crescimento expansionista e financeiro.

## 2.4 CONEXÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: a reestruturação produtiva e a configuração urbano-regional

O desenvolvimento econômico reflete-se na educação brasileira como um todo. Sob a égide do Estado, surgem políticas de planejamento econômico, entre 1950 e 1970, que subsidiam as novas bases técnico-científicas do território. O movimento no interior do território se intensifica e estabelece liame com a nova divisão social e territorial do trabalho, acompanhada pela redistribuição das atividades econômicas da população.

O Brasil desperta, a partir dos anos 70 e 80, por decorrências de pressões internas e externas que exigem maior flexibilização, qualidade e produtividade, para a necessidade de aumentar o nível de escolaridade e de qualificação profissional da população. Exige-se competência e aprendizado da empresa como um todo, incluindo os trabalhadores. O mundo pós-moderno dificilmente absorverá pessoas sem qualificação profissional, fato que sempre exigirá uma política educacional que perceba o novo sentido, as exigências pertinentes ao

perfil profissional e que responda, de forma comprometida, ampla e efetiva, às necessidades reais e urgentes de formação, qualificação e valorização dos profissionais.

A partir da década de 1980, acontece a urbanização do território advinda da crescente artificialização do meio geográfico, onde são incorporadas novas áreas do interior do país, como as Regiões Norte e Centro-Oeste. Um novo projeto de modernidade se impôs por todas as partes do planeta. O novo conteúdo das metrópoles<sup>17</sup>, onde se criam espaços privilegiados, parece conformar um arranjo intimamente associado com a concretização de bases técnicas e políticas da globalização no Brasil.

O meio técnico-científico estende-se, autorizando a dispersão das atividades econômicas, tais como a indústria, o comércio especializado, os novos serviços de saúde e educação, entre outros. Ao final da década de 80, surgem subespaços especializados e de forte sinergia, onde não apenas temos o acúmulo das inovações, como também assistimos ao jogo político comandado pelos atores hegemônicos, que ora concorrem com o poder do Estado, ora o têm como aliado para a realização dos seus interesses em nível nacional e internacional.

Sem dúvida, as transformações no processo produtivo, as mudanças tecnológicas e organizacionais no trabalho, ocorridas no contexto de uma nova ordem global e econômica, refletem-se na qualificação exigida do trabalhador, para sua inserção no mercado de trabalho. Esse mercado de trabalho, cada vez mais excludente, exige certamente, demanda por uma educação de qualidade, para parcela reduzida de trabalhadores e comporta a idéia de diferenciação da qualidade de ensino a ser oferecida pelo público/privado, em instituições de um mesmo sistema educacional nacional.

O contexto social de escassez de emprego, existente nas últimas décadas, reforça o papel da educação geral e da profissional na direção da possível melhoria das condições de empregabilidade do trabalhador. Nesse sentido, demandas de qualificação, observadas atualmente, podem viabilizar a oferta de programas/cursos mais adequados à realidade tanto do trabalhador como da produção local e/ou regional. Ao mesmo tempo podem contribuir para a implementação de políticas públicas democratizantes.

Ampla discussão teórico-metodológica sobre a educação profissional tem priorizado dois enfoques: um, pragmático e utilitarista, decorrente de uma perspectiva estrutural-funcionalista, onde a educação deve adequar-se às necessidades da estrutura ocupacional,

---

<sup>17</sup> Segundo Milton Santos (2002), as metrópoles brasileiras têm um caráter nitidamente corporativo, significando que a maior parte dos fundos públicos está sendo canalizada para um grupo pequeno e limitado de empresas de maior capitalização e capacidade de inserção na economia-mundial, deixando o resíduo dos recursos para as empresas de menor expressão e as camadas da população que estão à margem do sistema urbano.

derivando uma visão economicista, preocupada com o crescimento econômico e com a estrutura ocupacional. Nessa perspectiva, a educação é considerada como vetor formador de mão-de-obra para uma determinada profissão ou ocupação definida pelo mercado de trabalho. O segundo enfoque pressupõe uma concepção de sociedade voltada para a justiça e igualdade, construída a partir da reflexão e da crítica às propostas vigentes, baseada em uma teoria mítica e histórica da educação que:

Busca superar os desafios apresentados pelos processos econômicos e formular proposta pedagógica que trate articuladamente os setores envolvidos ou seja, os trabalhadores (protagonistas-sujeitos da relação entre trabalho e educação), o processo formativo, e os requisitos atuais da organização do trabalho e produção. (BELLONI, 2001, p.29)

Nesse contexto, podemos afirmar a existência de inter-relações, entre outras, com o nível de democratização do conhecimento e com a inserção do trabalhador no processo e no sistema educativo. Dessa forma, a compreensão do caráter e finalidades da educação/Ensino Superior, no Brasil, remete ao exame das influências oriundas dos processos dominantes no mundo do trabalho, em especial os decorrentes da reestruturação produtiva e da globalização, além daquelas oriundas da história e da cultura individual e coletiva do Estado-Nação.

Podemos dizer que, no contexto atual, existe um projeto político e econômico global para o qual a educação exerce um importante papel, no sentido de adequação de hábitos, costumes e habilidades para o mercado de trabalho e para o mercado de consumo. Trata-se da busca da excelência – onde se exige, além da competência técnica, um perfil de sujeito social homogêneo, de conformidade com parâmetros culturais, de cor, de aparência, dotado de um padrão específico de conhecimento técnico e de comportamento social afinado com o paradigma da utilidade.

Na expressão excelência, está subentendida a idéia de competitividade associada à capacidade de lidar com a inovação tecnológica. Em síntese, podemos afirmar que, no contexto do projeto sócio-político e econômico global, o ser excelente e o poder de conquistar espaço na sociedade transformaram-se em significado ideológico e de identidade social, associada à capacidade competitiva de angariar espaços. A educação/escola, principalmente a universidade, teria o papel de facilitar esse processo diante da grande demanda por educação e do aumento do valor econômico do conhecimento, acrescido das exigências que brotam das forças do mercado e das transformações no mundo do trabalho.

Em conexão com essas transformações, as quais precisa oferecer respostas imediatas, o Ensino Superior enfrenta constantes e novos desafios, estando dentre esses, a privatização e

expansão da educação Superior no Brasil. A reforma de 1968, que se definiu pelo modelo de universidade, embora sem adequada implementação, fez surgir algumas centenas de instituições ditas isoladas, interiorizadas pelo território nacional, que foram crescendo ao longo das duas décadas subseqüentes, em uma expansão acelerada, estimulada oficialmente e sem planejamento prévio, fazendo surgir um conjunto heterogêneo de instituições, em diferentes regiões do país, com oferta de diversificados tipos de serviços, nesta fase, sem a garantia de um padrão mínimo de qualidade. A mudança de perfil do sistema de predominância de instituições isoladas para universidades, não apresentou significativas mudanças em termos de relevância e diversificação da oferta de novas alternativas no processo ensino-aprendizagem e de resultados diferenciados na qualidade e acesso aos produtos educacionais oferecidos.

Concomitantemente à reorganização da lógica do Estado e à expansão do Ensino Superior, ocorreu uma verdadeira explosão de criação de municípios, superando, inclusive, as décadas de 30 e 60 que, até então, tinham o maior número de municípios criados. Dados revelam que com a descentralização político-administrativa, surgem novos espaços municipais alcançando um total de 5.560 municípios brasileiros existentes, no entanto, destes, apenas 19% têm jovens matriculados no Ensino Superior dentro da faixa etária considerada adequada, entre 18 e 24 anos<sup>18</sup>. Estudo divulgado pelo INEP/2004 revela dados importantes quanto à relação entre escolarização/faixa etária, onde 85,5 milhões de brasileiros estão na faixa etária de 25 anos de idade ou mais. Indicam, ainda que, na Região Nordeste, 26,1% dos habitantes, nessa faixa etária, não concluíram sequer um ano de estudo, índice que é de 8,8% na Região Sul. De cada cem brasileiros de 25 anos ou mais, vinte e três terminaram pelo menos o ensino médio e quinze deles não têm nenhum grau de escolarização.

Os processos de reorganização espacial advindos dos padrões tecnológicos e a inserção do Brasil na nova divisão internacional do trabalho, do pós-Segunda Guerra, conduz a uma acelerada transformação no uso do território, que se reflete principalmente na consolidação da urbanização do país, tendo por base uma nova lógica de organização econômica.

O ritmo acelerado da urbanização da sociedade, resultado das modernizações seletivas do território, leva à intensificação dos fluxos de pessoas, bens e mercadorias e, por outro, ao

---

<sup>18</sup> Em estudos do Ministério da Educação com base nos dados do IBGE, revela-se o ranking das dez cidades brasileiras na atualidade, com o maior número de universitários dentro da faixa etária adequada: São Caetano do Sul (SP), Florianópolis (SC); Niterói (RJ); Santos (SP); Porto Alegre (RS); Balneário Camboriú (SC); Vitória (ES); Curitiba (PR); Caxias do Sul (RS) e Santa Maria (RS).

próprio crescimento das metrópoles. Ocorre o processo de metropolização - onde se concentram recursos econômicos, presença de um mercado de trabalho privilegiado e as promessas de realização de consumo. No Brasil, institucionalizam-se, na década de 70, nove áreas concentradoras dos recursos: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Mas, somente o Rio de Janeiro e São Paulo, ambas localizadas na Região de Sudeste, merecem o título de metrópole nacional graças à espessura da divisão social e territorial do trabalho, ligadas a uma importante atividade industrial e financeira.

Num cenário de crescente desarticulação do espaço e da economia brasileira, diante do novo regionalismo global, que pode ser considerado uma resposta racional do ponto de vista das empresas hegemônicas em diferentes espaços territoriais produtivos, o Estado Nacional vê sua inserção externa facilitada pelas próprias políticas públicas agora direcionadas para o contexto de mundialização do espaço das cidades, onde a socialização capitalista significa uma maior pressão para criar ou manter atividades de ponta, o que pode acarretar uma alocação ainda mais disparatada dos escassos recursos públicos para o setor privado.

As estratégias para a criação, na atualidade, de novas centralidades urbanas, de conectividade e produtividade urbana representam nada mais do que uma nova face daquilo que Oliveira chama a “privatização dos fundos públicos sem que se publicize o privado” (OLIVEIRA, 1997, p.83). A seletividade dos investimentos públicos constitui a matriz da desigual valorização das cidades, segundo Santos (2002, p.253)

Essa discussão conecta-se com o Ensino Superior estruturado no Brasil, que não pode ser analisado sem referências à compreensão de seu percurso no território nacional e regional, de sua historicidade e de seu vínculo com a utopia do desenvolvimento tecnológico e o capital internacional.

Destacam-se como principais desafios de um mundo em transformação os processos simultâneos e contraditórios de democratização, mundialização, regionalização, polarização, marginalização e fragmentação ocorridos no século XX e, advindos das tendências de expansão quantitativa, da diversificação das instituições, dos programas e formas de estudo e das restrições financeiras. Essa dicotomia direciona para a questão do padrão de gestão, do financiamento, da organização acadêmica e da integração regional que exige a transformação do panorama do Ensino Superior, que, segundo Yarzàbal (1996, p.42), tende: à expansão quantitativa; ao aumento do número e diversificação dos estudantes; ao aumento do número de docentes; à multiplicação do número instituições; à diversificação de instituições; ao

aumento da participação do setor privado; à diminuição do gasto público e à internacionalização crescente.

Assim, além do fato das políticas de educação superior em curso estarem baseadas na lógica da diversificação e diferenciação institucional, como base de reorganização da educação superior no Brasil, implica também em maior ajustamento das instituições a uma ótica capitalista, estritamente concorrencial, que impõe uma gestão técnica e racionalizadora.

Do mesmo modo, o fomento às instituições privadas de educação superior possibilita a ampliação das oportunidades de acesso, de forma eficiente e flexível, sem aumentos adicionais para o Estado, devido à crescente participação do setor privado que se expande por diferentes regiões do país. De forma geral, o Estado e a sociedade de mercado, na modernidade e pós-modernidade, sempre exigem adaptação do Ensino Superior ao jogo social e à integração no processo produtivo, sendo o sistema privado ponto das respostas à conexão e adaptação com as mudanças tecnológicas, que exigem rapidez e atualização do capital intelectual humano.

**Tabela 6** - Número de IES do Setor Privado por região geográfica/2001

Região	Total	Privadas	
		Número	%
Norte	61	49	80,33
Nordeste	211	165	78,20
Sudeste	742	667	89,89
Sul	215	182	84,65
Centro-Oeste	162	145	89,51
<b>Total de Instituições</b>	<b>1391</b>	<b>1208</b>	<b>86,84</b>

Fonte: Sinopse Estatística do Ensino Superior Graduação - INEP/MEC/2001

Métodos de reflexão, reorganização e ação interativa precisam ser parte da construção do conhecimento, sendo essa responsabilidade da universidade cuja grande tarefa, segundo Morin (1999, p. 21) é: “dar aos alunos que vão enfrentar o mundo do terceiro milênio uma cultura que lhes permitam articular, religar, situar num contexto, os conhecimentos que adquiriram”. Afirma, ainda, que a grande tarefa da universidade é encontrar o caminho da articulação entre as ciências, sem operar reduções, sem a pretensão de uma ciência geral. A função primordial consiste em retirar o conhecimento de seu isolamento, de sua forma cristalizada e linear, para inseri-lo no contexto complexo do mundo vivido, onde os problemas do mundo pós-moderno apresentam-se de forma complexa, multifacetados em

aspectos humanos, culturais, ambientais, políticos, econômicos que, raro, envolvem conflitos de valores. Nesse sentido, a pós-modernidade reflete uma época na qual as fronteiras culturais e epistemológicas estão se desfazendo, como afirma MacLaren (1993, p.17) e se complementa com o dizer de Morin (1999, p.22) onde a postura do conhecimento do mundo possibilita a mudança da postura da universidade, frente ao conhecimento.

Nessa linha de pensamento, em uma época de profundas transformações que se fundamentam em uma concepção tecnocrática de educação superior, que transita do Estado para o mercado, da razão para a heteronomia, onde os graduados são vistos como “produtos”, que têm um valor de utilidade na economia, exige-se urgência da educação superior em ser redesenhada para a competição global na sociedade pós-industrial, ou seja, das universidades em atender às demandas e mudanças aceleradas do mundo atual “[...] ganha valor, instrumentando competências profissionais e organização dos postos de trabalho.” (SOBRINHO, 2002, p.41).

As epistemologias do mercado, a performatividade e excelência seletiva parecem orientar, de forma concomitante, o Ensino Superior, servindo para reforçar o circuito capitalista hegemônico, suporte fundamental para compreensão e análise desse ensino, nas décadas finais do século XX e início do XXI. Realiza um ajustamento do projeto político nacional à nova ordem mundial, fato que se refletirá em todas as esferas da atividade humana e, em particular, na educação superior, numa tentativa de reconfiguração desse espaço social e territorial segundo a ótica e as racionalidades econômicas dispersas pelo território nacional.

Por circunstâncias diversas, praticamente, não são produzidas visões de conjunto do espaço nacional. O Estado-Nação requer uma redefinição do contexto territorial, um retrato da nova natureza do território, que se apresenta a partir de fatos e relevantes relações que caracterizam a formação sócio-espacial brasileira atual. A economia de todos os países conhece um processo mais vasto e profundo de internacionalização, mas esse tem como base um espaço que é nacional e cuja regulação continua sendo nacional, ainda que conduzida em função dos interesses de empresas globais. Pode-se falar, legitimamente, de espaço nacional da economia internacional, vinculando-se, aqui também, o setor da educação/Ensino Superior privado.

Diante desse quadro, o setor privado educacional busca se adaptar pelo crescimento, concentração e dispersão pelo território brasileiro em busca de demanda, de recursos institucionais e sistêmicos, a nível nacional, que o possam subsidiar, como o FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior) voltado à demanda de alunos que necessitam de bolsas, tendo suporte financeiro do governo federal para permanência nas

instituições privadas. Apesar de ter para 2005, uma previsão orçamentária de R\$ 829 milhões de reais, este financiamento tem apresentado na sua história um declínio quanto à procura pelos estudantes. Pode-se atribuir o fato à exigência de fiador, acrescido às constantes alterações na legislação, que referendem a sua busca por nichos de qualidade e garantam o fato do crescimento do setor e desempenho de função social relevante. Mais recentemente, o governo federal cria o Pró-Uni que tem previsão para 2005 de concessão de mais de 100 mil bolsas, onde o governo cria fundo através da reversão de impostos, não pagos pelas IES privadas.

O Governo Federal demonstra perfeita conscientização de que as condições financeiras do Estado são, hoje, muito limitadas e insuficientes para atender a toda demanda que está sob sua responsabilidade direta ou indireta. Sendo assim, opta por redimensionar o universo de cerca de duzentas mil vagas ociosas existentes nas IES privadas, cuja criação decorreu de estímulos propiciados pelas próprias políticas públicas educacionais do Estado. A concretização do Programa Universidade Para Todos (ProUni), da atual reforma universitária conduz, na verdade, à compra de vagas ociosas das IES privadas de Ensino Superior, pelo Estado, resultantes da política expansionista governamental. Torna-se mais barato a utilização desse procedimento do que expandir o setor público, atendendo, de maneira rápida, à demanda oriunda das escolas públicas e à população pertencentes às categorias sociais de baixa renda e aos grupos estigmatizados (Programa de Cotas).

O crescimento de matrículas no setor privado desse nível de ensino pode ser evidenciado pelos dados do MEC/INEP/2003 que revelam superioridade de demanda em relação ao público. No contexto geral do Brasil alcança-se um total de 3.887.771 milhões de alunos matriculados, estando 71% nas Instituições do Ensino Superior privado e 29% no público. Significativo patamar ocupa a Região Sudeste com a absorção de 49% (1.918.033 milhões) dessa demanda.

O espaço deixado por opção do poder público estatal, ao concentrar seus esforços na educação básica, disponibiliza de forma clara a Educação Superior para a iniciativa privada, que se expande e migra para o interior do país, alcançando dados significativos, chegando seus reflexos, inclusive, a Campos dos Goytacazes conforme a tabela abaixo, na qual o número de matrículas apresenta crescimento nos anos de 2000 a 2002.

**Tabela 7 – Matrícula do Ensino Superior por abrangência geográfica**

Abrangência Geográfica	Número de Matrícula / Ano		
	2000	2001	2002
Brasil	1.443.722	1.619.260	1.894.360

Abrangência Geográfica	Número de Matrícula / Ano		
	2000	2001	2002
Sudeste	804.963	900.567	1.011.308
Rio de Janeiro	111.263	133.410	147.553
Campos dos Goytacazes	9.486	14.204	16.181

Fonte: MEC/INEP - 2002

Nessa crescente absorção de demanda, pelo setor privado, aliada a interiorização, destaca-se a cidade de Campos dos Goytacazes que alcança pouco mais de 20.000 alunos matriculados, no ano de 2004, em suas oito instituições vinculadas ao setor privado e cinco do setor público. Famosa por sua densidade demográfica, pela produção de petróleo em águas marítimas profundas e arrecadação de *royalties* advindos dessa produção, projeta-se como cidade de grande concentração de instituições de Ensino Superior no Estado do Rio de Janeiro a partir da década de 90, representando significativo espaço de atração, nesse setor, ao ocupar o terceiro lugar no *ranking*, vindo após a cidade do Rio de Janeiro (1º lugar) e de Niterói (2º lugar).

### **3 O ENSINO SUPERIOR EM CAMPOS DOS GOYTACAZES**

#### **3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO SÓCIO-POLÍTICO, ECONÔMICO E GEOGRÁFICO DA CIDADE**

A Vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes passa a ser um espaço unificador dos movimentos culturais, religiosos e políticos propiciados pela elite produtora de açúcar a partir do século XVII. Elevada à categoria de cidade em 28 de março de 1835, por ato da Assembléia Legislativa Provincial do Rio, com o nome de Campos dos Goytacazes, rendendo, dessa forma, uma homenagem aos grupos indígenas<sup>19</sup> outrora ocupantes da planície que se estende da Cordilheira da Serra do Mar à Barra do Furado, percorre enquanto cidade, ao longo dos períodos da Colônia, do Império e da República, um ciclo de significativas inserções no cenário regional e nacional. Inserções essas reveladas na afirmativa:

[...] Certamente que não eram muitos os que no começo do século passado (Século XIX) podiam servir às batalhas do pensamento, numa pequenina vila do interior, como, então, era Campos.[...] Conquanto a grandiosa claridade da instrução jorrasse apenas sobre algumas classes privilegiadas, todavia, em nossa terra, que acompanhou sempre de perto os progressos da Corte, havia o seu núcleo de homens que pelejavam afoitamente pela nossa emancipação mental, travando renhidos prélios pela justiça e pela liberdade [...] (PAIXÃO, 1994, p.13)

Ao final do século XIX, a cidade de Campos dos Goytacazes era considerada como responsável pelo desenvolvimento da velha província fluminense, em face de se constituir uma das principais produtoras de açúcar e álcool. Destaca-se no cenário nacional quando, em

---

<sup>19</sup> Os primeiros habitantes das terras da planície campista foram os índios Goytacazes ou Goytacaz (“homem que nada” ou “caranguejo grande que mata gente”), que eram considerados os mais cultos indígenas da região.

1883, o Imperador Dom Pedro II inaugura a luz elétrica na cidade, passando a ser a primeira na América do Sul a contar com esse avanço tecnológico que, conseqüentemente, mudaria o perfil dos engenhos produtores de açúcar, até então tocados a vapor.

Com o século XX, novas perspectivas abrem-se para a cidade e para a região, através do surgimento da prospecção e exploração do petróleo na Bacia Continental de Campos, considerado como base do possível desenvolvimento da cidade nos últimos 20 anos. Com o óleo jorrando no dia 22 de novembro de 1974, tem início a concessão dos *royalties* em 27 de dezembro de 1985, no governo do presidente José Sarney. A cidade chega à década de 80 com cerca de 400 mil habitantes e, no campo da educação, com 537 unidades escolares de 1º e 2º Graus, três de ensino profissionalizante e seis instituições de Ensino Superior.

### 3.2 TRAJETÓRIA POLÍTICO-SOCIAL DO ENSINO SUPERIOR EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

Aliada à trajetória econômica da cidade, observamos, ao longo da sua história, constantes pressões sociais, principalmente das elites ligadas à produção e ao comércio açucareiro, no sentido de mobilizar e forçar os centros de decisão política local e nacional, através de movimentos sociais, para a implantação de estruturas educacionais na cidade.

Para dar conta do panorama das transformações ocorridas, considerando que a cidade que por ora nos aparece não é a mesma de antes, torna-se oportuno direcionar o foco para a conexão com os fatos históricos marcantes do processo político, que fizeram parte do contexto no passado e ajudaram a construir o hoje, o espaço da cidade – enquanto espaço do cidadão.

No espaço da cidade ecoam os reflexos da conjuntura nacional, em grande escala, fazendo com que as lideranças políticas procurem dar respostas aos anseios da classe média emergente. Devido a esses reclamos, na década de 30, surgem as três primeiras Escolas Superiores em Campos dos Goytacazes.

A Escola de Farmácia e Odontologia, fundada em 26 de setembro de 1931 e oficializada pelo governo estadual em 24 de dezembro de 1931 através do Decreto nº 3176/31, trouxe para a cidade um marco de progresso, implantando os cursos necessários, em caráter provisório, em relação aos aspectos legais. Somente foi legitimada pelo governo do Estado cinco anos depois, através do Decreto nº 196, de 24 de dezembro de 1936, embora tenha graduado a primeira turma em março de 1935. Devido ao fato de estar incorporada ao

patrimônio do Estado, e já que a legislação estabelecia o veto à acumulação de cargos públicos remunerados, ocorre demissão, a pedido, de muitos professores e funcionários dessa escola superior. Na época, isto acarretou a perda de seus funcionários e conseqüentemente o seu fechamento.

A Escola de Direito Clóvis Bevilácqua, fundada em 1932 é resultante das ações das forças locais da sociedade civil com o apoio do Governo do Comandante Ary Parreiras, que a oficializa através da Lei nº 3178 de 27 de dezembro de 1934 e a incorpora, posteriormente, ao patrimônio do Estado pela Lei Estadual nº 37 de 12 de junho de 1936. Através de parecer unânime do Conselho Nacional de Ensino em 1º de novembro de 1937, passa a ser equiparada às escolas congêneres oficiais do país, iniciando suas atividades com 300 alunos, formando-os bacharéis. Apesar disso, não consegue aprovação do Governo Federal, sendo extintas suas funções em fins de 1953.

Essas iniciativas constituem os marcos iniciais da trajetória da cidade de Campos dos Goytacazes, como referencial do Ensino Superior, acrescidos, ainda na década de 30, pela criação da Escola Superior de Agricultura, Veterinária e Química Industrial de Campos, que teve o início de suas atividades em 1936, funcionando regularmente durante alguns anos e formando várias turmas de agrônomos. Essa Instituição de Ensino Superior, de grande importância para a cidade, sancionada pelo Estado, pleiteou uma equiparação federal, sendo negada devido à exigência, na época, de um patrimônio em torno de dois milhões de cruzeiros. A diretoria da instituição, preocupada em melhorar a qualificação da área necessária à cidade, optou em fazer uma sociedade anônima, conseguindo, em coleta popular, um capital de 400 mil cruzeiros, que foi insuficiente para atender à exigência de compra dos campos de experimentação e cultura, pelo Governo Federal. Em 1942, ocorre seu fechamento.

É importante observar que como *locus* do Ensino Superior, Campos dos Goytacazes desde a década de 30 já atraía estudantes do Norte Fluminense, do Sul do Espírito Santo e da Zona da Mata Mineira, por possibilitar às famílias custo menor de manutenção do estudante na cidade do que na capital da República. Assim, para Campos dos Goytacazes, demandava significativo fluxo de estudantes em busca do Ensino Superior oferecido pelas instituições isoladas existentes.

O desenvolvimento do processo de urbanização e industrialização rápida do país, considerado expressivo na consolidação das mudanças sociais no Brasil, no período de 30 a 50, tem significativo reflexo em Campos dos Goytacazes, que mobilizava forças locais e nacionais para criar e manter as escolas superiores neste período.

Enquanto Friburgo, Petrópolis e Niterói, de longa data, possuíam Instituições Superiores, Campos dos Goytacazes não as possuía, mas era detentora de um efetivo populacional igual à soma das referidas cidades à época que pleiteava ações públicas efetivas no sentido de atender a demanda por esse nível de ensino.

Permanece em latência a vontade da sociedade civil e das lideranças políticas, na década de 40, em prol da volta das escolas superiores à cidade, mas sem ações concretas. Este movimento retoma força na década de 50, através das Federações e Congressos Estudantis aliados às lideranças políticas, sociais e econômicas e, principalmente, da Comissão Pró-Volta das Escolas Superiores, criada pelo prefeito José Alves de Azevedo. Pleiteia-se, também, a Universidade de Campos e a criação da Cidade Universitária. Em 13 de agosto de 1952, o prefeito endereça à Federação dos Estudantes de Campos (FEC) o ofício 474/951, onde assim se manifesta:

[...] Campos que desfruta do mais alto conceito dentro do Estado do Rio e da Nação já deveria ter sua Cidade Universitária enriquecida com a sede da Federação de Estudantes principalmente para amparo dos estudantes pobres... Criação da Universidade de Campos, lacuna aberta dentro das nossas necessidades prementes. Estou certo de que conseguiremos, com a atuação de todos, a criação dessa por subscrição popular em títulos ou ações ou por auxílio direto dos governos municipal ou estadual. Isto apesar do atual Ministro da Educação e Saúde já ter-nos negado o seu auxílio... Não devemos nos desanimar... Conclamo a Academia Campista de Letras e a Associação de Imprensa Campista a não esmorecer nesse pleito e principalmente aos intelectuais e professores detentores do saber... Mesmo que temporariamente trabalhem gratuitamente até obter o reconhecimento do Ministério da Educação e Saúde [...] (CAMPOS DOS GOYTACAZES: ARQUIVO MUNICIPAL, 1952).

A organização do assim chamado Movimento Pró-Volta denuncia o fechamento das escolas superiores no interior, atribuindo esse fato ao desinteresse das camadas políticas do país, que objetivava, segundo os militantes do movimento, conservar na ignorância o povo brasileiro, inclusive não disseminando o conhecimento no interior do estado. (Jornal “Correio Estudantil Independente”. Ano 1, nº 2 setembro, 1952).

Inconformada com a medida, a sociedade campista apela no sentido da reabertura através do então prefeito do Município, que envia telegrama às autoridades superiores, em 02 de fevereiro de 1954, reivindicando junto ao Embaixador Lourival Fontes a revogação do Decreto de extinção, sem obter sucesso. Àquela época, transcorria o governo de Getúlio Vargas, e o município de Campos contribuía, através de sua atividade agrícola, com grandes somas de capital financeiro para o Estado do Rio.

Esforços foram envidados junto ao governo federal também, para criação, na cidade, de uma Universidade Católica, com apoio da Igreja, através do Bispo Dom Antônio de Castro Maier, que recebeu o Reitor da Universidade do Brasil, Pedro Calmon, em 14 de julho de 1956. Para atender a essas metas, faz-se a criação de uma Frente Única, em ato publicado em primeiro de março de 1957, no jornal Monitor Campista, para centralizar as ações da campanha.

Nesse compasso, surge o pré-projeto para a criação da Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais de Campos, com previsão no orçamento municipal para crédito das despesas iniciais de sua consecução. A Câmara Municipal aprova sua criação em 09 de maio de 1957, tendo sancionado a deliberação de criação em 04 de junho de 1957 - Projeto 1089/57, aprovado por unanimidade. Este fato revela o comprometimento político das lideranças públicas municipais com a causa, envidando esforços de coordenação política, além de oferecer respaldo financeiro para a instalação e permanência do ensino superior na cidade, e do poder Executivo exercido pelo prefeito Barcelos Martins. Pela primeira vez, ocorre ato municipal oficial, através da Deliberação 648/3 de julho de 1957, estabelecendo que o executivo deverá constituir uma sociedade de economia mista para manutenção da faculdade, nas bases com que a Lei determina. O artigo 5º determina que a faculdade deverá ser instalada até 60 dias após a data de publicação da Lei em vigor; prevê medidas para a legalização dos cursos de Filosofia, Contabilidade e Direito; faz previsão orçamentária para o ano de 1958 no valor de um milhão de cruzeiros para a manutenção da faculdade. Concretiza-se a sua instalação com a implantação de um conselho diretor e de um conselho fiscal em 27 de agosto de 1957.

Em face dessa criação, decorrente de esforços junto aos governos estadual e federal, o governo municipal de Campos dos Goytacazes, pelo Decreto de 19 de setembro de 1958: ato EXVI – Lei Orgânica da Municipalidade, modifica o nome da Instituição de Ensino Superior Municipal para “Sociedade Cultural de Campos”, que tem a prefeitura como associada, transferindo legalmente dos cofres municipais verbas para essa instituição. No artigo terceiro desse mesmo Decreto, ratificam-se os atos a serem executados como necessários, para efetivar junto aos órgãos federais (MEC), referente aos pedidos de autorização de funcionamento da Faculdade de Direito e de Filosofia de Campos.

Os órgãos municipais, aliados aos estudantes, vereadores, professores, representados na comissão Pró-volta, promovem ações que enfatizam e aprofundam o movimento de retorno das antigas escolas superiores, além de proporem a fundação de uma Escola Superior de

Filosofia, embasados no fato de que esse retorno elevaria e possibilitaria o progresso da cidade e do interior do Estado do Rio de Janeiro.

A campanha pela manutenção e ampliação de instituições produtoras de conhecimento na cidade, com a reinstauração das Escolas Superiores, repercute na Assembléia Legislativa do Estado e tem como suporte os meios de comunicação como a imprensa e o rádio, que, inclusive, através da Rádio Cultura, na década de 50, disponibiliza horário exclusivo no programa “Campos e as Escolas Superiores”, no sentido de divulgar e ampliar os desejos da sociedade campista para o retorno das Escolas Superiores. O movimento ainda obtém significativos aliados e importante reforço da Federação dos Estudantes de Campos (FEC), que organizou manifesto vazado à comunidade para o retorno das Instituições Escolas Superiores, apoiado pelo Senador José Carlos Pereira Pinto, pelo Deputado Federal Celso Peçanha, pelo Deputado Estadual Hélvio Bacelar da Silva, sendo esse formado pela extinta Escola de Direito Clóvis Beviláqua.

Significativa, a população escolar campista, na década de 60, alcança um universo de 47 mil estudantes secundários, sendo as Instituições Superiores consideradas de grande importância para a emancipação do Norte Fluminense, no campo universitário. Decorrente dos movimentos sociais e políticos existentes anteriormente, a Universidade do Norte Fluminense já era pensada para a região, que tanto havia lutado por escolas superiores, desde a década de 30, acreditando ser a sua implantação fonte originária de fluxo de estudantes e desenvolvimento para a região.

As forças políticas regionais engendraram esforços junto ao Governo Federal, cujo poder executivo estava sob a égide do Presidente Juscelino Kubitscheck de Oliveira, no intuito de criação da Faculdade de Filosofia no ano de 1961, objetivando propiciar a formação de professores secundários para os ginásios gratuitos do Norte Fluminense. Foram elas que conseguiram, em fevereiro de 1960, a publicação do primeiro edital com 50 vagas para a Faculdade de Direito instalada, inicialmente, na Escola Profissional Nilo Peçanha, cedida pelo Estado, sendo disponibilizado verba pública do Orçamento da União no valor de 5 milhões e 800 mil cruzeiros para investimentos na construção de sede própria e instalação.

A esse perfil acresce, favoravelmente, a política desenvolvimentista do Governo Kubitscheck, com o interesse pela modernização do país, envolvendo a sociedade e as universidades, que assumiram papel relevante, acoplado aos interesses de instituições internacionais, como UNESCO, OEA, CEPAL e OCDE, que atribuíam à escolarização papel prioritário na transformação do país. Cresce a visibilidade social da educação, fortalecida por movimentos de opinião pública, em favor de reformas no Sistema Educacional Brasileiro,

originados na década de 50, que culmina na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Superior nº 4024/61.

No transcurso da década de 60, o processo de interiorização e expansão do Ensino Superior previsto pela política nacional de educação reflete-se na cidade com a implantação da Faculdade de Filosofia, de Medicina e de Direito. A sociedade campista e suas lideranças públicas centralizam seus esforços no sentido de priorizar verbas para a aquisição de patrimônio próprio das instituições de Ensino Superior, previstas para a cidade, incluindo as de Farmácia e Odontologia. Evitam, dessa forma, a principal causa de fechamento da Escola Superior Clóvis Beviláqua e da Escola de Farmácia e Odontologia, que na década de 30 não puderam atender ao exigente critério da Legislação Federal quanto à posse de patrimônio próprio.

A Sociedade Cultural de Campos, criada em 1957, transforma-se em Fundação Cultural de Campos, posteriormente designada mantenedora das faculdades de Filosofia, de Direito e da futura Faculdade de Odontologia de Campos. É ela que inicia todo o projeto de implantação, autorização, reconhecimento e busca de verbas nas esferas federal e estadual, junto com as lideranças da sociedade civil e das instâncias municipais. Envida esforços na obtenção de adesões da sociedade para mobilizar e instaurar o velho desejo campista de trazer para a cidade a institucionalização do conhecimento especializado, através do Ensino Superior. Várias entidades locais, como a Federação dos Estudantes de Campos (FEC), a Associação Comercial e Industrial de Campos (ACIC), o Sindicato dos Varejistas, o Sindicato dos Atacadistas, o Departamento de Estudos Políticos e Sociais, a Associação dos Radialistas, a Associação de Imprensa Campista, o Rotary Club, o Lions Club, o Clube do Progresso, o Conselho Sindical, o Centro Estudantil José do Patrocínio, a Associação Odontológica e Sociedade Fluminense de Medicina, aderem, na década de 60, à campanha.

Dentre os esforços de obtenção de verbas, vale ressaltar as ações efetivas dos políticos vinculados à cidade, que conseguiram inclusive do governador do Estado a retificação do Orçamento do Estado do Rio, através da Lei 5188/63, que habilitou a mantenedora a receber subvenção orçamentária para o pleito de implantação da Faculdade de Odontologia de Campos. Acresce a esses esforços a proposta da Associação Comercial de Campos à Câmara Municipal, no sentido de criar taxa de desenvolvimento cultural, a ser incluída no Orçamento Municipal de 1964, tendo como objetivo beneficiar a manutenção e ampliação dos cursos superiores existentes na cidade. A nova taxa deveria ser anexada ao Código Tributário como emenda, devendo incidir sobre todos os Impostos Municipais à base de 1%, sendo seu montante pago, mensalmente, à Fundação Cultural de Campos, mantenedora das Faculdades

existentes. Isto ocorre na gestão do Prefeito João Barcelos Martins, caracterizando a participação da municipalidade no sentido de concretizar o perfil da cidade como eixo de referência do Ensino Superior, sendo a primeira forma de subsídio público municipal direcionada a este ensino.

Surge, a essa época, também proposta de deputado estadual campista junto a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no sentido de criar, em Campos dos Goytacazes, uma Universidade Popular com verba oriunda de taxaço específica, a incidir sobre o saco de açúcar, sendo seu valor de setenta cruzeiros por unidade. Justifica-se o pedido como sendo o único meio de dar acesso ao estudante pobre à universidade. A idéia é rebatida veementemente, sob o argumento de que o importante era dar melhores condições às faculdades existentes<sup>20</sup>, defender a implantação e funcionamento da Faculdade de Odontologia, dar maior importância à Escola Agrotécnica e fundar a Faculdade de Medicina e Farmácia.

Sob a égide do regime militar de 64, da LDB / 61 e da Reforma Universitária de 68, a Região Norte-Fluminense continuava congregando esforços no sentido de ampliar e atrair, para a cidade de Campos dos Goytacazes, a Universidade que, prioritariamente, concentrava-se nos centros urbanos mais desenvolvidos. Retoma essa idéia a União da Federação de Estudantes –UFE/1962, mobilizando os diretores acadêmicos fluminenses, conseguindo acesso a senadores vinculados à região. A UFE chega a expor os anseios de criação de uma Universidade federal fluminense ao, então, representante do MEC, professor Darcy Ribeiro, chegando os reclamos ao Presidente da República João Goulart. Projeto nesse sentido chega ao Senado, por iniciativa do senador Vasconcelos Torres, propondo a federalização das Faculdades de Direito e Filosofia de Campos, instituições isoladas que procuravam o suporte dos subsídios federais, como forma de equalização das questões financeiras. Adiciona-se ao projeto a idéia proposta no 5º Congresso Fluminense de Vereadores (1968), onde foi aprovada sugestão da criação de uma Faculdade de Agronomia em Campos, com localização no Colégio Agrícola de Campos, objetivando atender à qualificação dos profissionais e possibilitar o desenvolvimento do Norte Fluminense, Zona da Mata de Minas e Sul do Espírito Santo. Completa-se a formação da Universidade Fluminense, com a criação de outros estabelecimentos de Ensino Superior como Veterinária, Agronomia, Farmácia, Odontologia e

---

<sup>20</sup> As faculdades existentes na década de 60 eram as isoladas, de caráter privado: Faculdades de Filosofia, Direito e Medicina, acrescidas da Universidade Federal Fluminense / Faculdade de Serviço Social, de caráter público.

outros cursos pertinentes à região. A iniciativa repercute na cidade, sendo aprovada pela Câmara Municipal proposta de moção ao senador, elogiando a atuação favorável à iniciativa de implementação da universidade na cidade.

A construção da Universidade Norte Fluminense era considerada fundamental para alavancar o progresso da cidade. Vale ressaltar que o Ensino Superior, em rápida expansão, recebe grande divulgação em outras cidades, bem como junto aos estudantes do último ano dos cursos Colegial, Clássico e Comercial da década de 60. Campos dos Goytacazes desponta como importante centro de ensino superior, sendo usados como argumentos favoráveis à rápida expansão dos cursos na cidade, a relativa positividade da relação econômica e a proximidade das cidades circunvizinhas. Várias modalidades foram previstas, pelos planejadores, como possíveis soluções e argumentos de concretização do perfil desse Ensino Superior para a cidade:

- a. Faculdades Independentes e Particulares (Filosofia, Direito, Odontologia e Medicina) com o objetivo futuro de integrar a Universidade do Norte Fluminense, com reconhecimento federal;
- b. Faculdades Independentes e Particulares com o objetivo futuro de integrar-se como uma de suas Unidades, à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro;
- c. Faculdades Independentes e Particulares existentes na cidade, com possível Federalização.

Quanto ao pleito da universidade, o problema da subvenção de verbas para manutenção ainda constituía grande dificuldade para a comunidade campista e lideranças políticas em concretizá-lo. A manutenção do Ensino Superior isolado, particular e independente, exigia das suas mantenedoras (Fundação Cultural de Campos e Fundação Pereira Nunes), da municipalidade, das lideranças e da própria comunidade estudantil grandes esforços em busca de verbas e apoios federais e estaduais.

Campos, nessa época, era considerada capital regional, merecendo ser dotada de instituições de Ensino Superior capazes de fixar, na região, os estudantes, que, de outra, forma migrariam para as grandes cidades à procura de maior conhecimento e qualificação profissional específica.

Ao final da década de 60, o governo municipal envida esforços junto aos organismos estaduais e constitui comissão para estudos preliminares e elaboração de estatuto no sentido

de promover e implantar, no município, o velho sonho de uma Universidade em Campos<sup>21</sup>. Desejo esse que só se consolidará na década de 90, com a implantação da Universidade Estadual do Norte Fluminense, através de esforços das esferas estadual e municipal, com maior abrangência para a região, afastando-se porém da idéia de Universidade de Campos<sup>22</sup>.

Grandes esforços políticos e da sociedade civil foram engendrados no sentido de canalizar verbas públicas federais e estaduais para as instituições de Ensino Superior existentes na cidade, que possuíam configuração vinculada ao ensino privado. Os cofres públicos da municipalidade, também, revertiam suas verbas, como incentivo à manutenção e à expansão do Ensino Superior, apostando na melhoria e crescimento da cidade, através dele.

Lutas são travadas com o respaldo das lideranças estudantis e da sociedade campista, tendo no Deputado Federal Alair Ferreira<sup>23</sup> um aliado, como presidente de uma das mantenedoras, Fundação Cultural de Campos e representante junto aos organismos federais.

Ciclos de apogeu e crises circundam todo o processo de implementação e manutenção do Ensino Superior privado na cidade. Luta pelos espaços físicos de instalação de suas unidades institucionais, laboratórios, formação do quadro docente, são questões que, muitas vezes, deixaram as instituições em *déficit* orçamentário, tendo de recorrer a outras formas de arrecadação<sup>24</sup>. Ao longo da década de 60, fica registrado significativo processo de multiplicação de Instituições de Ensino Superior, cujo ritmo de crescimento exacerbado em nível nacional reflete-se nas dificuldades econômicas das instituições existentes na cidade e que dependiam do suporte financeiro das esferas estadual e nacional.

A política de interiorização do Ensino Superior mantida pelo Governo Federal, com suporte na Reforma Universitária – Lei 5540/68 garante a criação de novas unidades de Ensino Superior para a cidade. As lideranças políticas de Campos se articulam com órgãos federais, como o Instituto de Açúcar e do Alcool (IAA), Escola Superior de Guerra e MEC, para trazer a Faculdade de Odontologia e de Engenharia, além de concretizar os espaços

---

<sup>21</sup> A idéia de criação de uma Universidade em Campos dos Goytacazes remonta aos tempos de Finazinha de Queiroz, líder política e financeira da cidade que deixa um dos seus patrimônios – Vila Maria, sua residência, para sediar essa universidade. O espaço Vila Maria hoje abriga a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UENF e a Casa de Cultura Vila Maria.

<sup>22</sup> A perspectiva de criação da Universidade de Campos remonta à década de 50, sendo reforçada pelas lideranças municipais.

<sup>23</sup> É ele quem tenta sensibilizar autoridades federais no sentido de conseguir a criação de outras faculdades para Campos dos Goytacazes como as de Engenharia e Odontologia (1969), e carrear verbas para o Ensino Superior.

<sup>24</sup> Em 1968, a Faculdade de Medicina, por exemplo, teve um déficit de 25 mil cruzeiros novos tendo recebido colaboração das prefeituras de municípios vizinhos destinada à Fundação Benedito Pereira Nunes, para cobrir o déficit orçamentário deixado pelas verbas públicas, além de receber doações da comunidade.

físicos de localização das Faculdades de Filosofia e de Odontologia. A Fundação Cultural de Campos articula-se com a Associação dos Engenheiros de Campos e com o núcleo local dos formados pela Escola Superior de Guerra para implementarem o projeto da Faculdade de Engenharia como parte do centro tecnológico a ser instalado em Campos dos Goytacazes, objetivando suprir carência de profissionais da área nas Regiões do Norte-Fluminense, Sul do Espírito Santo e Zona da Mata. Propunham-se cursos específicos de Engenharia Operacional, Engenharia do Açúcar, inexistente no Brasil e o de Engenharia Municipal, também pioneiro. Essas iniciativas, na década de 60, são decorrentes da legitimidade de ampliação do espaço acadêmico existente com ênfase nos novos cursos, considerando momento propício para articular o desenvolvimento regional e da cidade, que vinha ocorrendo de forma lenta a partir do segundo quartel do século XX.

O pensamento inicial sobre a Universidade Norte Fluminense traz, em seu bojo, a idéia de sua constituição a partir da incorporação das Faculdades de Direito, Filosofia, Medicina, Odontologia e Engenharia, sendo as duas últimas, a essa época<sup>25</sup>, projetos em marcha. No entanto, a instalação de uma Universidade no interior do Estado encontrava concorrentes como Juiz de Fora, além do fato de grande desconhecimento do significado do interior brasileiro por algumas lideranças políticas. Enquanto as reivindicações para uma Universidade não eram atendidas, as lideranças municipais buscavam soluções internas para manutenção e crescimento das faculdades isoladas existentes, de caráter privado, e mobilizavam lideranças estaduais e federais, no sentido de implantar outras instituições e cursos considerados pertinentes para a região.

A Faculdade de Odontologia, em maio de 70, instala-se em prédio adaptado, ao tempo em que aguardava autorização definitiva do CNE e finalização das obras de sede definitiva, em área cedida pela prefeitura, com auxílio de verbas federais e estaduais. O fato tem o efeito de atração regional, com o fluxo de estudantes vindos de outros municípios e estados, e revela ainda a efetiva força das verbas públicas no sentido de interiorizar o Ensino Superior e dar suporte ao setor privado.

A grande luta nas décadas de 70 e 80 reflete a crise dos “excedentes”<sup>26</sup> que buscam novos espaços institucionais de ensino. Por exigências do próprio momento de

---

<sup>25</sup> Em 1969, era prevista a instalação da Universidade em área cedida pela Prefeitura de Campos dos Goytacazes, no Parque Leopoldina, onde funciona hoje as Faculdades de Filosofia e de Odontologia.

<sup>26</sup> No início da década de 60, os alunos excedentes do ensino médio que não conseguiam vagas na universidade pública somavam, aproximadamente, 30 mil, chegando ao final dessa década a mais de 160 mil, exercendo enorme pressão sobre o Governo Federal. Em geral, eram membros da classe média em busca de ascensão social.

desenvolvimento econômico e social, acrescidos da pressão da classe média, o que deveria ser exceção pela legislação educacional vigente torna-se comum. Ocorre a expansão significativa do Ensino Superior através de estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado. O reflexo dessa situação chega ao espaço da cidade, possibilitando, inclusive, a criação de cursos e ampliação de vagas. O movimento de privatização e expansão do Ensino Superior sofre, ao final da década de 70, um desaquecimento e uma revisão crítica da sua perspectiva qualitativa devido às mudanças ocorridas na economia, com grave quadro inflacionário e agravamento do desemprego – fator gerador de condicionantes históricos que influenciaram a reconfiguração da educação superior no Brasil durante os anos 90.

O início da década de 90 traz para a cidade a Universidade Pública, sob a égide do Governo do Estado do Rio de Janeiro, apesar de, historicamente, a região ter projetado e realizado movimentos sociais no sentido de ter uma Universidade Federal. No entanto, os recursos financeiros da área federal foram canalizados, prioritariamente, para viabilizar a transformação da Escola Técnica Federal de Campos em Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET<sup>27</sup>. Enquanto isso, a Universidade Pública teve sua garantia nos termos dos dispositivos transitórios, artigo 49, na Constituição do Estado do Rio de Janeiro que, com a previsão legal, garantia o ensino gratuito através da Universidade. Há falta de coesão das municipalidades regionais em torno do projeto estadual, devido às disputas entre lideranças do Norte e Noroeste Fluminense. Alega-se que as lideranças do Noroeste só ofereceram apoio simbólico, e que Campos travou a luta sozinha, de maneira restritiva, propondo inicialmente a idéia de uma Universidade de Campos.

Os governos estaduais dessa década reconhecem a importância da Universidade para a região, aprovando dotação orçamentária para a Universidade do Norte Fluminense, e envidando esforços administrativos e técnicos, junto com a municipalidade, para concretizar a implantação do Ensino Superior Público, fato esse perseguido desde os anos 20 pela sociedade local. Na fase inicial, prevista em curto prazo pelas comissões instaladas, em nível estadual e municipal, surge a possibilidade de encampação das Faculdades existentes como as de Filosofia, Odontologia, Direito, de caráter privado e vinculadas à mantenedora Fundação Cultural de Campos; a de Medicina, vinculada à mantenedora Fundação Benedito Pereira Nunes; a Universidade Candido Mendes; a de Serviço Social, vinculada à UFF, como

---

<sup>27</sup> Fazia parte do projeto federal a criação do primeiro Curso Superior Tecnológico na área de mecânica, por ser considerado de importante conexão com a economia sucro-alcooleira com perspectiva de realizar o primeiro vestibular em março de 90.

também os cursos superiores existentes na cidade de Macaé e Itaperuna. Essa atitude advém do fraco desempenho financeiro das instituições e de suas mantenedoras, que não previram patrimônio produtivo, sendo considerada a intervenção estatal forma de resolver os déficits orçamentários e garantir a gratuidade do ensino, além de aproveitar as estruturas físicas das Instituições de Ensino Superior existentes.

A presença da Universidade do Terceiro Milênio (UENF) como difusora e produtora de conhecimentos de interesse específico para o desenvolvimento regional, além de recuperar as inteligências perdidas pela região, traz, com a pesquisa, a possibilidade de superação e criação de alternativas viáveis e funcionais condizentes com a realidade da Região Norte-Fluminense. Estando em momento de crise econômica, nesse início de década, a região precisava recuperar o curso do desenvolvimento, considerado possível através das tecnologias a serem criadas na Universidade. As lideranças estaduais e municipais confiaram à UENF um significativo papel no resgate da história socioeconômica e política campista, pelo fato de poder passar a ser maior pólo gerador de novas tecnologias do país, vinculadas ao petróleo, através dos cursos de Engenharia de Petróleo e o de Pesquisa de Novos Materiais.

Nessa época, o governo federal sucateou a educação pública e a abandonou: o Fundo de Emergência reduziu em 30% o investimento na área de educação e as políticas de apoio financeiro aos estudantes (Crédito Educativo) caíram em 80%. Ao mesmo tempo, as Universidades públicas tiveram a sua pesquisa inviabilizada; o ensino público encolhe; o padrão de qualidade do ensino piora e os professores não têm condições viáveis de trabalho.

Atualmente, em termos regionais, o desafio gira em torno da Universidade Pública Estadual (UENF) que, em seu projeto, priorizava o ensino e a pesquisa orientada em tempo integral, fato que, *a priori*, eliminou os jovens estudantes da região, os quais, devido à situação econômico-social, vêm-se obrigados a ingressar precocemente no mercado de trabalho e conseqüentemente não tendo acolhida em uma Universidade Pública de tempo integral. Isto demonstra o desconhecimento do perfil do aluno trabalhador, fato que conduz forçosamente a busca de outras alternativas pelo aluno, em face da esfera pública, em um primeiro momento, fonte de formação de conhecimento e desenvolvimento regional, não considerar o perfil da demanda para estruturar a organização acadêmica da Universidade Pública.

### 3.3 CARACTERIZAÇÃO E PERFIL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR LOCALIZADAS NA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

O Norte Fluminense, formado por 14 municípios com significativa classe média que buscava melhor nível de escolarização, não negava esforços em trazer para a cidade de Campos dos Goytacazes as Escolas Superiores, através de lideranças locais, estaduais e federais, fato que possibilitaria menor custo para manutenção dos seus filhos no Ensino Superior, acrescido da proximidade dos seus municípios de origem com a cidade de Campos dos Goytacazes do que com a metrópole do Rio de Janeiro.

Assim, a implantação de Instituições de Ensino Superior na cidade, da segunda metade dos anos 90 até a atualidade, vem crescendo, fato que atrai significativo contingente populacional para a cidade. O processo de expansão e interiorização desse ensino, anteriormente localizado nos grandes centros urbanos, decorre, de um lado, dos fatores políticos e, de outro, dos interesses dos empreendedores privados. Para a economia local, a educação superior passa a ser considerada mais uma atividade produtiva, que se relaciona a uma possível reestruturação produtiva, onde este setor e as novas configurações urbano-regionais podem ser fonte de avaliação de políticas, planos e projetos da cidade.

No espaço da cidade de Campos dos Goytacazes, na atualidade, o Ensino Superior privado assume significativa importância, caracterizando-se pelos desafios da nova condição do mercado, acirramento da concorrência no setor, atraindo para o espaço da cidade novas instituições de Ensino Superior, que a consideram como um mercado propício para investimentos no setor educacional. A cidade apresenta grande concentração de cursos de ensino médio, demanda em potencial, além da falta de especializações em áreas inerentes ao desenvolvimento local e regional.

Na década de 70, há a chegada da primeira universidade privada em Campos, com a forma de faculdade integrada Candido Mendes (1976), nominada UCAM a partir da década de 90. Novas universidades do setor privado instalam-se na cidade, como a Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO (1996); a Universidade Castelo Branco - UCB (1996 – 2001)<sup>28</sup> e a Universidade Estácio de Sá - UNESA(1997). A nova forma de organização acadêmica traz os Institutos Superiores de Ensino ao espaço da cidade através de atos da

---

<sup>28</sup> A Universidade Castelo Branco permanece na cidade somente nesse período.

legislação de Ensino Superior, destacando-se o Instituto Superior de Ensino Professor Aldo Muylaert – ISEPAM(2001), o Instituto Superior Tecnológico em Ciências Agrárias – ISTCA(2002) com vínculo estadual e os Institutos Superiores de Ensino Nossa Senhora Auxiliadora – ISECENSA (2002)<sup>29</sup>, de caráter privado.

Desta forma, consolida-se o perfil de eixo universitário da cidade, anteriormente delineado pela existência exclusiva de instituições privadas, de caráter isolado, vinculadas a Fundações privadas, como a Faculdade de Direito de Campos – FDC (1960); a Faculdade de Filosofia de Campos – FAFIC (1961); a Faculdade de Medicina de Campos – FMC (1967); a Faculdade de Odontologia de Campos – FOC (1972). Garantido, também, está o espaço das instituições públicas federais representadas pela: Universidade Federal Fluminense – UFF/ Escola de Serviço Social (1962); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ (*campus* avançado – 1992); pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Superior – CEFET/UFETEC (2000) e pela instituição pública estadual Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF (1993) que garantem o poder de atração do Ensino Superior instalado na cidade, conseqüentemente ampliando o fluxo migratório de estudantes universitários, além de concentrar no espaço local da cidade diferentes formas de qualificação profissional.

No ano de 2004, implantam-se na cidade dois Centros Universitários: um, vinculado a área tecnológica, no CEFET, que passará a ser designado de Universidade Federal de Ensino Tecnológico (UFETEC ou UNITEC) através do Decreto 5225/04, publicado no DOU de 4 de outubro de 2004 e o outro, UNIFLU – Centro Universitário Fluminense, originário de transformação das Faculdades de Direito de Campos, da Faculdade de Filosofia de Campos e da Faculdade de Odontologia de Campos, que tem como mantenedora a Fundação Cultural de Campos, instituído pela Portaria nº3433 de 22 de outubro de 2004, DOU de 25 de outubro de 2004.

Nesse contexto, compreendem-se os dados do *ranking*, INEP/MEC, ano de 2002, referente à oferta de cursos de graduação no Brasil, onde Campos dos Goytacazes posiciona-se em terceiro lugar no Estado do Rio de Janeiro e em 40º lugar no Brasil, com 60 cursos de graduação presenciais, ampliando no período de 2003 a 2004 para um total de 74 cursos de

---

<sup>29</sup> Esses Institutos Superiores implantaram-se a partir de Instituições de 1º e 2º Graus existentes na cidade (Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora, Instituto de Educação Professor Aldo Muylaert e Escola Técnica Agrícola Antônio Sarlo), tendo como suporte legal os Decretos nº 2306 de 19 de agosto de 1997 e o de nº 3276 de 6 de dezembro de 1999 que permitiram suas implantações. O ISEPAM – Decreto nº 28947/2001 implantado em 14 de agosto de 2001-, e o ISTCA – Decreto 30937/02 implantado em 18 de março de 2002 -, vinculados a FAETEC – Fundação de Apoio a Escola Técnica/RJ, que subsidia dez Institutos Superiores, oferecem especializações em três áreas: Tecnológica, Educação e Ciências Agrárias.

graduação presenciais. Constata-se, no período de 2002 a 2004, a primazia do setor privado sobre o público, compondo o Eixo de Referência do Ensino Superior instalado na cidade, conforme evidenciado na tabela abaixo:

**Tabela 8** - Número de alunos, no Setor Público e Privado/Campos dos Goytacazes/RJ.

Setor	2002	%	2003	%	2004	%
<b>Público</b>	3.091	18%	4.194	23%	4.732	23%
<b>Privado</b>	14.130	82%	14.217	77%	16.039	77%
<b>TOTAL</b>	17.221	100%	18.411	100%	20.771	100%

Fonte: IES, FIRJAN, CRUZ - 2004 – Elaboração da Autora /2004.

Essa concentração no setor privado, nesse período, acirrou a competitividade, fato que impulsionou as IES de caráter privado e ditas tradicionais na cidade a buscarem maior liberdade em sua organização acadêmica, conseguindo as formas de Centro Universitário ou de Instituto Superior de Ensino.

O fato pode ser atribuído, em primeira instância, à fragilidade das políticas públicas nacionais, sem aporte financeiro para abertura de novas IES públicas acrescidas do empobrecimento das categorias média e baixa e ao suporte financeiro disponibilizado pelo poder público municipal (bolsas, transportes e parcerias com as IES privadas) facilitador do aperfeiçoamento dos estudantes. Isto pode ser demonstrado pelos dados da (TABELA 9):

**Tabela 9** – Número de alunos por IES do Setor Público e Privado/Cidade de Campos dos Goytacazes/RJ

IES		2001	2002	2003	2004
<b>Públicas</b>	CEFET/UFETEC	381	957	1402	1668
	ISEPAM	-	240	613	577
	ISTCA	-	52	82	45
	UENF	1234	1460	1472	1817
	UFF	471	434	625	625
<b>Privadas</b>	FAFIC	1423	1459	1481	1404
	FDC	1715	2268	2331	2268
	FMC/FARM.	511**	487	526	624
	FOC	641	614	545	530
	ISECENSA	-	250	200*	200*
	UCAM	1756	1652	1634	1813
	UCB***	76	-	-	-
	UNESA	2582	4900	3700*	4000
	UNIVERSO	3414	3500*	3800*	5200
Total:	14.204	18.273	18.411	20.771	

\* Dados Estimados

\*\* Refere-se somente ao curso de Medicina.

\*\*\* Universidade Castelo Branco sem atividades a partir de 2002.

Fonte: INEP, IES, FIRJAN, CRUZ / elaboração da autora – 2004.

Os dados revelam ainda a existência de 20.771 alunos matriculados nas IES da cidade, no ano de 2004, com oferta acima de 70 cursos de graduação, onde o setor privado responsabiliza-se por 77% dos alunos matriculados. A TABELA 9 mostra também o número de alunos matriculados por IES, onde no setor público o principal crescimento ocorre no CEFET/UFETEC, revelando a busca pelos cursos de graduação da área tecnológica. Possui relevante destaque no setor privado, as universidades UNESA e UNIVERSO, com 19,3 % e 25% do alunado, respectivamente, responsabilizando-se por 44,3% da matrícula do Ensino Superior existente na cidade. Vale destacar que as duas universidades fazem parte do *ranking* do INEP entre as 30 maiores instituições do país em relação ao número de alunos matriculados.

A consolidação do perfil significativo do ensino superior no espaço da cidade revela os condicionamentos superestruturais podendo ser comparados e sistematizados com base nas políticas públicas nacionais e seus reflexos na estrutura educacional da região. A análise historiográfica demonstra que no início do séc. XX há um perfil ideológico com metas protecionistas da educação pública e caráter elitista/seletivo do ensino superior tendo reflexos, na cidade a partir da década de 30:

- 1915 – Reforma Carlos Maxiliano, concede personalidade jurídica e autonomia aos institutos de ensino superior / presença do poder executivo.

- 1925 – Reforma João Luiz Alves Rocha, caráter centralizador; critérios para acesso ao ensino superior devido ao aumento da demanda e prioriza exclusividade pública no ensino superior . Cria o Departamento Nacional de Ensino Subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Políticas Públicas Nacionais	Reflexos em Campos
<p><b>Dec. 30</b>            → Governo provisório Getúlio Vargas;            → Reforma Francisco Campos 1931, promove autorização e regulamentação dos funcionamentos das universidades. Núcleo em Escola de Filosofia Ciências e Letras.            → Disputa de lideranças laica e católica, controle de decisões            → 1936 - 170 instituições das quais 160 são direcionadas ao ensino superior profissional.</p>	<p><b>Dec. 30</b>            → Elites da produção e comércio açucareiro reivindicam as lideranças políticas estruturas educacionais.            → Surge as 3 primeiras escolas superiores:            •Escola de Farmácia e Odontologia 1931/ cursos provisórios/ legitimada governo federal em 1936 / fechamento            •Escola de Direito Clóvis Beviláqua 1932, incorporada ao Estado em 1936 / 300 bacharéis/ extinta em 1953.            •Esc. Sup. de Agricultura, Veterinária e Química Industrial de Campos, 1936 pleiteia equiparação fed. / fecha 1942</p>

Políticas Públicas Nacionais	Reflexos em Campos
<p><b>Dec. 40</b></p> <p>→ Igreja católica demonstra interesse de afastar o Estado do controle do ensino (1931 a 1945);</p> <p>→ Pós 2º Guerra. Ressurge o ideário em defesa do ensino público com o modelo universidade em oposição as escolas isoladas. Há ampliação das oportunidades de escolarização. Reivindicação política de eliminação do setor privado por absorção ao público</p> <p>→ Após a 2ª metade da década de 40 o governo federal é pressionado e institui política de Federalização.</p>	<p><b>Dec. 40</b></p> <p>→ As forças nacionais aliadas às locais lutam em prol da volta das escolas superiores extintas.</p>

Políticas Públicas Nacionais	Reflexos em Campos
<p><b>Dec. 50</b></p> <p>→ Fins da década, 18 universidades. e 598 escolas superiores independentes com 64.655 alunos.</p> <p>→ Das 18 universidades, 15 situadas nas áreas urbanas e 3 nas áreas rurais Áreas urbanas cursos de: Direito, Engenharia, Farmácia e Odontologia Nas áreas rurais os de Agronomia e veterinária.</p> <p>→ No território fluminense encontra -se a Universidade do Brasil (7500 alunos), a Universidade do Distrito Federal (3700 alunos) e a Universidade Católica (1300 alunos).</p>	<p><b>Dec. 50</b></p> <p>→ 1956 – Lutas da igreja local para a criação de uma Universidade Católica.</p> <p>→ 1957 – Câmara Municipal aprova criação da Faculdade de Ciências Economias e Sociais de Campos, com previsão no Orçamento Municipal para crédito com as despesas iniciais. Previsão Orçamentária em 1958 de 1 milhão de cruzeiros.</p> <p>→ Lei Orgânica Municipal modifica o nome da Instituição de Ensino Superior Municipal para Sociedade Cultural de Campos/ Prefeitura Associada.</p>

Políticas Públicas Nacionais	Reflexos em Campos
<p><b>Dec. 60</b>  → Ideologia do Desenvolvimento auto sustentado / doutrina de segurança nacional.  → LDB/61 acentuada tendência privatista/ Garantia de subsídios públicos para o setor privado/ tendência a desobrigar o estado a manter as universidades federais  → Regime Militar de 64 – política de ensino superior direcionada pelas demandas políticas e ideológicas da classe dominante e instituições religiosas..</p>	<p><b>Dec. 60</b>  → Desponta como importante centro de ensino superior. / Pensamento inicial da Universidade Norte Fluminense.  → <b>IES</b> consideradas importantes para a emancipação do norte fluminense, campo universitário. (47 mil secundaristas)  → O processo de expansão e interiorização reflete na cidade com implantação da FAFIC, FMC e FDC.  → Lideranças públicas municipais e sociedade civil / esforços / verbas / patrimônio próprio.</p>

Políticas Públicas Nacionais	Reflexos em Campos
<p><b>Dec. 60</b>  → Grupos privatistas com brechas na legislação, para facilitar acesso aos subsídios públicos diretos e indiretos para o setor privado.(isenção fiscal).  → Política Reformadora de 66/68 – base de orientação taylorista: reestruturação das universidade Pública. com base na lógica empresarial (eficiência, eficácia, racionalidade, rendimento e produtividade).  → Reforma Universitária/ 68 – ideal Humboldtiano (unidade pesquisa/ ensino) – insustentável pelas verbas publicas.</p>	<p><b>Dec. 60</b>  → Obtenção de verbas - garantida pela retificação do orçamento do Estado RJ (63) / Fundação Cultural de Campos recebe subvenção orçamentária,  → Criação de taxa de desenvolvimento cultural/ emenda no código tributário municipal (1% sobre os impostos).  → Proposta campista a assembléia legislativa: criar uma Universidade Popular/ verba oriunda da taxação sobre a saca de açúcar.  → Proposta de federalização das Faculdades de Direito e Filosofia</p>

Políticas Públicas Nacionais	Reflexos em Campos
<p><b>Dec. 70</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Período do milagre econômico brasileiro.</li> <li>→ Reflete a crise dos excedentes</li> <li>→ Governo Federal cria um fundo rotativo junto as instituições bancárias retendo crédito destinados ao financiamento dos estudantes das classes trabalhadores/ inflação</li> <li>→ Faculdades condenadas a falência conseguem sobreviver lucrativa devido ao fundo./</li> <li>→ Reforma de Ensino / profissionalizante / novos padrões de eficiência.</li> </ul>	<p><b>Dec. 70</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Faculdade de Odontologia de Campos (FOC) / instala-se em prédio adaptado/ prefeitura sede área / verbas federais e estaduais.</li> <li>→ Significativo expansão através de estabelecimentos isolados (ampliação de vagas e novos cursos na cidade)</li> </ul>

Políticas Públicas Nacionais	Reflexos em Campos
<p><b>Dec. 80</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Estado reduz papel e as funções / esgotamento do modelo protecionista de intervenção do Estado / crise de natureza fiscal – perda do crédito público e poupança pública negativa.</li> <li>→ Constituição de 1988</li> <li>→ O ensino superior recebe maior influência dos organismos internacionais de créditos.</li> <li>→ Decorrência – redefinição do papel do estado e modernização. As metas quantitativas acresce objetivos de igualdade e bem estar social.</li> </ul>	<p><b>Dec. 80</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Educação com 537 escola de 1º e 2º graus, sendo 3 profissionalizantes.</li> <li>→ 6 IES</li> <li>→ Concessão dos Royalties (1985 no Governo Federal de José Sarney)</li> </ul>

<b>Políticas Públicas Nacionais</b>	<b>Reflexos em Campos</b>
<p><b>Dec. 90</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Educação Pública passa por reformas estruturais/ modelo britânico – thatcheriano / redução do gasto público / estratégia da escolha</li> <li>→ Visão neoliberal / lógica mercado</li> <li>→ Política de financiamento da educação superior – busca fontes alternativas de captação / Banco Mundial / reforma da educação superior.</li> <li>→ 1995 – ênfase as IES privadas, diversificação das fontes de financiamento das IES públicas/ redefinição da função do governo e prioriza políticas de qualidade e equidade.</li> </ul>	<p><b>Dec. 90</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→ universidade pública estadual (art. 49/ constituição do Estado do RJ).</li> <li>→ UENF – Governo Estadual aprova dotações orçamentárias/ idéia inicial – incorporação de IES. / Colaboração entre governos estadual e municipal</li> <li>→ Chegada de novas IES privadas.</li> <li>→ recursos federais canalizados para a transformação da Escola Técnica Federal em Centro Federal de Educação Tecnológica</li> </ul>

<b>Políticas Públicas Nacionais</b>	<b>Reflexos em Campos</b>
<p><b>Dec. 90</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→ LDB 9394/96.</li> <li>→ Desmonte do modelo único que não mais satisfazia as necessidades locais e regionais.</li> <li>→ Redesenho capitalista das universidades – flexibilização e diversificação da oferta da educação superior/ novos formatos institucionais e organizacionais.</li> <li>→ Intenso crescimento do setor privado – significativo setor econômico com poder de intervenção federal nas políticas públicas nacionais.</li> </ul>	<p><b>Dec. 90</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→ A partir da segunda metade da década de 90 cresce significativamente e atrai contingente populacional.</li> <li>→ Novas IES na cidade: <ul style="list-style-type: none"> <li>* UNIVERSO – 1996</li> <li>* UNESA – 1997</li> <li>* UCB – 1996 a 2001</li> </ul> </li> </ul>

## **4 O ENSINO SUPERIOR PRIVADO E A QUESTÃO DOS SUBSÍDIOS MUNICIPAIS: algumas conexões possíveis a partir do caso de Campos dos Goytacazes**

### **4.1 CONFIGURAÇÃO DO PAPEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL EM RELAÇÃO AO ENSINO SUPERIOR: competências e setores provedores de recursos**

Tradicionalmente e legalmente, compete à União assumir a responsabilidade de garantir o Ensino Superior para toda a população. Entretanto, a educação superior pública não consegue responder à demanda pela Educação Superior, tendo que priorizar a reestruturação das políticas públicas com a redefinição, na prática, da competência do Governo Federal, das atividades exclusivas e não exclusivas do Estado, entre estas, a Educação Superior.

Importante fato sinalizador do afastamento gradativo da esfera federal pode ser evidenciado pelo valor estimado<sup>30</sup> de R\$ 312,8 bilhões, que o Estado deixou de investir no Ensino Superior desde 1960, correspondendo aproximadamente a 36% do valor da dívida interna. Denota-se traços indicativos de uma incisiva política de contenção do público e de expansão com autonomia do setor privado, com forte vinculação ao modelo flexível.

Podemos constatar variados artifícios utilizados no processo de progressiva privatização do público, onde as implementações de subvenções, sob a égide estadual e municipal, podem ser vistas como forma de subsídios indiretos, direcionadas para o Ensino Superior privado. Outro artifício que pode ser aventado como alternativa vantajosa foi a permissão da implementação de fundações públicas de direito privado, inclusive, nas instituições federais de Ensino Superior, fato que permitiu ampla autonomia na gestão de suas

---

<sup>30</sup> Revista Ensino Superior nº 71 p. 8, Ano 6 – Agosto de 2004.

receitas e despesas, embora continuassem a contar com a garantia básica do Estado que lhe cederia, por mútuo, seus bens e funcionários estatutários.

O Estado brasileiro configura a criação de mecanismos alternativos numa tentativa de compreensão dos elos que existem entre a política educacional e a política econômica, além de possibilitar a flexibilização do sistema de educação superior e a inclusão do sistema privado. Muitas são as derivações e implicações da nova realidade internacional para a educação superior nacional, que traz consigo o conceito de territorialização, considerado como um fenômeno essencialmente político, implicando em um conjunto de opções que têm como pano de fundo um conflito de legitimidades entre o Estado e a sociedade, entre o público e o privado, entre o interesse comum e os individuais, entre o central e o local.

A crescente competição no âmbito da oferta e procura pela produção, mediação e uso do conhecimento conduz a Educação Superior, especialmente dentro do contexto do comércio de serviços educacionais, à emergência de novos tipos de provedores da educação. Com isto, há menos espaço para grandes instituições, que reivindicam o monopólio do conhecimento. Em lugar disto, surgem novas tensões entre os provedores tradicionais nacionais e os novos provedores, vinculados às ambições transnacionais de prover educação em função de uma economia global do conhecimento que cada vez mais opera em um mundo sem fronteiras.

Nesse contexto, a educação também tem o papel fundamental de combate à exclusão social, que passa a reestruturar novos cenários, evitando o antagonismo entre o público e o privado. Novas parcerias são construídas entre o setor público, o privado e o indivíduo, na busca de novos sistemas de financiamento da educação superior, incluindo sua função de pesquisa, diante do duplo desafio de tornar mais eficiente e equitativa a infra-estrutura educacional existente.

As políticas de desenvolvimento regional lançam seu foco e centralizam os seus esforços no reforço do ambiente no qual as empresas operam e, particularmente, na ligação entre os setores científico e empresarial promovendo a reorientação de recursos e incentivos para áreas inovadoras de interesses local e regional para o desenvolvimento sustentado, além de novas formas de organização e cooperação profissional. Nesse sentido, a competitividade estrutural é fonte provedora de melhor qualidade de serviços, não de queda e estagnação.

O diálogo constante das finanças públicas voláteis com a iniciativa privada torna-se fonte facilitadora da construção compartilhada de um valioso conhecimento científico, oriundo da pesquisa em nível superior, via universidades, o que possibilitará ao país operar em uma economia sofisticada e seletiva, na qual as vantagens competitivas são determinadas, pela qualidade do capital humano formado pelas IES e disponibilizados ao mercado. Isto

depende, mais do que nunca, de instituições eficientes e do investimento em capital humano, conhecimento técnico e infra-estrutura.

A implantação do Ensino Superior no âmbito estadual e local pode ser evidenciada no Estado do Rio de Janeiro e, especificamente, na cidade de Campos dos Goytacazes considerada Eixo de Referência da educação superior, *locus* de atração dos fluxos migratórios de estudantes desse nível de ensino. Constroem-se os pilares de um novo espaço, em cujo centro se encontra a racionalidade da produção capitalista, transferindo recursos e atribuições para os níveis políticos regionais e locais. Há exigência de uma mudança da ordem estrutural no sentido de impulsionar o desenvolvimento das cidades e o interior do território brasileiro, tirando a excessiva concentração do Ensino Superior das regiões metropolitanas. Fato revelado nos dados estatísticos do MEC/INEP/Deaes/2003 onde, das 475 IES existentes no Estado de São Paulo, 346 destas (72%) localizam-se no interior e, no Estado do Rio de Janeiro, 54 (45%) IES situam-se no interior das 119 existentes no Estado.

Dessa forma, a estrutura expansionista do Ensino Superior procura as cidades de porte médio, como Campos dos Goytacazes, com maior fluxo e intensidade, tornando-se necessária a reestruturação<sup>31</sup> das políticas de financiamento de Ensino Superior e a superação dos entraves à ação do setor privado. O Estado procura atender, de forma ambivalente, à demanda pelo Ensino Superior, dando respostas imediatas às manifestações sociais, compatibilizando o atendimento das demandas e de uma política de contenção de gastos públicos, tendo que reconfigurar e redistribuir as suas atribuições com o Ensino Superior para as instâncias públicas estaduais e municipais.

A crescente participação de estudantes de baixa renda, forçados pela legislação federal a procurarem qualificação no nível superior, faz com que a sociedade civil pressione, de maneira sistemática, as lideranças políticas no sentido de que as agências públicas municipais direcionem verbas significativas para a criação de programas de bolsas destinadas ao Ensino Superior privado que se configura como solução e suporte para o acesso e a permanência dessa demanda nas IES privadas.

Os dados revelam que algumas instituições privadas, têm como fonte quase exclusiva de receita, os recursos advindos do setor público municipal (programas de bolsas) e canalizadas, por meio de parcerias, para o setor privado. Nesse sentido, configura-se

---

<sup>31</sup> Entendida como processo combinado de desmonte e ressignificação de toda a institucionalidade capitalista, envolvendo flexibilização e financeirização, além da reestruturação estatal.

concretamente a municipalização dessas instituições, que outrora buscaram como solução a federalização das instituições privadas/isoladas existentes na cidade.

O caso da cidade de Campos dos Goytacazes torna-se evidência, no Norte Fluminense, dessa reversão político-estrutural de competências atribuídas, nas formas legais, a cada ente federado. As políticas públicas municipais direcionam significativos aportes financeiros, sob a forma de programa de concessão de bolsas de ensino, para os alunos de graduação nas instituições de Ensino Superior privado na cidade.

Para efetivar o processo de celebração de convênios com as instituições privadas, bem como os critérios de regulamentação de bolsas de estudos, a Câmara Municipal de Campos sanciona leis e decretos<sup>32</sup> que autorizam o poder executivo municipal a conceder os benefícios.

Os dados institucionais provenientes da Secretaria de Administração do município revelam a disponibilização crescente de recursos com essa finalidade, direcionados para os cursos de graduação a partir de 1998 e para os cursos de especialização, mestrado ou doutorado em Universidades, além de redução de carga horária para os funcionários públicos municipais que recorrem a essas categorias de Ensino Superior.

No ano de 1998, o orçamento municipal disponibilizou 60 mil reais para a instituição de Ensino Superior isolada Faculdade de Filosofia de Campos (FAFIC); em 1999/2000, a mesma instituição recebeu verba no valor de 666.670 mil reais; em 2001, carrou a mesma instituição o valor de 628.764,47 mil reais. A partir de 2002, crescem como beneficiários além da FAFIC que recebeu o valor de 677.839,04 mil reais, a Faculdade de Direito de Campos (FDC) e a Universidade Candido Mendes (UCAM) que recebem, respectivamente, 662.745,71 mil reais e 358.361,16 mil reais.

No compasso de progressiva preocupação com a capacitação técnica dos seus quadros funcionais e dos seus cidadãos, as políticas públicas municipais, atendendo às constantes pressões dos munícipes e às exigências dos mecanismos produtivos nacionais e internacionais, atrelados às exigências da sociedade do conhecimento, investem cada vez mais na qualificação do capital humano, tendo para isso que ampliar os convênios de concessão dos benefícios para outras instituições que se instalaram na cidade, além de outras já existentes no espaço local. Sendo assim, no ano de 2003, a municipalidade direciona para o programa de

---

<sup>32</sup> Lei nº 7.045 de 26 de abril de 2001; Lei nº 7.254 de 11 de junho de 2002(UNESA); Lei nº 7.057 de 11 de junho de 2002 (Universo); Lei nº 7.224 de 18 de abril de 2002 (UCAM); Lei nº 7.207 de 27 de março de 2002, Decreto nº 318 de julho de 2002(FDC); Extrato de Convênio/ PMCG –FBPN/FMC. 5 de janeiro de 2004; Portaria nº 159/2004 – PMCG.

bolsas de Ensino Superior 5.269.774,83 milhões de reais distribuídos da seguinte forma: Universidade Estácio de Sá (UNESA) com 1.824.310,50 milhões de reais; a Universidade Candido Mendes (UCAM) com 591.457,37 mil reais; Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) com 735.498,35 mil reais; Faculdade de Direito de Campos (FDC) com 976.389,93 mil reais; Faculdade de Filosofia de Campos (FAFIC) com 1.142.118,68 milhão de reais.

Numa otimização de recursos disponibilizados para o investimento de qualificação profissional em nível superior de graduação, no ano de 2004, foram destinadas verbas orçamentárias no valor de 8.895.708,36 milhões de reais. Este valor não inclui os Institutos Superiores de Ensino Nossa Senhora Auxiliadora - ISECENSA<sup>33</sup> e a Faculdade de Odontologia de Campos - FOC<sup>34</sup>, que recentemente foram incluídas no processo de parceria com a municipalidade, não tendo sido disponibilizados os valores da verba anual destinadas a essas IES.

A verba direcionada para o programa de bolsas de graduação da PMCG/2004 beneficia um total de 4.027 alunos/mês, com percentuais variados de concessões individuais, sendo distribuída nos cursos de graduação das IES privadas:

- UNESA, verba anual no valor de 1.902.720 milhão de reais, beneficiando 959 alunos/mês;
- UNIVERSO, verba anual no valor de 1.810.208,70 milhão de reais, beneficiando 1012 alunos/mês;
- FDC, verba anual no valor de 1.763.921,28 milhão de reais, beneficiando 593 alunos/mês;
- FAFIC, verba anual no valor de 1.505.892 milhão de reais, beneficiando 882 alunos/mês;
- UCAM, verba anual no valor de 832.966,20 mil reais, beneficiando 379 alunos/mês.
- FMC/FARMÁCIA, verba anual no valor de 1.080.000,00 milhão de reais, beneficiando 202 alunos/mês.

A análise dos dados revela que, do total dos investimentos direcionados pela Prefeitura Municipal de Campos às bolsas de graduação das IES distribuem-se: 21% à UNESA; 20% à

<sup>33</sup> Dados não disponibilizados pela SMA/Campos dos Goytacazes.

<sup>34</sup> A Faculdade de Odontologia de Campos em parceria com a PMCG beneficia 157 alunos, diretamente, com bolsas, não sendo disponibilizado os custos com o programa de bolsa da PMCG direcionado a essa instituição.

UNIVERSO; 20% à FDC; 17% à FAFIC; 9% à UCAM e 12% à FMC/FARMACIA. Este fato dimensiona a força da gestão municipal no suporte financeiro dado ao ensino superior privado instalado na cidade e pode ser evidenciado na TABELA 10, que traduz as injunções financeiras do setor público municipal disponibilizadas por meio do programa de bolsas de graduação/PMCG, concretizando a existência de algumas das IES privadas e a permanência dos alunos nelas. Tal fato torna-se possível devido à correlação entre a quantidade de alunos pertencentes às IES com a receita financeira advinda da PMCG no ano de 2004, retratando, através da quantidade de alunos beneficiados, o forte impacto na estrutura financeira das IES. Sob essa hipótese, o programa de bolsas da PMCG torna-se responsável por 63% de recursos da FAFIC; por 32% dos recursos da FMC/Farmácia; por 30% dos recursos da FOC; por 24% dos recursos da UNESA; por 21% dos recursos da UCAM e por 20% dos recursos da Universo.

Observa-se que a PMCG, embora não tenha competência legal de dar sustentação ao Ensino Superior, atende significativo número de alunos, com recursos próprios: em 2003 beneficiou 3.233 alunos e em 2004 atingiu o quantitativo de 4.184 alunos. Há previsão orçamentária da prefeitura para beneficiar cerca de 6.000 mil alunos através do Programa Municipal de Bolsa de Estudo do Ensino Universitário (PROBO), no ano de 2005, destinando para isso R\$12 milhões.

**Tabela 10 - Programa de Bolsas de Graduação PMCG/ beneficiados por IES.**

IES	2003				2004			
	Total de Alunos	Fonte de Recursos	%	Total de bolsas	Total de Alunos	Fonte de Recursos	%	Total de bolsas
FAFIC	1481	PMCG	62%	916	1404	PMCG	63%	882
		Outros	38%	565		Outros	37%	522
FDC	2331	PMCG	19%	452	2268	PMCG	26%	593
		Outros	81%	1879		Outros	74%	1675
FOC	545	PMCG	**	**	530	PMCG	30%	157
		Outros	**	**		Outros	70%	373
UCAM	1634	PMCG	21%	334	1813	PMCG	21%	379
		Outros	79%	1300		Outros	79%	1434
UNESA	3700*	PMCG	23%*	835	4000	PMCG	24%	959
		Outros	77%*	2865*		Outros	76%	3041
UNIVERSO	3800*	PMCG	16%*	606	5200	PMCG	20%	1012
		Outros	84%*	3194*		Outros	80%	4188
FMC/ FARMÁCIA	**	PMCG	**	**	624	PMCG	32%	202
		Outros	**	**		Outros	68%	422

\* Dados estimados.

\*\* Não faz parte do programa de bolsas da PMCG.

Fonte: PMCG/ SMA e IES (tabulação da autora) 2003/ 2004.

A constatação de uma conjuntura marcada pela crescente participação da municipalidade, no apoio à qualificação oferecida pelo Ensino Superior, evidencia-se não só em Campos. Também outras prefeituras da região, notadamente as dos municípios de Quissamã, Macaé e São Francisco do Itabapoana, disponibilizam subsídios diretos e indiretos aos estudantes das IES Campistas, que se constituíram historicamente, como vimos, um Eixo de Referência Regional do Ensino Superior.

O município de Quissamã direciona verbas orçamentárias desde 1993 para programa de bolsas, tendo beneficiado naquele ano 56 alunos do ensino superior. No decurso dos 7 anos posteriores, beneficiou 449 alunos deste nível. No período de 2000 a 2004, o programa de bolsas voltado para o ensino superior, amplia o universo de benefícios, alcançando um total de 2.406 alunos. Nesta estimativa observa-se um aumento no investimento municipal no período de 2000 a 2004 (85%) comparados com o período de 1993 a 1999 (15%) do total de 2.855 beneficiados neste período.

O investimento disponível nos anos de 2002, 2003 e 2004 impacta na receita municipal de Quissamã um total de R\$ 7.830.014,85 milhões de reais. Além disso, o município subsidia, no período de 2003 a 2004, os custos com transportes coletivos em ônibus terceirizados, para os municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé, no estado do Rio de Janeiro, perfazendo um custo de R\$ 1.527.887,90 milhão de reais.

Quanto ao município de Macaé, que tem forte fluxo migratório para as IES situadas em Campos dos Goytacazes, constata-se a inexistência de programa municipal de apoio aos alunos de graduação<sup>35</sup> no que tange às mensalidades. Entretanto, direciona-se suporte financeiro para o transporte dos estudantes, em convênio com a Associação de Estudantes Macaenses – ASSESMAC<sup>36</sup>, com cadastro de 1.010 (hum mil e dez) estudantes que compõem o fluxo migratório pendular, considerado nesta pesquisa como o movimento de ir-e-vir realizado, diariamente, pelos estudantes universitários a partir de suas cidades de origem no sentido da cidade de destino (Campos dos Goytacazes/ RJ) em busca da formação ofertada pelo Ensino Superior (adaptação conceitual do movimento de trabalhadores pendulares, utilizado pela geografia (Moreira, 2003, p98).

A prefeitura de São Francisco de Itabapoana, por meio do Departamento da Juventude, passa a fazer parte do rol das municipalidades que subsidia o alunado que busca o ensino superior na cidade eixo de referência. A partir do ano de 2004, verbas orçamentárias são

<sup>35</sup> O apoio está direcionado aos programas de cursos de pós-graduação.

<sup>36</sup> Reconhecida como utilidade pública municipal pela Lei nº 2.405/2003.

destinadas ao custeio de transporte, no valor anual de R\$ 397.856,88 mil reais, de acordo com dados oficiais da prefeitura.

Do exposto, observa-se a importância das ações públicas municipais no sentido de viabilizar a qualificação e competências de seus munícipes, nessa nova configuração de força dos orçamentos públicos como fonte extensiva indireta de verbas públicas para as instituições do setor privado.

A esfera pública municipal alarga suas fronteiras, como subsidiadora do setor privado educacional, da educação superior, através dos programas de bolsas de estudos (subsídios diretos) e da oferta total ou parcial, no que tange ao transporte dos estudantes (subsídios indiretos), para a cidade eixo de referência do Ensino Superior.

#### 4.2 PESQUISA DE CAMPO: Análise do fluxo de estudantes originários de municípios pertencentes ao “movimento pendular”, para as IES/Campos dos Goytacazes

A concentração de instituições de Ensino Superior em Campos dos Goytacazes revela a cidade como *Eixo de Referência* regional e inter-regional em relação aos municípios circunvizinhos situados no Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro bem como, de outros Estados brasileiros que recorrem às Instituições de Ensino Superior da cidade objetivando uma melhor qualificação profissional. Entende-se que, no estudo de caso desenvolvido sobre o Ensino Superior em Campos dos Goytacazes, a sua posição estratégica dentro da teia urbanística e do processo de involução metropolitana ocorrido no Estado do Rio de Janeiro, reforça a sua identidade histórica de referência ou apoio no que tange à oferta de serviços educacionais de Ensino Superior. A cidade, enquanto concentradora de oferta desse ensino, atrai significativa demanda, mas também contribui para a sua dispersão, pela ausência de estratégias públicas de criação de novos postos de trabalho.

A mística de desenvolvimento que flui dos eixos referenciais de Ensino Superior, no caso de Campos dos Goytacazes, faz com que as políticas de investimento municipais dêem credibilidade à função sócio-política assumida pelas instituições de Ensino Superior que, no papel de provedoras, habilitam e qualificam a mão-de-obra da própria municipalidade, além de qualificar o principal insumo das empresas situadas no próprio Estado do Rio de Janeiro e as oriundas de outras regiões que convergem para o espaço da cidade.

O contexto do sistema de produção pós-fordista, que exige novas habilidades e conhecimentos dos trabalhadores, além do alto nível de qualificação, impulsiona as municipalidades no sentido de creditar esforços para qualificar seus próprios funcionários, como também seus cidadãos. Com isso, atendem a uma formação e implementação de um novo espaço de produção do conhecimento, exigido pelo modelo sistêmico flexível que direciona para uma contextualização das instituições de ensino ao caráter flexível do sistema de acumulação das empresas estaduais e regionais.

No caso de Campos dos Goytacazes pode-se afirmar a importância do fluxo migratório de estudantes indicado pelos dados disponibilizados pelas prefeituras dos municípios citados. Para verificar *in loco* esta importância e perceber com mais profundidade o caráter deste fluxo, foi realizada pesquisa exploratória em duas etapas.

Na primeira, foram aplicados 600 questionários em ônibus, vans e nas próprias IES. Evidenciou-se, então, nesta fase de pré-testagem, a amplitude do processo de atração do fluxo estudantil do Ensino Superior direcionado a cidade de Campos. Na segunda fase, realizou-se a pesquisa de campo restringindo o foco aos que utilizavam os ônibus como meio de acesso à cidade. Foram aplicados mais de 1363 questionários (Anexo 1 Pesquisa de Campo/coleta de dados) aos estudantes universitários que fazem parte do fluxo migratório diário.

A primeira fase revelou a evidência de que a origem do fluxo migratório ultrapassa as fronteiras da cidade e da região, alcançando os estados da Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Goiás, Tocantins, São Paulo e Sergipe, identificados como alimentadores desse fluxo para a cidade. Alguns dos estudantes detectados, nesta etapa, vinculavam-se às IES - FOC e FMC, não se mantendo no escopo da segunda fase da pesquisa por não pertencerem ao objeto da análise, ou seja, da caracterização do movimento pendular / diário, por fixarem residência na cidade. Vale ressaltar o fato de que, no período de 2000 a 2004, 66% dos alunos graduados pela FOC originavam-se de municípios não pertencentes ao estado do Rio de Janeiro.

O foco da análise da pesquisa exploratória teve como interesse, apenas, os que se destinam aos cursos de graduação, independentemente da oferta ter sido feita pelo setor público ou privado, bem como a identificação dos municípios de origem num primeiro momento. Após detectar os pontos originários do fluxo, optou-se em traçar o perfil dos estudantes universitários; identificar os investimentos dos orçamentos municipais direcionados à ajuda no transporte intermunicipal; além de detectar a existência de programas de bolsas estudantis dos municípios de origem selecionados.

Assim, tratando-se de um estudo de caso, a partir de Campos dos Goytacazes, a metodologia utilizada para coleta de dados recorre a vários instrumentos além do questionário, dentre os quais entrevistas com responsáveis pelas associações estudantis, representantes das secretarias de educação municipal, conciliando numa perspectiva de complementaridade entre os métodos quantitativos com os qualitativos. Considerando a amplitude do universo a ser pesquisado, quanto ao fluxo migratório de estudantes para a cidade, optou-se em direcionar o foco da coleta de dados a quinze municípios - três deles pertencentes ao estado do Espírito Santo e doze ao estado do Rio de Janeiro.

Priorizou-se os municípios circunvizinhos e alguns dos beneficiados pelos *royalties* que fazem parte dos municípios de origem dos estudantes, pertencentes ao fluxo migratório/movimento pendular diário, dentre os quais os pertencentes ao estado do Espírito Santo como: Mimoso do Sul, Presidente Kennedy e Cachoeiro do Itapemirim, e aqueles situados no estado do Rio de Janeiro: Quissamã, Macaé, São Francisco do Itabapoana, São Fidélis, Rio das Ostras, Cambuci, Itaocara, Carapebus, Cardoso Moreira, Italva, Conceição de Macabú, São João da Barra.

As teias dessa interconexão municipal, incentivada pela busca da qualificação em nível superior refletem-se na formação de “*novos lugares*”<sup>37</sup>, onde as cidades de Macaé, Quissamã, São Francisco do Itabapoana, São João da Barra e Campos dos Goytacazes, com suporte dos *royalties* do petróleo e na existência de cordão de empresas, articuladas aos setores transnacionais, provocam impactos na dimensão regional. Desta forma, o espaço da cidade assume posição estratégica e viabilizadora das políticas públicas nacionais, inclusive aumentando a possibilidade de atração, acesso e permanência dos serviços educacionais oferecidos pelas IES nestas novas áreas.

No entorno de Campos dos Goytacazes, que no Norte Fluminense se destaca no aspecto populacional e dimensão territorial, encontra-se uma rede urbana, formada por núcleos urbanos de pequeno e médio porte, que se complementa na oferta de bens, serviços e força de trabalho, decorrente de uma concentração dispersa no território do Norte Fluminense, onde a oferta dos serviços de formação de capital humano, através do Ensino Superior, contribui para a articulação entre as diferentes cidades. Ocorre, segundo Cruz: “[...] no terreno das atividades econômicas [...] forte alteração do perfil produtivo da região a partir da década de 90, onde um conjunto de serviços que cresce acentuadamente é o que envolve o ensino superior, pela face do ensino privado...” (CRUZ, 2004, p.109/110).

---

<sup>37</sup> Lugar onde ocorre mudança mais duradoura, ao menos em médio prazo, segundo Limonad (in Moreira p. 137)

Os dados referentes aos municípios de origem trazem a luz características representativas da concretização das políticas públicas municipais e dos componentes do fluxo migratório pendular no período de 2003 a 2004, na fase da aplicação definitiva, formando um referencial sobre o estudo em questão.

Do universo retratado na pesquisa, destacam-se alguns municípios do Estado do Rio de Janeiro, que disponibilizaram dados oficiais obtidos junto aos setores das prefeituras e associações estudantis de alguns dos municípios, sobre o fluxo pendular dos estudantes de ensino superior, revelando um perfil com os seguintes dados:

**Tabela 11** - Fluxo migratório pendular por origem / Setor de destino

<b>Cidade de Origem</b>	<b>Número de Alunos</b>	<b>Público %</b>	<b>Privado %</b>
<b>Italva</b>	<b>79</b>	11%	89%
<b>S.Fco. Itabapoana</b>	<b>444</b>	10%	90%
<b>Rio das Ostras</b>	<b>88</b>	18%	82%
<b>Macaé</b>	<b>1010</b>	11%	89%
<b>Quissamã</b>	<b>597</b>	0%	100%

Fonte: Tabulação da autora / 2004

Utilizando o referencial anteriormente evidenciado, optou-se por desenvolver um estudo empírico retratado através de diferentes categorias com compilações quantitativas das informações, coletadas no trabalho de campo exploratório, reveladoras dos indicadores que caracterizam o perfil do estudante dos Cursos de graduação do Ensino Superior, representantes do universo de 1.363 alunos pertencentes ao fluxo migratório pendular.

A partir dos dados recolhidos empiricamente (anexo 2), pode-se traçar o seguinte perfil do universo pesquisado: 42% pertencem ao sexo feminino e 58% ao sexo masculino. Em relação à faixa etária, selecionada em três grupos, considerando a prevalência de idade regular para o Ensino Superior entre a faixa de dezessete e vinte e quatro anos, observou-se que 62% do universo pesquisado pertence ao grupo de idade entre dezessete e vinte e seis anos; na faixa entre vinte e sete anos e trinta e seis anos estão 22% e acima de trinta e seis anos encontrou-se 16%. Ultrapassando o limite etário previsto para este nível de ensino, evidencia-se um total de 38% dos pesquisados. É possível inferir a hipótese, de que este grupo constitui demanda reprimida, até então excludente desse processo de ensino, retornando ao ensino em busca de qualificação profissional para atender às exigências do mercado de

trabalho. Desta amostra 63%, exercem atividade laboral em diferentes setores concomitantemente com os estudos, classificando-se como estudantes apenas 37%.

O significativo fluxo migratório originário dos diferentes municípios pesquisados tem, prioritariamente, como destino as IES privadas (anexo 3/TABELA 12), onde se destacam a UNIVERSO – Universidade Salgado de Oliveira, que detém 49% do fluxo pendular pesquisado e a UNESA – Universidade Estácio de Sá, com 21% da atração.

O índice de absorção de 94% pelas instituições privadas (UNIVERSO, UNESA, FAFIC, FDC, ISECENSA, UCAM) demonstra a força do ensino privado e a fragilidade de absorção da demanda pelo ensino público existente na cidade.

**Tabela 12** - Quantitativo dos alunos respondentes/ fluxo migratório pendular/ IES / Campos dos Goytacazes.

<b>IES</b>	<b>Número de Alunos</b>	<b>%</b>
<b>CEFET</b>	<b>29</b>	<b>2,1%</b>
<b>FAFIC</b>	<b>97</b>	<b>7,1%</b>
<b>FDC</b>	<b>73</b>	<b>5,4%</b>
<b>ISECENSA</b>	<b>20</b>	<b>1,5%</b>
<b>ISEPAM</b>	<b>8</b>	<b>0,6%</b>
<b>UCAM</b>	<b>142</b>	<b>10,4%</b>
<b>UENF</b>	<b>23</b>	<b>1,7%</b>
<b>UFF</b>	<b>21</b>	<b>1,5%</b>
<b>UNESA</b>	<b>285</b>	<b>20,9%</b>
<b>UNIVERSO</b>	<b>665</b>	<b>48,8%</b>
<b>Total</b>	<b>1363</b>	<b>100%</b>

\* Fonte: Tabulação da autora/2004

A pesquisa exploratória revelou que, dentre os cursos mais procurados e identificados, está o curso de Direito, com 18%, acompanhado do conjunto de habilitações vinculadas à área de conhecimento tradicional com 28% (Matemática, Pedagogia, Letras e História). Significativa referência encontra-se na oferta/demanda por cursos novos, como os de Fisioterapia 11% e Educação Física 9 %, embora as IES ainda não se preocupem com a oferta de cursos de real significação para a cidade e região (anexo 4).

Em relação à demanda que faz parte do universo pesquisado originário dos municípios da região produtora de petróleo e beneficiados pelos *royalties* do petróleo, constata-se que: de Macaé 25% destinam-se ao curso de Direito; 17% ao de Engenharia de Produção; 16% ao de Fisioterapia; 15% ao de Educação Física; de Rio das Ostras, optam 27% pelo curso de Direito; 21% pelo de Fisioterapia; 15% pelo de Educação Física e 8%, respectivamente, para os cursos de Informática e Engenharia de Produção; de Quissamã, a demanda detectada

prioriza, de forma equilibrada os cursos de Educação Física 17%; Direito 15% e Fisioterapia 12%; de São João da Barra 16% procuram o curso de Biologia; 12% o de Direito e 11% o de Letras. Quanto ao mais novo município beneficiado pelos *royalties* do petróleo, São Francisco do Itabapoana, 39% opta pelos cursos tradicionais (26% Letras e 13% História), dirigindo-se 13% para o de Biologia. (TABELA 13)

**Tabela 13** – Distribuição do Universo dos Estudantes da Amostra Exploratória, por curso.

Curso	Número de Alunos	%
Administração	63	4,74%
Biologia	93	7,00%
Enfermagem	15	1,13%
Comunicação Social	23	1,73%
Direito	241	18,13%
Educação Física	122	9,18%
Fisioterapia	141	10,61%
Geografia	30	2,26%
Informática	69	5,19%
Letras	125	9,41%
História	104	7,83%
Eng. Produção	64	4,82%
Pedagogia	82	6,17%
Matemática	77	5,79%
Psicologia	45	3,39%
Serviço Social	21	1,58%
Normal Superior	14	1,05%
<b>Total:</b>	<b>1329**</b>	<b>100%</b>

\* Fonte: tabulação da autora / 2004 \*\* Excluído os que não responderam

Os demais cursos diluem-se pelos respondentes, observando-se prioridade pelas profissões sociais como o Direito, seguida pela área de Educação. Isto pode indicar uma possível distorção entre cursos ofertados e as alegadas prioridades locais e regionais, além de poder espelhar, presumivelmente, forte movimento dos profissionais da educação em busca da melhoria de titulação, devido às exigências legais.

A concentração da procura nas áreas de conhecimento, voltada para as Ciências Sociais, Humanidades e Negócios pode ser reflexo, ainda, da inadequação das IES do setor privado à realidade local/ regional, como também, forma de reduzir custos e priorizar a

implementação daqueles que exijam menores investimentos<sup>38</sup>, embora haja dúvida de que continuem respondendo às necessidades do mercado.

Contraditoriamente à responsabilidade constitucional delegada aos estados e aos municípios, detectou-se a participação destes de forma efetiva, dando suporte financeiro aos estudantes de ensino superior, pertencente a esta parcela do fluxo migratório, com participação irrelevante do Governo Federal (FIES)<sup>39</sup>. Dos pesquisados, 38% declaram ter suporte financeiro oriundo dos recursos provenientes dos orçamentos da prefeitura e do estado.

Outras formas de subsídios que sustentam os custos com as mensalidades originam-se das próprias estruturas orçamentárias das IES privadas 8%. Além disso, 17% recebem auxílio de outras fontes (empresa de trabalho, etc.) e 25% assumem individualmente, o ônus da mensalidade. (TABELA 14)

**Tabela 14** – Distribuição do Número de Estudantes Pesquisados Segundo a Fonte de Subsídios / Mensalidade.

Fontes de Subsídios	Número de Alunos	%
Fies	4	0,29%
Estado	133	9,76%
Prefeitura	392	28,76%
Faculdade	109	8,00%
Não Recebem Ajuda	339	24,87%
Outras Formas	227	16,65%
Não Responderam	159	11,67%
<b>Total</b>	<b>1363</b>	<b>100%</b>

Fonte: Tabulação da autora / 2004

Quanto aos custos com transporte (subsídios indiretos): 28% dos alunos locomovem-se em ônibus<sup>40</sup> pagos pela prefeitura de origem; 48% dos alunos participam de parcerias com a prefeitura de origem para arcar com o ônus mensal; 10% chegam ao destino por meio de

<sup>38</sup> Entre 1991 e 2003, o número de carreiras universitárias analisadas pelo Instituto Nacional de Estatísticas e Pesquisas em Educação (INEP) passou de 125 para 572, demonstrando um crescimento de 350%. Hoje, existem 82 áreas de conhecimento na oferta de cursos superiores.

<sup>39</sup> A área do financiamento estudantil através da esfera federal constitui uma forma, ainda que indireta, de subsídio público à educação superior privada, que se apresenta de forma tímida como apoio aos estudantes de baixa renda que estudam na cidade de Campos dos Goytacazes.

<sup>40</sup> No decurso da pesquisa, foram identificadas vinte e três empresas de transporte coletivo (ônibus), acrescidas dos ônibus pertencentes às prefeituras que conduzem os estudantes à cidade.

ônibus da própria prefeitura e outros 10% assumem os custos pelo transporte. Dentre os pesquisados, 4% não responderam.

**TABELA 15 – Distribuição do Número de Estudantes Pesquisados Segundo Subsídios Indiretos/Forma de Locomoção.**

<b>Forma de Locomoção</b>	<b>Número de Alunos</b>	<b>%</b>
Ônibus pago pelo aluno e pela Prefeitura	661	48%
Ônibus pago pela Prefeitura	380	28%
Ônibus da Prefeitura	132	10%
Ônibus pago pelo próprio aluno	131	10%
Não Responderam	59	4%
<b>Total</b>	<b>1363</b>	<b>100%</b>

Fonte: Tabulação da autora / 2004

No decorrer desta pesquisa exploratória, pôde ser identificado que estas formas de subsídios diretos e indiretos disponibilizados pelas prefeituras constituem-se em elementos facilitadores do acesso à cidade e garantidores de permanência dos estudantes nas IES (Anexo 5).

No âmbito do resultado da pesquisa, fica revelado que as ditas IES estranhas ao *locus* da tradição da cidade mantêm a liderança da demanda tanto daqueles pertencentes ao fluxo migratório pendular quanto no contexto geral. Essas IES recorrem às finanças públicas municipais, por meio de convênios, com menor comprometimento com as verbas municipais do que as IES do setor privado ditas tradicionais.

A acirrada competitividade do setor de serviços educacionais localizados no espaço da cidade, hoje, constitui realidade indiscutível. Buscam criar diferenciais e possibilitam a implantação de novos nichos de produção para a cidade.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As mudanças econômicas, políticas e sociais vividas no Brasil ainda não encontraram plena repercussão na estrutura de serviços oferecidos pelo Ensino Superior público. Pensar o Ensino Superior numa concepção pós-moderna não se limita a por em causa um determinado modelo de legitimação do conhecimento. Essa concepção traz para a universidade uma nova racionalidade, que se afasta da concepção racionalista do conhecimento, em que a universidade deve ser entendida como uma instituição que tenha responsabilidade de entregar o profissional, pronto para o mercado.

Estatisticamente, observa-se que o setor privado tem uma responsabilidade histórica na redefinição dos rumos desse nível de ensino, respondendo em 2004 por 71% (2,7 milhões) da clientela e, com a expansão necessária, deverá representar muito mais se a nova Reforma Universitária, através do ProUni, favorecer não apenas o ingresso, mas também a permanência do aluno na IES. Isto poderá significar uma taxa de conclusão em torno de 70% e uma previsão de que se chegue a 2010 com 5,7 milhões de alunos no Ensino Superior Privado.

Dessa forma, para reconfigurar a expansão do ensino superior que, na década de 90, procurou as cidades de porte médio, como Campos dos Goytacazes/RJ, de forma intensa, torna-se indispensável a reestruturação das políticas de financiamento do ensino superior e a superação dos entraves à ação do ensino privado.

O Estado brasileiro, nesse sentido, diante da evidência da supremacia do Ensino Superior privado e do seu significado econômico, revelado pelos dados estatísticos, deve buscar compreender os elos existentes entre a política educacional, a política econômica e a gestão pública de qualidade.

A figura do Estado fiscalizador e impositivo não cabe mais, quando se fala em educação superior. A questão da reestruturação da Educação Superior traz consigo novos cenários e demandas diferenciadas, diante dos desafios contemporâneos, nos quais a retração do papel do Estado em relação ao sistema público de ensino superior debilita as instituições públicas, abrindo espaço para a multiplicação e diversificação das instituições privadas. Acentua-se, ainda, a busca pela diversificação das fontes de financiamento (Parcerias Público/Privado -PPP) que ofereçam sustentabilidade, ingresso e permanência dos grupos menos favorecidos da população a esse nível de ensino.

Nesse sentido, a construção de uma política verdadeiramente local não pode deixar de fazer parte da capacidade estratégica do poder público municipal, na recondução da gestão local e flexibilização, sendo elemento de participação significativa para atender às transformações contemporâneas e às pressões sociais.

Dentre os noventa e dois municípios que constituem o estado do Rio de Janeiro, o de Campos dos Goytacazes que teve, outrora, o destaque no verde da produção da cana-de-açúcar, e que hoje destaca-se pelo negro do petróleo e arrecadação com os *royalties* oriundos de sua extração, tem também relevante papel como Eixo de Referência na formação Superior. O espaço da cidade concentra significativo número de IES/privadas, que supera o número das IES/públicas, responsáveis pela oferta de serviços educacionais aos munícipes da própria cidade, além de atrair um fluxo migratório oriundo de outros municípios dos estados do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e de outros estados brasileiros, em busca de desenvolver as habilidades e competências pertinentes a diferentes setores profissionais nos cursos de graduação superior existentes.

É importante ressaltar que Campos dos Goytacazes, ao longo de sua história, a partir de lideranças políticas e econômicas da sociedade civil, mantém significativa luta pela instalação e manutenção de Instituições de Ensino Superior na cidade, tanto no âmbito público como no privado. Recentemente, com a chegada de novos competidores externos, que trazem formas diferenciadas de estruturação acadêmica e de captação de recursos, tem acirrado a competitividade no mercado de serviços educacionais local.

O novo provoca no tradicional a busca por soluções, que envolvam inclusive mudanças nas estruturas organizacionais das IES ditas isoladas. Buscam as formas de Centro Universitário ou Institutos Superiores como mecanismos possíveis de liberdade acadêmica na criação de novos cursos e atração de demanda. Resta saber a que mecanismos poderão recorrer como fonte de financiamento e sustentação: parcerias municipais, estaduais ou federais.

Fomentar a universalização/qualidade de serviços educacionais via setor privado, não significa estagnar o que é público, mas conceber soluções e ações que enfatizem a ampliação e melhoria da infra-estrutura de acesso à educação e da própria cidade para onde se direciona significativo fluxo de capital humano, em busca das competências propiciadas pelo Ensino Superior.

A redefinição do desenho exato das políticas públicas educacionais passa pelo novo contexto das intervenções municipais, acopladas à capacidade institucional de que dispõem os governos, em suas diferentes instâncias, para aplicar leis fiscais e monitorar a qualidade dos investimentos, que, especialmente, focalize a ação governamental no fortalecimento das *interfaces* entre o setor público e privado; entre o global e o local.

Os orçamentos municipais das cidades fluminenses são responsáveis imediatos pelo estímulo à qualificação, destinando verbas relevantes aos programas de concessão de bolsas/graduação – subsídios diretos –, além dos subsídios indiretos com participação, através de parcerias com os estudantes do Ensino Superior, nos custos com o transporte diário ou assumindo, de forma integral, esses custos, além de estabelecerem parcerias/convênios específicos com as IES privadas que atendem à demanda da própria cidade e a proveniente de outros municípios.

A médio e longo prazo, o desenvolvimento no interior do estado poderá ocorrer em consequência desta capacitação técnica em nível superior que hora ocorre, fomentada pela parceria do poder público municipal com o setor privado, possibilitando a criação de significativos arranjos produtivos locais. Esta capacitação também deverá ser fonte geradora do fluxo/circulação de mão-de-obra qualificada, propiciando o intercâmbio de experiências intermunicipais. Particularmente será possível pensar também, em pesquisas oriundas do setor privado de Ensino Superior, e complementadas por aquelas oriundas, das universidades estaduais e federais, parceria que propiciará um possível desenvolvimento sustentado do interior.

Para esse fenômeno ocorrer, é preciso que sejam feitas alianças efetivas dos governos federal e estadual com as prefeituras, no sentido de ampliar os arranjos produtivos locais e intermunicipais, hoje, significativamente norteados pelas administrações locais, devido ao fato de que os cidadãos recorrerem, diretamente, aos poderes municipais com maior intensidade, em busca de soluções pragmáticas e eficazes. As administrações das cidades têm condições de dar respostas concretas aos anseios da população na busca de aprimoramento profissional no Ensino Superior atendendo melhor às exigências de capacitação para ocupar os postos de serviços oferecidos. Embora cada vez mais dependentes de recursos externos –

repasse de verbas originárias do Fundo Para os Municípios (FPM), do Imposto de Circulação Sobre Mercadorias (ICMS) e dos *royalties* do petróleo –, os municípios pertencentes à zona de produção petrolífera precisam ter por base políticas públicas capazes de atrair empresas, visando à retenção dessa mão-de-obra qualificada pelas IES, não somente, permanecendo na dispersão dessa para diferentes estados e municípios.

A implementação das políticas públicas municipais não pode deixar de ter a percepção de Campos dos Goytacazes como inquestionável Eixo de Referência e qualificação ofertada por esse nível de ensino. É preciso considerar a educação superior como setor economicamente produtivo, como potencial da cidade e da região Norte Fluminense. Só assim a cidade poderá, através das PPP, constituir uma estrutura de oferta de Ensino Superior atraente, apoiada em uma imagem positiva da cidade, trazendo em seu bojo um conjunto de benefícios indiretos, fatores de suporte operacional (comércio, rede viária, construção civil) não necessariamente, ou melhor, somente para a população local, mas também direcionada para a clientela que compõe o fluxo migratório diário para a cidade e dando movimento a diferentes setores da econômica local. Exige o replanejamento da própria cidade e abre novas possibilidades de redução da dispersão de mão-de-obra.

Através de uma rápida análise da oferta de cursos/habilitações, nota-se a concentração da maioria dos alunos em apenas alguns cursos, muitos dos quais, não sendo prioridade em termos de desenvolvimento nacional e regional, são oferecidos em detrimento de outros, apesar de estratégicos, apresentando ociosidade de vagas. Grande urgência há em repensar essa oferta quanto à diversificação, diante dos novos desafios do desenvolvimento nacional e do processo de expansão, da estrutura e organização do processo formativo e, por fim, da qualidade do produto, traduzido como profissionais graduados, nas diferentes áreas do conhecimento, pesquisa, estudos e avanços científicos e tecnológicos.

Da organização dos saberes, da concorrência entre os diversos prestadores de serviços educacionais privados poderá resultar uma mobilização cada vez maior, de sólido *know-how* e serviços de qualidade, atraídos para a cidade, além de conduzir a verdadeiras políticas públicas locais, para que reorganizem e reestrutrem o espaço da cidade em função da prestação dos serviços educacionais, acrescidos de uma política econômica de criação e atração de empresas que disponibilizem novos postos de trabalho e sirvam de foco atrativo para a mão de obra qualificada pelo Ensino Superior, minimizando a migração da população para as metrópoles.

Em um mundo cada vez mais globalizado, não resta dúvida que a responsabilidade com a educação superior pode ser benéfica, não só para as instituições privadas de educação

mas, também, ser referencial a médio e longo prazo para os municípios que a ofereçam e incluam nos planos municipais, programas de suporte financeiro, cada vez mais ampliados e direcionados para a qualificação de funcionários e munícipes nesse nível de ensino.

A eficácia da parceria do público e do privado constitui importante instrumento do desenvolvimento sustentado, vinculando o local ao global. No entanto, isto requer aceitar um não antagonismo entre o público e o privado, e promover a revisão em conjunto das ações possíveis a serem desenvolvidas pelas diferentes esferas, no sentido de que as mudanças na educação superior traduzam não só a adequação às necessidades do mundo atual, ou seja não só em formar um profissional mais competitivo, mas que também compreendam a nova força da gestão municipal no processo de sustentação da democratização do acesso e permanência, neste nível de ensino. O papel do público deve ser redefinido, sem entretanto expurgar o setor privado, que contribui para reforçar o caráter pluralista das sociedades democráticas, e abre alternativas de inclusão social.

Uma breve reflexão sobre as políticas públicas em todas as esferas poderá transformar a cidade em novo nicho de referência na região considerada, que atrelada aos royalties do petróleo poderá melhorar a oferta da educação e a preparação da qualidade profissional e de vida da população, através da abertura de oportunidades de trabalho, inclusive, no espaço da educação privada. Segundo Cruz (2004, p.107), “não se pode negligenciar o poder de atração exercido pela escalada dos royalties”, advindos das atividades exploratórias petrolíferas e os seus reflexos regionais.

Sendo assim a associação efetiva e eficaz entre indústria/produção e academia, assume uma crescente importância na economia dirigida pelo conhecimento, onde poderá se estruturar através das instituições governamentais, atuando em conjunto com o nível regional e local. No contexto da sociedade do conhecimento, nesse século XXI, surge nova perspectiva e resignificação da cidade, onde o ensinar e o aprender poderão abrir espaços e fronteiras de negócios de amplas dimensões.

Em face de todos os aspectos analisados, a expansão do ensino superior trouxe vantagens para a clientela e para o setor, melhorando o nível educacional da força de trabalho do país, das regiões e dos municípios, aumentando a possibilidade de empregabilidade individual. Ainda há significativo segmento social com interesse em adquirir serviços educacionais (demanda latente), porém grande parte não apresenta condições financeiras para arcar com os custos destes serviços, permanecendo ainda excluídos do processo.

Considerando-se todos estes elementos, fica claro que só poderá haver crescimento da demanda pelo ensino superior, partindo da premissa de que não haverá nenhuma mudança de

grande impacto na distribuição de renda e na economia brasileira, até 2010, se não forem concretizadas políticas públicas de financiamento, em todas as esferas, principalmente a federal, que ofereçam suporte aos projetos públicos municipais de financiamento estudantil e/ou parcerias diretas com o setor privado, que garantam um aporte maciço aos estudantes oriundos de famílias de baixo poder aquisitivo.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, W. Michael *et al.* *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. 9. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

BANCO MUNDIAL. *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*. Washington, 1995.

BARBOSA, M; VEIGA, L. Desigualdades sociais e educação: os impactos e os limites das políticas sociais. In: ENCONTRO DA ANPOCS, 20. *Palestra*. Caxambu, 1996.

BELONI, Isaura. *Avaliação do ensino de graduação*. Brasília: UNB, 2001.

BIRD - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. *Education politique sectorielle*, 3. ed. Washington, 1980.

BORDIEU, P.; PASSERON, Jean-Claude. *Contrafogos: tática para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BOURDIN, Alain. *A Questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. (Coleção Espaços do Desenvolvimento).

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Rio de Janeiro: Degrau Cultural, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. *Parâmetros curriculares nacionais*, MEC. Brasília, DF, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação e Cultura. *Resultados e tendências da educação superior*. MEC. Brasília, DF, 2000.

\_\_\_\_\_. *Lei n. 5692*, 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. *Lei n. 4024/61* Lei de diretrizes e bases da educação nacional. D.O. 1961.

\_\_\_\_\_. *Lei n. 9394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 23 de dez/1996 D.O.

\_\_\_\_\_. *Emenda Constitucional*. Brasília, DF: Senado Federal 1965.

\_\_\_\_\_. *Lei n. 5540*, de 28 de Novembro de 1968. Lex: coletânea de legislação-legislação federal, SP. São Paulo, ano 32, p. 1433 - 1440, out/dez. 1968.

\_\_\_\_\_. Decretos n. 2.306 de 19 de agosto de 1997; n. 3.276 de 6 de dezembro de 1999; n. 28.947/2001 implantado em 14 de agosto de 2001; n. 30.937/02 implantado em 18 de março de 2002; n. 318 de julho de 2002 (FDC).

\_\_\_\_\_. Decreto n. 5.225/2004 – DOU 4 de outubro de 2004.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; CHAIA, Vera (Orgs). *Gestão Municipal: descentralização e participação popular*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

CARNEIRO, Ricardo. *A reforma do Estado e provisão dos serviços públicos*. Belo Horizonte, [ s.n.], 2002.

CARVALHO, Waldir P. *Campos depois do centenário*, Campos dos Goytacazes: [s.n], 1991. Vol.1.

CASTELLS, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. *Educação para o século XXI*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999.

CATANI, Afrânio Mendes (Org.) *Novas perspectivas nas políticas de educação superior na América Latina do séc. XXI*. Campinas : Autores Associados, 1998.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira. *Educação superior no Brasil: reestruturação e metamorfose das universidades públicas*. Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.

CHAUÍ, Marilena. A Universidade em ruínas. In: TRINDADE, H. (Org.). *Universidade em ruínas na república dos professores*. Petrópolis: Vozes / Cípedes, 1999. p. 211-222.

\_\_\_\_\_. *A universidade de hoje*. Praga, estudos marxistas. São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. *Escrito sobre a universidade*. UNESP, São Paulo, 2001.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CORBUCCI, Paulo Roberto. *Avanços, limites e desafios das políticas do MEC para a educação superior na década de 1990: ensino de graduação*. IPEA: Brasília, 2002.

CRUZ, J. L. Vianna. Modernização produtiva, crescimento econômico e pobreza no Norte Fluminense (1970-2000). In: PESSANHA, R.M. e NETO, Romeu e Silva (Orgs.). *Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense - da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo*. Campos dos Goytacazes: WTC Editora, 2004.

CUNHA, L.A. *Educação, Estado e Democracia no Brasil*. Campinas: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. *Políticas públicas para o ensino superior no Brasil*. In: FRANCO, Maria Laura P.B; ZIBAS, Dagmar M. L. (Orgs). São Paulo: Cortez, 1990.

DRUCKER, Peter Ferdinand. *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira Thomson, 1998.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A política para o ensino superior brasileiro ante o desafio do novo século. In: CATANI, Afrânio Mendes (Org.). *Novas perspectivas nas políticas de*

*educação superior na América Latina no limiar do século XXI*. Campinas: Autores Associados, 1998. p. 9-28.

ECHEVARRIA, José Medina. *Desenvolvimento, trabalho e educação*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1974.

FERNADES, M.R. *Mudança e inovação na pós-modernidade: perspectivas curriculares*. Porto: Ed. Porto, 2000.

FERREIRA, Naura Syria; AGUIAR, Márcia A. da S. (Orgs). *Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FEYDIT, Júlio. *Subsídios para a história de Campos dos Goytacazes*. Rio de Janeiro: Editora Esquilo Ltda, 1979.

FONSECA, Marília. *O Banco Mundial e a educação no Brasil: 1971-1990*. Tese Doutorado Universidade de Paris, Sorbonne, 1992.

FRANCO, Gustavo H. B. *O Desafio Brasileiro: ensaios sobre desenvolvimento, globalização e moeda*. São Paulo: Editora 34, 1999.

FREITAS, Ieda M.A.; SILVEIRA, Amélia. *Avaliação da educação superior*. Florianópolis: Insular, 1997.

GENTILI, Pablo (Org.) *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. (Org) *Universidades na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária*. São Paulo: Cortez, 2001.

GENTILI, Pablo; SILVA, T.T. (Orgs) *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Petrópolis: Vozes, 1994.

GIROUX, Henry. *Pedagogia radical*. São Paulo: Cortez. Autores Associados, 1983.

\_\_\_\_\_. Praticando estudos culturais nas faculdades de educação. In: SILVA, T.T. da Silva. *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HELLER, Agnes *et al.* *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. 1. ed, Rio de Janeiro: Contraponto Corecon, 1999.

JORNAL CORREIO ESTUDANTIL INDEPENDENTE. Ano 1, n. 2, setembro, 1952.

JORNAL MONITOR CAMPISTA, números variados desde a década de 30 até a atualidade. Campos dos Goytacazes.

KLINK, Jeroen Johannes. *A cidade região: regionalismo e reestruturação no grande ABC Paulista*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. (Coleção Espaços do Desenvolvimento).

KUENZER, Acácia Zeneida. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto(org). – *Gestão democrática da educação: Atuais tendências novos desafios* – 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

LADISLAW, Dowbor. *Aspectos econômicos da educação*. São Paulo: Ática, 1986.

RIO DE JANEIRO. LEI, n. 7.045 de 26 de abril de 2001; Lei n. 7.254 de 11 de junho de 2002(UNESA); Lei n. 7.057 de 11 de junho de 2002 (Universo); Lei n. 7.224 de 18 de abril de 2002 (UCAM); Lei n. 7.207 de 27 de março de 2002; Lei n. 2.405/2003.

LEVY, Henry *et al.* *Educação e desigualdade no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

LIMONAD, Éster. *Os lugares da urbanização: o caso do interior fluminense*. 1996. Tese (Doutorado) - São Paulo: USP, 1996.

MACLAREN, P. Pós-modernismo, pós-colonialismo e pedagogia. In: SILVA, T. T. *Da teoria crítica em tempos pós-modernos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

MARICATO, Ermínia. *Reforma urbana, limites e possibilidades: uma trajetória incompleta*. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e Júnior, Santos, Orlando Alves (orgs). *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

MELO, Pereira. H. *A Trajetória da industrialização no Rio de Janeiro*. In: FREIRE, A. SARMENTO, C.E; MOTTA, M.S. (Orgs). *Um Estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

MOREIRA, Ruy (org). *A reestruturação industrial e espacial do Estado Rio de Janeiro*. Niterói: Neret / Negt / Gecel – UFF, 2003.

MORIN, E. *Complexidade e transdisciplinaridade: reforma da universidade e do ensino fundamental*. UFRN, Natal, 1999.

OLIVEIRA, F. de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Editora Geral, 1997.

OLIVEN, A.C. *A paroquialização do ensino superior*. São Paulo: Vozes, 1989.

PACHECO, C.A . *Economia e sociedade: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional*. Campinas (6), jun. 1996.

PAES, Wellington et al. *Sociedade Fluminense de Medicina e Cirurgia 80 Anos de História*. Rio de Janeiro. Fundação Cultural Jornalística Oswaldo Lima /Campos, 2001.

PAIXÃO, Mucio. *Movimento literário em Campos*. Rio de Janeiro. Typ. Do Jornal do Comércio de Rodrigues & C. 1994.

PEREIRA, L. C. Bresser; CUNILL GRAU, Nuria (org.). *O público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

\_\_\_\_\_. *A reforma do aparelho do Estado e a Constituição Brasileira*. In: SEMINÁRIO SOBRE REFORMA CONSTITUCIONAL, 1995. *Conferência*. Patrocinado pela presidência de República, Janeiro de 1995.

PEREIRA, L. In Souza, J. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2000.

REVISTA A REDE. Agosto, n. 1, Rio de Janeiro, 1932.

REVISTA ENSINO SUPERIOR. Agosto, n. 71, p. 8, ano 6, 2004.

REVISTA EXAME. p. 43. Rio de Janeiro: Editora: Abril, 3 de abril de 2002.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JR, Orlando Alves. *Globalização, fragmentação e reforma urbana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

RISTOFF, Dilvo. *Universidade em foco: reflexões sobre a educação superior*. São Paulo: Insular, 1998.

RODRIGUES, Hervé Ribeiro. *Campos – na taba dos Goytacazes*. Niterói: Imprensa Oficial, 1988.

SAMPAIO, H. *Ensino superior no Brasil: o setor privado*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do séc. XXI*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SCHUWARTZMAN, Jacques. *A Controvérsia sobre as fundações*. Fundep/ UFMG, 2002.

SCHUWARTZMAN, Simon. O Futuro da educação superior no Brasil. In: PAIVA, Vanilda. *Dilemas do ensino superior na América Latina*. Campinas: Papirus 2001.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior: o Banco Mundial reforma suas teses e o Brasil reformará sua política?. Educação Brasileira. - *Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras*, v.22, n.45, jul./dez. 2000.

SGUISSARDI, Valdemar *et al.* (Org). *Educação Superior: velhos e novos desafios*. São Paulo: Xamã, 2000.

SILVA JR., João dos Reis; S. Sguissardi, Valdemar (1999). *Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção*. Bragança Paulista/SP: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. (1999). Reconfiguração da educação superior no Brasil e redefinição das esferas pública e privada nos anos 90. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n. 10, p. 33-57, jan./abr.

\_\_\_\_\_. *Reformas do Estado e da educação no Brasil de F.H.C.* . São Paulo: Xamã, 2003.

SILVA, Waldeck Carneiro da (Org.). *Universidade e sociedade no Brasil: oposição propositiva ao neoliberalismo na educação superior*. Niterói-Intertexto. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

SOBRINHO, J.D.; RISTOFF, Dilvo I. *Avaliação democrática para uma universidade cidadã*. Florianópolis: Insular, 2002.

\_\_\_\_\_. *Avaliação da educação superior*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA JUNIOR, Luiz de. Reformas educativas e qualidade de ensino. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 24, Caxambu/ Rio de Janeiro: 2001.

TEIXEIRA, A. *O ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1969.

THAYER, W. *La crisis no moderna de la Universidad Moderna*. Santiago do Chile: Editora Quarto Próprio, 1996.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. *O ensino superior privado no Brasil*. Brasília: Paralelo 15, São Paulo: Marco Zero, 2000.

UNESCO. *Documento de política para a mudança e desenvolvimento na educação superior*. Paris, 1995.

\_\_\_\_\_. *O ensino superior no século XXI: visão e ações*. Documento de trabalho da CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE ENSINO SUPERIOR. Paris, 1998.

\_\_\_\_\_. Grupo de trabalho sobre o ensino superior nos países em desenvolvimento. *O ensino superior em países em desenvolvimento: perigos e esperanças*. Lisboa: AVLPL, 2000.

VELLOSO, J. P. R.; ALBUQUERQUE, R.C. (Orgs.). *Um modelo para a educação no século XXI*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1999.

YARZÁBAL, L. *Consenso para el cambio en el educación superior*. Caracas: Unesco/Cresalc, 1999.

\_\_\_\_\_. Situación de la educación superior en América Latina y el Caribe. In: SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PARA MUDANÇA E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 1996, Brasília. *Anais...* Brasília: ANDIFES 1996.

#### SITES:

CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO - CIDE. Disponibiliza ferramentas imprescindíveis para tomada de decisões nas mais variadas áreas de atuação governamental, empresarial e acadêmica. <<http://www.cide.rj.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2004.

FÓRUM NACIONAL – INSTITUTO NACIONAL DE ALTOS ESTUDOS – INAE. <<http://www.forumnacional.org.br>>. Acesso em: 05 dez. 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 05 dez. 2004.

## **ANEXOS**

**ANEXO 1 – Roteiro do Questionário Aplicado**

Objeto de Análise: Caracterização do Ensino Superior em Campos

Responsável: Crisolícia Regina Pizani Boldes

Nome: \_\_\_\_\_ Município onde reside: \_\_\_\_\_

Faculdade/Universidade: \_\_\_\_\_ Curso: \_\_\_\_\_

Período: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_ anos **Profissão:** \_\_\_\_\_ Exerce esta profissão? (Sim) (Não) ou **Só Estuda** **Fonte Pagadora:**  Federal  Estadual  Municipal  Privada  Outros**Forma de locomoção para Campos:**  ônibus pago pelo aluno e pela prefeitura  ônibus pago pela prefeitura  ônibus da prefeitura  ônibus pago pelo próprio aluno**Recebe alguma ajuda na mensalidade:**  do Estado  da Prefeitura onde reside  de outra Prefeitura  da Faculdade ou Universidade onde estuda  do FIES (Crédito Educativo)  Não recebe nenhuma ajuda

**ANEXO 2 – Fluxo Migratório de Estudantes por Estado/Municípios: relação sexo, idade e período.**

UF	Municípios de Origem	Nº Alunos	Sexo		Idade						Períodos				
			Masc.	Fem	17 a 21	22 a 26	27 a 31	32 a 36	37 a 41	41 a ...	1º e 2º	3º e 4º	5º e 6º	7º e 8º	9º e 10º
ES	Mimoso do Sul	58	30	28	26	23	7	1	1		32	15	7	4	
ES	Cachoeiro do Itapemirim	71	34	37	35	19	7	4	3	3	21	13	23	13	1
ES	Presidente Kennedy	53	20	33	20	16	9	4	4		32	10	7	4	
RJ	Conceição de Macabu	81	34	47	18	28	7	9	12	7	24	21	18	16	2
RJ	Carapebus	9	3	6	6	2		1			5	3			1
RJ	Cardoso Moreira	35	5	30	14	13	2	5	1		9	15	6	4	1
RJ	Cambuci	28	18	10	11	8	6	0	2	1	11	10	4	2	1
RJ	Italva	18	6	12	10	2	3	2	1		7	6	4	1	
RJ	Itaocara	37	10	27	19	12	3	3	3		14	13	6	4	
RJ	São Fidélis	294	58	236	64	56	40	38	51	45	104	102	73	13	2
RJ	São Francisco do Itabap.	178	70	108	45	54	27	22	18	12	67	53	42	14	2
RJ	Quissamã	130	56	74	51	40	20	13	6		69	34	14	10	3
RJ	Rio das Ostras	53	28	25	23	19	8	2		1	22	12	12	4	3
RJ	Macaé	181	93	88	96	51	10	7	6	11	65	48	36	18	14
RJ	São João da Barra	137	26	111	44	40	21	6	13	13	61	36	26	14	
<b>TOTAL</b>		<b>1363</b>	<b>491</b>	<b>872</b>	<b>482</b>	<b>383</b>	<b>170</b>	<b>117</b>	<b>121</b>	<b>93</b>	<b>543</b>	<b>391</b>	<b>278</b>	<b>121</b>	<b>30</b>

**ANEXO 3 – Fluxo Migratório de Estudantes por Estado/Municípios: relação município/IES**

UF	Municípios de Origem	Nº Alunos	Instituições										
			CEFET	FAFIC	FDC	ISECENSA	ISEPAM	UCAM	UENF	UFF	UNESA	UNIVERSO	
ES	Cachoeiro do Itapemirim	71	1		1	1			9			22	37
ES	Mimoso do Sul	58	2	1	5				7		1	11	31
ES	Presidente Kennedy	53							7			10	36
RJ	Cambuci	28		4	7				5			0	12
RJ	Carapebus	9			3				1			2	3
RJ	Cardoso Moreira	35		1	3				1		1	11	18
RJ	Conceição de Macabu	81	2	6	3				3	1	1	18	47
RJ	Italva	18		2	3				3			0	10
RJ	Itaocara	37	3	1	1				5	2	3	13	9
RJ	Macaé	181	8	5	26	3			29	2	9	51	48
RJ	Quissamã	130		21	1	1			24			29	54
RJ	Rio das Ostras	53		1	7	3			5	2	1	21	13
RJ	São Fidélis	294	7	13	3	9			16		2	71	173
RJ	São Francisco do Itabap.	178	6	29	4	3	3		15	12	1	12	93
RJ	São João da Barra	137		13	6		5		12	4	2	14	81
<b>TOTAL</b>		<b>1363</b>	<b>29</b>	<b>97</b>	<b>73</b>	<b>20</b>	<b>8</b>		<b>142</b>	<b>23</b>	<b>21</b>	<b>285</b>	<b>665</b>



**ANEXO 5 - Fluxo Migratório de Estudantes por Estado/Municípios: forma de locomoção - custos operacionais/ fonte de subsídios.**

UF	Municípios de Origem	Nº Alunos	Forma de locomoção/subsídios					Recebe Alguma Ajuda na Mensalidade						
			Ônibus pago pelo aluno e pela prefeitura	Ônibus pago pela Prefeitura	Ônibus da Prefeitura	Ônibus pago pelo próprio aluno	Branco	Estado	Prefeitura	Faculdade	Não recebe	Outros	Fies	Branco
ES	Mimoso do Sul	58	55				3			9	28	12		9
ES	Cachoeiro do Itapemirim	71				69	2	1		6	43	14		7
ES	Presidente Kennedy	53		53					14		21	16	2	
RJ	Conceição de Macabu	81	48			21	12	6	26	10	13	17		9
RJ	Carapebus	9		9					9					
RJ	Cardoso Moreira	35		5	30			9	9	7				10
RJ	Cambuci	28			26		2		8	4	12			4
RJ	Italva	18		18					2	5	1	10		
RJ	Itaocara	37	21			10	6	4	6	2	20			5
RJ	São Fidélis	294	163	24	68	9	30	70	85	23	21	82		13
RJ	São Francisco do Itabap.	178	35	131	8		4	13	41	17	55	31		21
RJ	Quissamã	130		130				2	119	2	7			
RJ	Rio das Ostras	53	44	9				7		3	14	10		19
RJ	Macaé	181	164			17		12	8	13	95	29	2	22
RJ	São João da Barra	137	131	1		5		9	65	8	9	6		40
	<b>TOTAL</b>	<b>1363</b>	<b>661</b>	<b>380</b>	<b>132</b>	<b>131</b>	<b>59</b>	<b>133</b>	<b>392</b>	<b>109</b>	<b>339</b>	<b>227</b>	<b>4</b>	<b>159</b>



**ANEXO 2 – Fluxo Migratório de Estudantes por Estado/Municípios: relação sexo, idade e período.**

UF	Municípios de Origem	Nº Alunos	Sexo		Idade						Períodos				
			Masc.	Fem	17 a 21	22 a 26	27 a 31	32 a 36	37 a 41	41 a ...	1º e 2º	3º e 4º	5º e 6º	7º e 8º	9º e 10º
ES	Mimoso do Sul	58	30	28	26	23	7	1	1		32	15	7	4	
ES	Cachoeiro do Itapemirim	71	34	37	35	19	7	4	3	3	21	13	23	13	1
ES	Presidente Kennedy	53	20	33	20	16	9	4	4		32	10	7	4	
RJ	Conceição de Macabu	81	34	47	18	28	7	9	12	7	24	21	18	16	2
RJ	Carapebus	9	3	6	6	2		1			5	3			1
RJ	Cardoso Moreira	35	5	30	14	13	2	5	1		9	15	6	4	1
RJ	Cambuci	28	18	10	11	8	6	0	2	1	11	10	4	2	1
RJ	Italva	18	6	12	10	2	3	2	1		7	6	4	1	
RJ	Itaocara	37	10	27	19	12	3	3	3		14	13	6	4	
RJ	São Fidélis	294	58	236	64	56	40	38	51	45	104	102	73	13	2
RJ	São Francisco do Itabap.	178	70	108	45	54	27	22	18	12	67	53	42	14	2
RJ	Quissamã	130	56	74	51	40	20	13	6		69	34	14	10	3
RJ	Rio das Ostras	53	28	25	23	19	8	2		1	22	12	12	4	3
RJ	Macaé	181	93	88	96	51	10	7	6	11	65	48	36	18	14
RJ	São João da Barra	137	26	111	44	40	21	6	13	13	61	36	26	14	
<b>TOTAL</b>		<b>1363</b>	<b>491</b>	<b>872</b>	<b>482</b>	<b>383</b>	<b>170</b>	<b>117</b>	<b>121</b>	<b>93</b>	<b>543</b>	<b>391</b>	<b>278</b>	<b>121</b>	<b>30</b>

**ANEXO 3 – Fluxo Migratório de Estudantes por Estado/Municípios: relação município/IES**

UF	Municípios de Origem	Nº Alunos	Instituições										
			CEFET	FAFIC	FDC	ISECENSA	ISEPAM	UCAM	UENF	UFF	UNESA	UNIVERSO	
ES	Cachoeiro do Itapemirim	71	1		1	1			9			22	37
ES	Mimoso do Sul	58	2	1	5				7		1	11	31
ES	Presidente Kennedy	53							7			10	36
RJ	Cambuci	28		4	7				5			0	12
RJ	Carapebus	9			3				1			2	3
RJ	Cardoso Moreira	35		1	3				1		1	11	18
RJ	Conceição de Macabu	81	2	6	3				3	1	1	18	47
RJ	Italva	18		2	3				3			0	10
RJ	Itaocara	37	3	1	1				5	2	3	13	9
RJ	Macaé	181	8	5	26	3			29	2	9	51	48
RJ	Quissamã	130		21	1	1			24			29	54
RJ	Rio das Ostras	53		1	7	3			5	2	1	21	13
RJ	São Fidélis	294	7	13	3	9			16		2	71	173
RJ	São Francisco do Itabap.	178	6	29	4	3	3		15	12	1	12	93
RJ	São João da Barra	137		13	6		5		12	4	2	14	81
<b>TOTAL</b>		<b>1363</b>	<b>29</b>	<b>97</b>	<b>73</b>	<b>20</b>	<b>8</b>		<b>142</b>	<b>23</b>	<b>21</b>	<b>285</b>	<b>665</b>



**ANEXO 5 - Fluxo Migratório de Estudantes por Estado/Municípios: forma de locomoção - custos operacionais/ fonte de subsídios.**

UF	Municípios de Origem	Nº Alunos	Forma de locomoção/subsídios					Recebe Alguma Ajuda na Mensalidade						
			Ônibus pago pelo aluno e pela prefeitura	Ônibus pago pela Prefeitura	Ônibus da Prefeitura	Ônibus pago pelo próprio aluno	Branco	Estado	Prefeitura	Faculdade	Não recebe	Outros	Fies	Branco
ES	Mimoso do Sul	58	55				3			9	28	12		9
ES	Cachoeiro do Itapemirim	71				69	2	1		6	43	14		7
ES	Presidente Kennedy	53		53					14		21	16	2	
RJ	Conceição de Macabu	81	48			21	12	6	26	10	13	17		9
RJ	Carapebus	9		9					9					
RJ	Cardoso Moreira	35		5	30			9	9	7				10
RJ	Cambuci	28			26		2		8	4	12			4
RJ	Italva	18		18					2	5	1	10		
RJ	Itaocara	37	21			10	6	4	6	2	20			5
RJ	São Fidélis	294	163	24	68	9	30	70	85	23	21	82		13
RJ	São Francisco do Itabap.	178	35	131	8		4	13	41	17	55	31		21
RJ	Quissamã	130		130				2	119	2	7			
RJ	Rio das Ostras	53	44	9				7		3	14	10		19
RJ	Macaé	181	164			17		12	8	13	95	29	2	22
RJ	São João da Barra	137	131	1		5		9	65	8	9	6		40
	<b>TOTAL</b>	<b>1363</b>	<b>661</b>	<b>380</b>	<b>132</b>	<b>131</b>	<b>59</b>	<b>133</b>	<b>392</b>	<b>109</b>	<b>339</b>	<b>227</b>	<b>4</b>	<b>159</b>